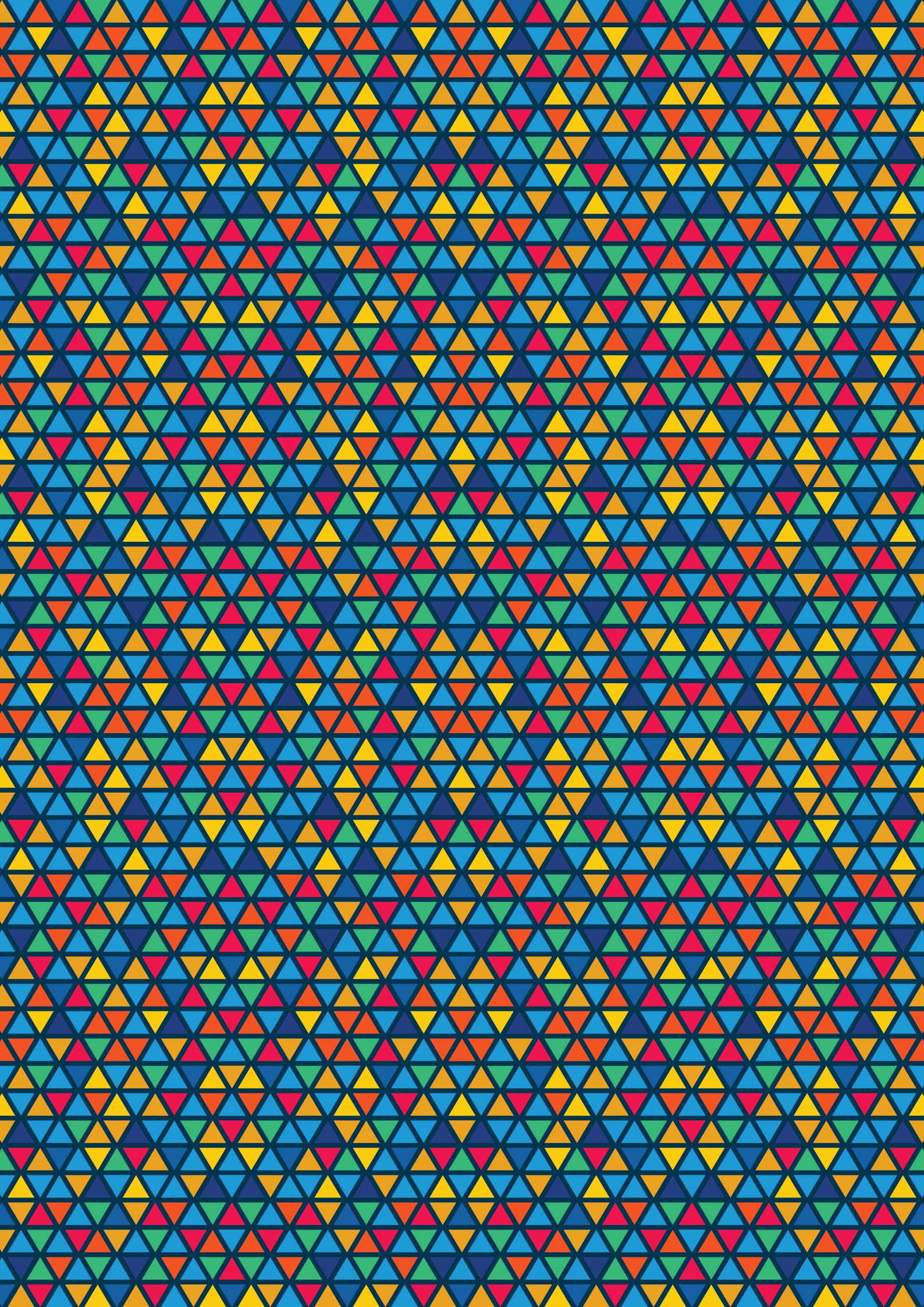




DATA JUVES

Espírito Santo

A política de juventudes do Espírito Santo:
Desafios e Recomendações





A política de juventudes do Espírito Santo:
desafios e recomendações

DATAJUVES

REALIZAÇÃO

Governo Federal

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Vice-Presidente da República

Márcio Costa Macedo

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República

Ronald Luiz dos Santos

Secretário Nacional de Juventude

Jessy Dayane Silva Santos

Secretária Nacional Adjunta de Juventude

Congresso Nacional

Paulo Roberto Foletto

Deputado Federal

Instituto Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico – INDS

João Vitor Rocha dos Santos

Presidente do INDS

Cesar William Albuquerque De Sousa

Vice-Presidente do INDS

Luiz Antônio Meireles Leão

Diretor-Financeiro do INDS

Coordenação-Geral

Eduardo Georjão Fernandes
João Vitor Rocha dos Santos

Equipe Técnica

André Alves Dos Santos
Douglas de Sousa Belchior Camargo
Éricles Pereira Da Silva
Joyce Juliatti

Levantamento de Evidências a autoria dos Capítulos

Betina Warmling Barros

Doutora em Sociologia (USP)

Daiane da Silva Carvalho

Mestre em Sociologia (UFRGS)

Eduardo Georjão Fernandes

Doutor em Sociologia (UFRGS)

Fellipe Madeira

Mestre em Educação (UFRGS)

Valentina Fonseca da Luz

Mestre em Sociologia (UFRGS)

Revisão de Conteúdo

Cristiano Nicola Ferreira
Ivone Dos Passos Maio

Análise de dados

Jardeilton Miranda de Sousa,

Quality Advisor

Nilson Luiz Silveira Grimm

Metodologia da Pesquisa

Flávio Modolo Neto
Welwes Borges de Sousa

Comunicação Visual

Anderson de Oliveira Braga
Breno Nunes dos Santos
Gabriel Basileu de Oliveira Lima

Parceiros Institucionais

Governo do Estado do Espírito Santo

José Renato Casagrande

Governador

Ricardo de Rezende Ferraço

Vice-Governador

Nara Borgo Cypriano Machado

Secretária de Direitos Humanos

Jiberlandio Miranda Santana

Subsecretário de Políticas para Juventudes

Cristhiany Miranda Macedo

Gerência de Políticas para Juventudes

Ualisson Monteiro Ferreira

Coordenador de Políticas para Juventudes

Equipe SUBJUV

Bruno Rosa Valério

Cleison da Silva Granja

Fabiano da Silveira

Julyana Goldner Nunes

Luiza Resende Rodrigues Poltronieri

Marcus Vinicius de Souza Vieira

Nilda Hastenreiter

Simone Diniz

Suellen Silva da Cruz

Frente parlamentar mista em defesa das políticas públicas de juventude

Gustavo Henrique Lobo da Gama

Secretário-Executivo

Grupo de entrevistados e participantes da oficina

Aline Passos de Oliveira

Amanda Lovatti Coelho Koffer

Carolina de Oliveira e Silva Cyrino

Cristhiany Miranda Macedo

Daniel Costa

Fabício Pancotto

Gabriel Roccon

Gustavo Henrique Lobo da Gama

Gustavo Negrís

Heitor Mendes Rodrigues

Hingridy Fassarella Caliarí

Jiberlandio Miranda Santana

João Simoura

João Vitor Rocha dos Santos

Joyce Soares

Larissa Delbone

Lucas Turini

Maria Auxiliadora Pedruzzi Costa

Marlon do Bonfim

Miguel Intra

Mônica Patrícia Gomes Machado

Nara Borgo Cypriano Machado

Pablo Silva Lira

Paulo Roberto Folletto

Ramon Matheus dos Santos Silva

Renan Lira Matos Cadaís

Suellen Cruz

Vitor Amorim de Angelo

Equipe de Apoio

Gesilaine Rodrigues Stachelski Lazaroto

Juliana Álice Araújo Correa

Marcela Cristina Da Silva Ferro

Paola Martins Ferreira

Tatianny Guimarães Jacinto

DATAJUVES

www.datajuves.com.br

contato@inds.org.br

Realizadores



SECRETARIA NACIONAL
DA JUVENTUDE

SECRETARIA-GERAL



Parceiros Técnicos



Parceiros Institucionais



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Direitos Humanos



SIGLAS

ADERES - Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo

AECAJ - Assessoria de Atenção à Criança, ao Adolescente e à Juventude

BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEDH - Conselho Estadual de Direitos Humanos

CEI - Centro Estadual de Idiomas

CEJUVE - Conselho Estadual da Juventude

COP - Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

CRIAD - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRJ - Centro de Referência das Juventudes

FAMES - Faculdade de Música do Espírito Santo

FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

FECADE - Federação Capixaba de Desporto Escolar

FEJUNES - Fórum Estadual da Juventude Negra

FEJUVES - Fundo Estadual para as Juventudes do Espírito Santo

GEPIUV - Gerência de Políticas para a Juventude

IASES - Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

LA - Liberdade Assistida

MEI - Microempreendedor Individual

PCIES - Polícia Científica do Estado do Espírito Santo

PEJ - Política Estadual de Juventude

PEPIUV - Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo 2022 – 2032

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

REC - Redes de Economia Criativa

SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e Custo

SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SECTI - Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

SECULT - Secretaria de Estado da Cultura

SEDH - Secretaria de Estado de Direitos Humanos

SEDU - Secretaria de Estado da Educação

SEJUS - Secretaria de Estado da Justiça

SEMOBI - Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura

SESA - Secretaria da Saúde

SESPORT - Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

SETADES - Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

SETUR - Secretaria de Estado do Turismo

SiMAPP - Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo

SUBJUV - Subsecretaria de Juventudes

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Homicídios registrados de jovens (15 a 29 anos) - Brasil, Espírito Santo (2013-2023)

Tabela 2 - Mortes Decorrentes de Intervenção Policial - Brasil, Espírito Santo (2013-2023)

Tabela 3 - Taxa de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial por 100 mil habitantes - Brasil, Espírito Santo (2013-2023)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo sobre as políticas de juventude no Espírito Santo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estimativa populacional de jovens (%) - Espírito Santo

Gráfico 2 - Estimativa populacional de jovens (%) - Vitória

Gráfico 3 - Variação relativa de jovens por sexo entre 2012-2023 - Espírito Santo

Gráfico 4 - Caracterização da população jovem (%) do Espírito Santo (2023) - raça/cor

Gráfico 5 - Variação da taxa de escolarização entre 2016-2023 - Espírito Santo

Gráfico 6 - Percentual de pobreza absoluta em 2023 - Brasil e Espírito Santo

Gráfico 7 - Desigualdade territorial urbana-rural em 2023 - Espírito Santo

Gráfico 8 - Juventudes "sem-sem" entre 2012-2022 - Espírito Santo

Gráfico 9 - Taxas de desocupação entre 2016-2023 - Brasil e Espírito Santo

Gráfico 10 - Renda média per capita de jovens entre 2016-2023 - Brasil e Espírito Santo

Gráfico 11 - Taxa de homicídios registrados de jovens (15 a 29 anos) por 100 mil habitantes - Brasil, Espírito Santo (2013-2023)

Gráfico 12 - Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por raça/cor - Espírito Santo (2013-2023)

Gráfico 13 - Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por raça/cor - Espírito Santo (2013-2023)

Gráfico 14 - Distribuição de homicídios registrados de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por raça/cor (em %) - Espírito Santo (2013-2023)

Gráfico 15 - Taxa de homicídios registrados de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por sexo - Espírito Santo (2013-2023)

Gráfico 16 - Distribuição de homicídios registrados de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por sexo (em %) - Espírito Santo (2013-2023)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização de Planos, Programas, Projetos e Ações por eixo do Estatuto da Juventude e situação presente

Quadro 2 - Síntese da Avaliação Executiva - CRJs

Quadro 3 - Atividades e serviços oferecidos pelos CRJs, por Eixo de intervenção

Quadro 4 - Síntese da Avaliação Executiva - JuventudES

Quadro 5 - Síntese da Avaliação Executiva - PEPJuv 2022-2032

Quadro 6 - Síntese da Avaliação Executiva - 4ª Conferência Estadual das Juventudes

Quadro 7 - Síntese da Avaliação Executiva - Projeto Educação em Direitos Humanos

Quadro 8 - Síntese da Avaliação Executiva - Nossa Bolsa

Quadro 9 - Síntese da Avaliação Executiva - LabPocas

Quadro 10 - Síntese da Avaliação Executiva - Nossocrédito Juventude Empreendedora (CredJuv)

Quadro 11 - Síntese da Avaliação Executiva - EmpregaJuv

Quadro 12 - Síntese da Avaliação Executiva - JEES

Quadro 13 - Síntese da Avaliação Executiva - MiniCOP

Quadro 14 - Síntese da Avaliação Executiva - Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens

Quadro 15 - Síntese das lacunas e recomendações das políticas de juventude do ES

Quadro 16 - Recomendações para comunidades tradicionais

Quadro 17 - Recomendações para juventudes negras

Quadro 18 - Recomendações para jovens mulheres

Quadro 19 - Recomendações para juventude LGBT+

Quadro 20 - Recomendações para jovens com deficiência

Quadro 21 - Projetos políticos pedagógicos para comunidades tradicionais

Quadro 22 - Projetos de inserção da prática artística diversa para juventudes negras

Quadro 23 - Ações de apoio e acompanhamento de jovens vítimas de violência policial

Quadro 24 - Programas de promoção do empoderamento das jovens mulheres e jovens mulheres mães

Quadro 25 - Projetos de promoção de respeito às diferentes formas de orientação sexual para jovens LGBT+

Quadro 26 - Projetos de promoção do acolhimento e do convívio em grupo dos jovens com deficiência

Quadro 27 - Projetos de apoio à juventude rural

Quadro 28 - Projetos de educação ambiental

Quadro 29 - Recomendações para as juventudes rurais

Quadro 30 - Recomendações para a educação ambiental

Quadro 31 - Iniciativas de mobilização das juventudes para a sustentabilidade

Quadro 32 - Recomendações para a mobilização ambiental

SUMÁRIO

1 Caracterização da Juventude do estado do Espírito Santo	13
1.1 Estimativa populacional, sexo e cor/raça	14
1.2 Educação, pobreza, desigualdade, renda e trabalho	16
1.3 Violência letal	19
2. Panorama das políticas de juventudes no Espírito Santo	27
2.1 Contextualização histórica	28
2.2 Estrutura institucional das políticas de juventude	34
2.3 Panorama de políticas, planos, programas, projetos e ações em implementação na área da juventude	38
3 Avaliação das políticas públicas de juventudes prioritárias	53
3.1 Eixos Múltiplos	56
3.2 Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil	83
3.3 Educação	91
3.4 Profissionalização, trabalho e renda	100
3.5 Desporto e Lazer	129
3.6 Sustentabilidade e Meio Ambiente	131
3.7 Segurança Pública e Acesso à Justiça	133
4 Lacunas e barreiras de implementação	136
4.1 Insuficiente envolvimento dos municípios	138
4.2 Processo de implementação do Fundo Estadual para as Juventudes do Espírito Santo (FEJUVES)	141
4.3 Escassez de recursos humanos na Subsecretaria de Juventudes (SUBJUV)	143
4.4 Conflitos entre a política de juventude e a política de segurança	146
4.5 Falta de um processo amplo de avaliação das políticas de juventude	149
4.6 Instabilidade das políticas de juventude	150
5. Experiências inspiradoras	153
5.1 Diversidade	154
5.2 Sustentabilidade e Meio Ambiente	174
6 Nota Metodológica	183
Referências	186
Apêndices	188
Apêndice 1 - As Juventudes no Plano Plurianual do estado do Espírito Santo	188

O nosso trabalho pelas juventudes capixabas é pautado pela convicção de que é preciso ouvir, entender e agir de forma estratégica. Por isso, tivemos a satisfação de destinar a emenda parlamentar que tornou possível a pesquisa e a criação do DATAJUVES, um verdadeiro mapa que nos permite enxergar as diversas realidades dos nossos jovens e, assim, construir políticas públicas que realmente façam a diferença. Com base em dados e diálogo, focamos em ações estruturantes que abrem caminhos e geram oportunidades reais, tanto no campo quanto na cidade.

Quando estivemos à frente da Secretaria de Estado de Agricultura, tiramos do papel um projeto robusto e dedicado a um público que, por muito tempo, foi invisibilizado: a juventude rural e da pesca. Não ficamos apenas no debate; nós estruturamos e apresentamos o programa Juventude Rural e Sucessão Familiar, pensando na permanência do jovem no campo com qualidade de vida e renda. Fomos além, realizando entregas concretas e implementando 32 Centros Digitais para conectar essa juventude ao mundo digital, oferecendo ferramentas para o conhecimento, o empreendedorismo e a inovação no agronegócio.

Paralelamente, sempre entendemos que a educação é a principal ferramenta de transformação social. Por isso, apoiamos ativamente programas transformadores como o Nossa Bolsa, que abre as portas do ensino superior para milhares de jovens, e trabalhamos incansavelmente pelo fortalecimento da ciência e da pesquisa em nosso estado. A nossa participação em momentos históricos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), assinando termos para aumentar os investimentos e consolidar o ecossistema de inovação capixaba, reflete nossa crença de que apoiar jovens cientistas é investir diretamente na soberania e no desenvolvimento do Espírito Santo.

Cada uma dessas ações, desde o apoio ao agricultor até o incentivo ao pesquisador, faz parte de uma visão integrada para garantir que cada jovem capixaba, onde quer que esteja, tenha o direito de sonhar e a oportunidade de realizar.

Paulo Foletto

Deputado Federal (PSB-ES)

INDS

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico (INDS), enquanto organização comprometida com a promoção de políticas públicas baseadas em evidências, apresenta o Datajuves – A Política de Juventudes do Estado do Espírito Santo: Desafios e Recomendações. Este trabalho representa mais que um levantamento técnico: trata-se de um instrumento estratégico de leitura da realidade, construído com rigor metodológico e voltado à incidência qualificada sobre as políticas públicas de juventude.

Vivemos um tempo em que escutar, compreender e valorizar as juventudes torna-se essencial para projetar um futuro mais justo, participativo e desenvolvido. O Datajuves foi pensado justamente para isso: mapear, analisar e sintetizar evidências que traduzam os desafios enfrentados por jovens capixabas e inspirem soluções concretas. Buscamos, com esta iniciativa, sistematizar boas práticas, identificar lacunas e, acima de tudo, propor caminhos que tornem as políticas públicas mais eficientes, integradas e comprometidas com a transformação social.

Ao longo das páginas deste relatório, é possível encontrar diagnósticos, análises críticas e recomendações baseadas em experiências exitosas. Nosso desejo é que esse conteúdo seja apropriado por gestores públicos, lideranças juvenis, organizações da sociedade civil e por todos que reconhecem na juventude uma potência transformadora.

Que este estudo seja não apenas uma referência técnica, mas também um convite ao compromisso coletivo com a construção de políticas públicas que respeitem a diversidade, incentivem a participação e assegurem direitos. O futuro das juventudes capixabas depende das escolhas que fazemos agora — e o Datajuves nos mostra, com clareza, por onde podemos e devemos avançar.

João Vitor Rocha dos Santos

Presidente do INDS

A potencialidade das juventudes capixabas, ressaltada pelo Datajuves, merece ser amplamente debatida por todas as pessoas que desejam compreender o presente e o futuro do Espírito Santo. Este importante instrumento de coleta e análise de dados nos traz informações aprofundadas sobre as características, os desafios e as oportunidades que se apresentam para as juventudes capixabas.

A pesquisa nos permite observar como as juventudes são diversas, provenientes de diferentes origens, realidades sociais, econômicas e culturais.

Essa diversidade é uma das grandes forças do nosso estado, pois proporciona uma rica troca de ideias e experiências entre poder público e sociedade civil.

Ao identificar as especificidades de cada grupo, o Datajuves ajuda a destacar a importância de políticas públicas que realmente atendam às necessidades desta importante parcela da população.

Além disso, ao analisar os dados coletados podemos observar as diversas competências e habilidades que essas juventudes estão desenvolvendo.

Criatividade, capacidade de inovação, de mobilização e vontade de se engajar em projetos sociais, culturais e econômicos são algumas das características destacadas pelo Datajuves.

Por fim, a pesquisa também nos convida a refletir sobre o futuro. Com os dados apresentados podemos trabalhar para criar um ambiente que incentive os sonhos, desejos e aspirações das juventudes capixabas, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Nara Borgo Cypriano Machado

Secretária de Estado de Direitos Humanos (SEDH/ES)

SUBJUV/SEDH

Hoje, nos encontramos diante de uma ferramenta poderosa, um compêndio de sonhos e realidades que nos ajuda a compreender melhor o nosso presente e a vislumbrar um futuro que ainda está por vir.

Falo do Datajuves: o Atlas das Juventudes do Espírito Santo. Um projeto que se ergue, ousado e vibrante, para traçar o perfil dessas juventudes capixabas que, em sua diversidade, pulsa forte e cheio de esperanças.

Vivemos tempos desafiadores, onde as vozes dos jovens, muitas vezes, se perdem em meio ao barulho. No entanto, o Datajuves se propõe a ser um guia sobre as nossas juventudes, revelando suas inquietações, necessidades e potencialidades.

Aqui, encontramos dados que narram histórias, histórias de vidas que, em cada letra e número, estão repletas de anseios, luta e resiliência. Este atlas não é apenas um conjunto de informações, mas um convite à ação, uma chamada para que todos nós, cidadãos, líderes e governantes, olhemos com mais carinho para os jovens.

Neste momento em que apresentamos o Datajuves, temos a oportunidade de refletir sobre o que significa realmente investir no futuro. Não se trata apenas de ver números frios em relatórios, mas de enxergar rostos, sonhos e a capacidade transformadora de cada jovem do Espírito Santo.

Quando cada um de nós se dispõe a escutar essas vozes, quando abrimos espaço para que as experiências e saberes das juventudes possam ser incorporados às políticas públicas, entramos num caminho de inovação e mudança.

A juventude é a essência do movimento! Ela não espera permissão para sonhar e criar. Com o Datajuves em mãos somos nós que devemos nos dispor a ser instrumentos de transformação, a construir pontes para que as juventudes possam atravessar os desafios que se impõem.

Vamos juntos, inspirados por este conteúdo, desenhar um Espírito Santo onde cada jovem tenha acesso às oportunidades, onde ele possa se expressar livremente e onde, juntos, possamos celebrar as riquezas culturais e sociais que fazem de nossa terra um lugar especial.

Vamos à luta, porque o futuro nos pertence e, com o Datajuves, as rotas estão traçadas!

Jiberlandio Miranda

Subsecretário de Estado de Políticas para as Juventudes

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, em âmbito nacional, tem se fortalecido a ideia de que a juventude - compreendida como o grupo de pessoas entre 15 e 29 anos - demanda políticas públicas específicas. Ao mesmo tempo, reconhece-se a multiplicidade de características e necessidades desse grupo (Abramo, 2014; CONJUVE, 2021).

Diversos marcos apontam para esse fortalecimento. Entre eles, destacam-se as Conferências Nacionais da Juventude (2008, 2011, 2015 e 2023) e a publicação do Estatuto da Juventude em 2013. O Estatuto estabelece os princípios e diretrizes que regem as políticas públicas para as juventudes, além de indicar os eixos de atuação do Estado para essa população: cidadania, participação social e política e representação juvenil; educação; profissionalização, trabalho e renda; diversidade; saúde; cultura; comunicação; desporto e lazer; território e mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; segurança pública e acesso à justiça (CONJUVE, 2021).

Enquanto algumas publicações analisam o cenário nacional das políticas de juventude (Abramo, 2014; Atlas das Juventudes, 2021; CONJUVE, 2021), este projeto busca examinar a experiência do Espírito Santo (ES), levantando dados e evidências sobre a população jovem do estado e as políticas de juventudes já implementadas no âmbito estadual, além de apoiar a formulação de novas políticas.

Para alcançar esse objetivo geral, este relatório está estruturado nos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o perfil da população jovem do Espírito Santo (Capítulo 1);
- Mapear e avaliar as principais experiências de políticas públicas de juventudes que estão sendo implementadas no âmbito estadual (Capítulos 2 e 3);
- Identificar as principais lacunas da política estadual de juventudes, priorizando áreas de atuação (Capítulo 4);
- Buscar experiências de políticas públicas para jovens desenvolvidas em outras localidades nas áreas priorizadas, que podem ser adequadas à realidade do Espírito Santo (Capítulo 5);
- Sintetizar recomendações para novas políticas públicas às juventudes no Espírito Santo, considerando as políticas atuais e desejadas (Capítulo 4 e 5).

Para a realização da pesquisa, foram feitas buscas abrangentes em documentos e dados que mapeiam a situação dos jovens e as políticas de juventude no Espírito Santo. O foco da análise são as políticas implementadas ou em implementação durante o atual governo de Renato Casagrande, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) (iniciado em 2019) - incluindo aquelas criadas em períodos anteriores, mas que continuam sendo implementadas. A pesquisa documental foi complementada pela análise de 13 entrevistas e um grupo focal realizados com gestores públicos e representantes da sociedade civil que atuam com o tema da juventude no ES.



CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

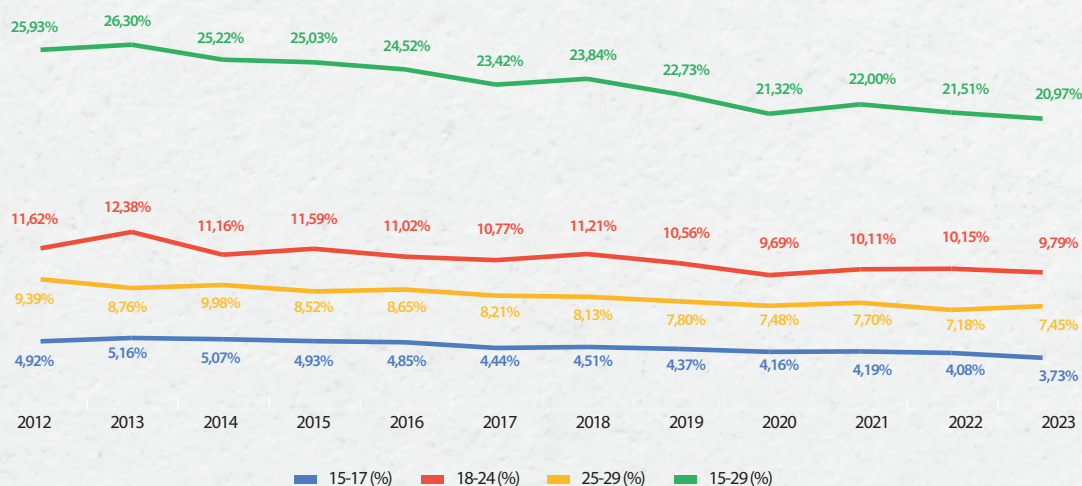
Caracterizar o perfil da população jovem do Espírito Santo com base em dados sobre: estimativa populacional, sexo e cor/raça; educação; pobreza e desigualdade; renda e trabalho; e violência letal.

1.1 Estimativa populacional, sexo e cor/raça

A observação dos dados sobre as características da população jovem do estado do ES constitui um aspecto central para análise das políticas de juventudes no contexto capixaba. Informações sobre a estimativa populacional, sexo/gênero e raça/cor refletem o panorama da realidade das juventudes e possibilitam previsões sobre tendências importantes, como a constatação da queda no percentual da população jovem no estado.

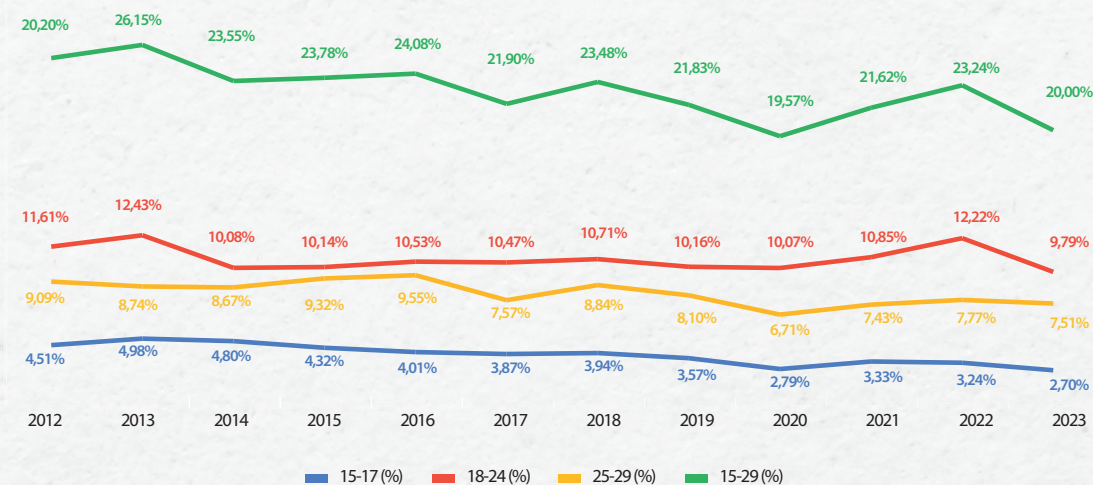
Com base nos dados da PNAD Contínua (2012-2023), observa-se que a queda no percentual de jovens atinge tanto a população nacional quanto a população capixaba. No ano de 2012, a população jovem no Brasil, entre 15 e 29 anos, correspondia a 26,26% da população. Em 2023, esse dado foi reduzido para 22,54%. Em relação ao ES, em 2012 jovens entre 15 e 29 anos representavam 25,93% da população do estado, caindo para 20,97% em 2023, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Estimativa populacional de jovens (%) - Espírito Santo



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

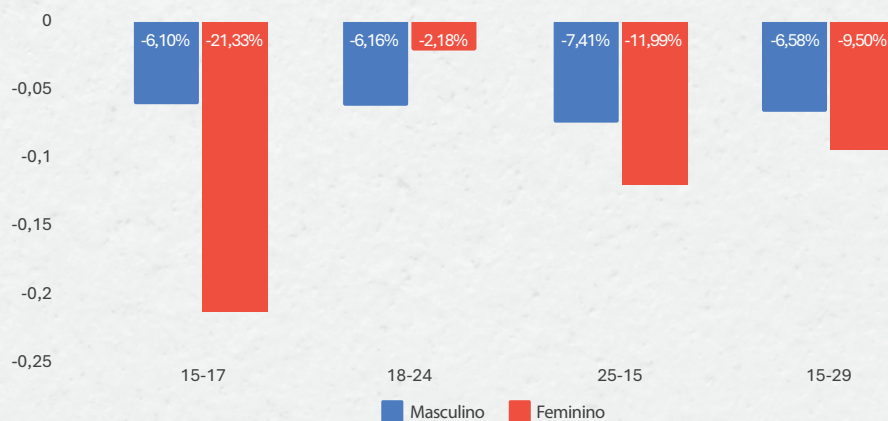
No estado do ES, as variações negativas estão presentes nas três faixas etárias que compõem a população jovem (15-17, 18-24 e 25-29 anos). No entanto, observa-se uma queda ainda mais acentuada na faixa etária jovem-adolescente (15-17 anos), especialmente na capital, Vitória:

Gráfico 2 - Estimativa populacional de jovens (%) - Vitória

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

Em relação aos dados sobre a variável sexo, apesar de haver uma semelhança nas proporções da população de todo o Brasil e do estado do ES em 2023 (cerca de 50% para cada sexo), no que diz respeito à variação de jovens no estado, observa-se uma queda maior na população feminina em todas as faixas etárias entre 2012 e 2023. Isso significa que, nesse período, houve uma queda maior da população jovem feminina

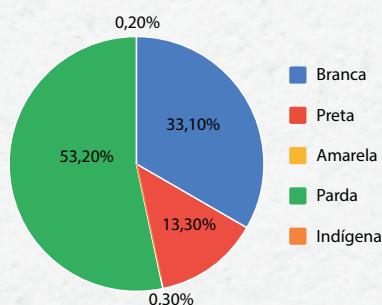
em comparação com a masculina no ES. Essa diferença é especialmente evidente na faixa de 15-17 anos: entre 2012 e 2023, a população jovem feminina nessa faixa etária teve uma variação negativa de -21,33%, enquanto a população masculina variou -6,10% no mesmo período, como é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Variação relativa de jovens por sexo entre 2012-2023 - Espírito Santo

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

Em relação à categoria raça/cor, em 2023, o ES apresentou índices semelhantes aos do Brasil quanto às proporções de jovens. No entanto, **o percentual de jovens negros (aglutinando as categorias preta e parda) é maior no estado do ES (66,5%) em comparação ao Brasil (60,1%).** Em contrapartida, a proporção de jovens brancos é menor no estado (33,1%) em relação ao cenário nacional (38,7%). No gráfico a seguir pode-se observar a caracterização da população jovem no estado segundo raça/cor:

Gráfico 4 - Caracterização da população jovem do Espírito Santo (2023) - raça/cor



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

Em suma, os dados relativos à estimativa populacional apontam para a queda na proporção de jovens no ES, sendo essa queda mais acentuada entre jovens mulheres. Ademais, o estado apresenta, em comparação ao Brasil, uma proporção maior de jovens negros. Este dado é relevante, pois, como será discutido nos capítulos a seguir, as juventudes negras são um público prioritário nas políticas do ES.

1.2 Educação, pobreza, desigualdade, renda e trabalho

De acordo com os dados da PNAD Contínua (2012-2023), o ES apresenta taxas de escolarização líquida compatíveis com as do Brasil. Isso significa que, nesse período, houve um aumento progressivo na escolarização de jovens que ingressam no ensino médio (faixa etária de 15-17 anos). Nesse público,

a taxa de escolarização passou de 59,5% em 2016 para 71,5% em 2023. Por outro lado, observa-se uma estagnação ou retrocesso no ingresso de jovens entre 18 e 29 anos no Ensino Superior, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 5 - Variação da taxa de escolarização entre 2016-2023 - Espírito Santo

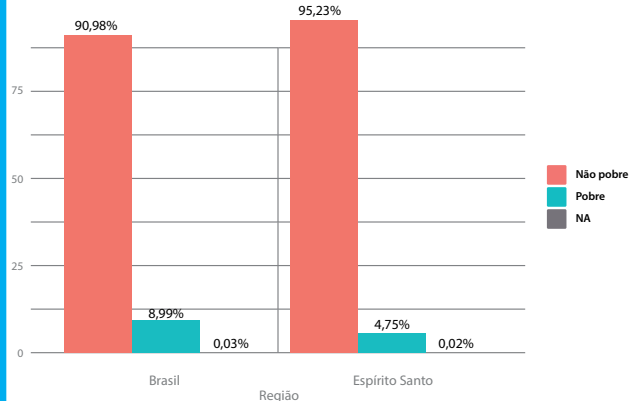
Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

Esses dados indicam uma melhoria progressiva nas taxas de escolarização da população jovem do ES entre 2012 e 2023, o que deve ser considerado na avaliação das políticas de educação para essa população. Ao mesmo tempo, os dados de estagnação ou retrocesso para os jovens entre 18 e 29 anos exigem atenção específica, principalmente no que diz respeito à entrada no Ensino Superior.

Em termos de pobreza absoluta, o ES apresenta um percentual mais baixo de pessoas com renda per capita inferior a 25% do salário-mínimo (4,75%) do que o Brasil (com percentual de 8,99%). Esses dados indicam índices mais baixos de pobreza absoluta no ES em comparação ao Brasil. Isso pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Percentual de pobreza absoluta em 2023 Brasil e Espírito Santo**Percentual de pobreza por região**

Considerando renda per capita a 25% do salário mínimo

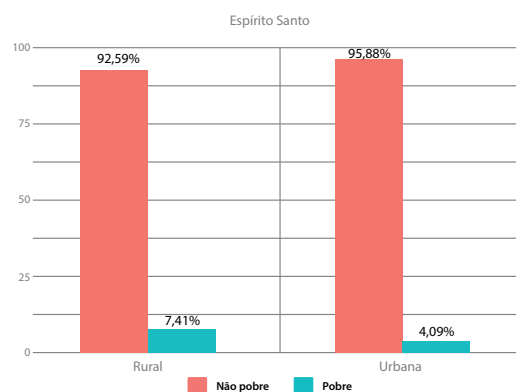


Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

Quanto à desigualdade entre territórios, tanto o ES quanto o Brasil apresentam uma proporção maior de pessoas em pobreza absoluta no espaço rural em comparação ao urbano. No entanto, no ES, a desigualdade entre rural e urbano é estatisticamente inferior à registrada no cenário nacional. O gráfico a seguir mostra os dados do ES:

Gráfico 7 - Desigualdade territorial urbana-rural em 2023 Espírito Santo**Percentual de pobreza na região urbana**

Considerando renda per capita a 25% do salário mínimo



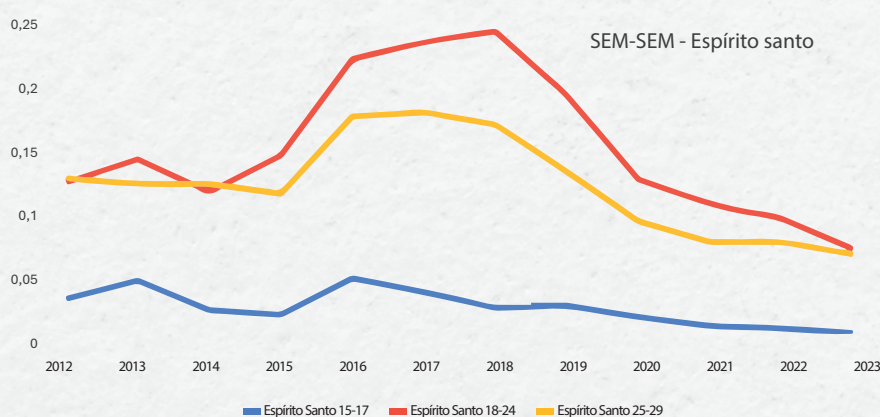
Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

De modo geral, considerando-se o índice Gini¹ como indicador e com base nos dados da PNAD Contínua (2023), é possível afirmar que **a concentração de riqueza no ES é atualmente inferior à do Brasil:** enquanto no estado o índice é de 0,495, no cenário nacional atinge-se 0,527. Ou seja, o ES apresenta melhores índices em relação ao contexto nacional, no que diz respeito à pobreza e desigualdade. As maiores taxas de pobreza no espaço rural - assim como ocorre no Brasil -, são um ponto de atenção para as políticas públicas destinadas às juventudes rurais.

No que se refere à inclusão produtiva das juventudes, o cenário no ES também se assemelha ao nacional.

Em ambos os contextos, os índices demonstram mudanças na proporção de jovens “sem-sem”, ou seja, aqueles que não têm acesso a oportunidades de trabalho ou estudo. A partir de 2014, observa-se um aumento considerável nas taxas de jovens “sem-sem” tanto no Brasil quanto no ES, atingindo certa estabilidade a partir de 2016, seguida de queda nos anos seguintes, especialmente a partir de 2020. Assim, **as tendências recentes indicam uma redução na proporção de jovens sem oportunidades de trabalho ou estudo, tanto no Brasil quanto no ES.** Isso pode ser observado no gráfico a seguir sobre o ES:

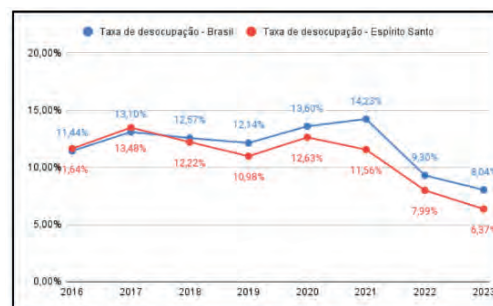
Gráfico 8 - Juventudes “sem-sem” entre 2012-2022 - Espírito Santo



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

No que diz respeito à população geral, as taxas se mantiveram estáveis entre 2017 e 2019, com uma elevação nos anos de 2020 e 2021, influenciada pelo cenário pandêmico. Apenas a partir de 2021 as taxas começaram a retomar os níveis pré-pandêmicos, refletindo uma melhora efetiva até o ano de 2023, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 9 - Taxas de desocupação entre 2016-2023 - Brasil e Espírito Santo



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

1 - O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é uma ferramenta utilizada para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade extrema, ou seja, todos têm a mesma renda, enquanto o valor um corresponde ao extremo oposto, isto é, uma única pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004).

Os dados da PNAD demonstram ainda que a **renda média per capita de jovens no Brasil e no Espírito Santo também tem apresentado crescimento**, principalmente a partir de 2021.

**Gráfico 10 - Renda média per capita de jovens entre 2016-2023
Brasil e Espírito Santo**



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD Contínua (2023).

Assim, **em termos de renda e trabalho para a população jovem, o ES tem registrado uma melhoria nos últimos anos.** Esses dados devem ser considerados na avaliação das políticas públicas voltadas para os jovens relacionadas a esse tema.

1.3 Violência letal

21

Os índices de violência letal contra jovens na América Latina têm sido um dos principais desafios para o desenvolvimento social do continente nas últimas décadas (Pimenta, 2023). Nesse contexto, o Brasil se destaca como um dos países com as maiores taxas de homicídios. No último ano, embora tenha registrado o terceiro ano consecutivo de queda no número total de mortes violentas, o país manteve um índice quatro vezes superior à média global (UNODC, 2023).

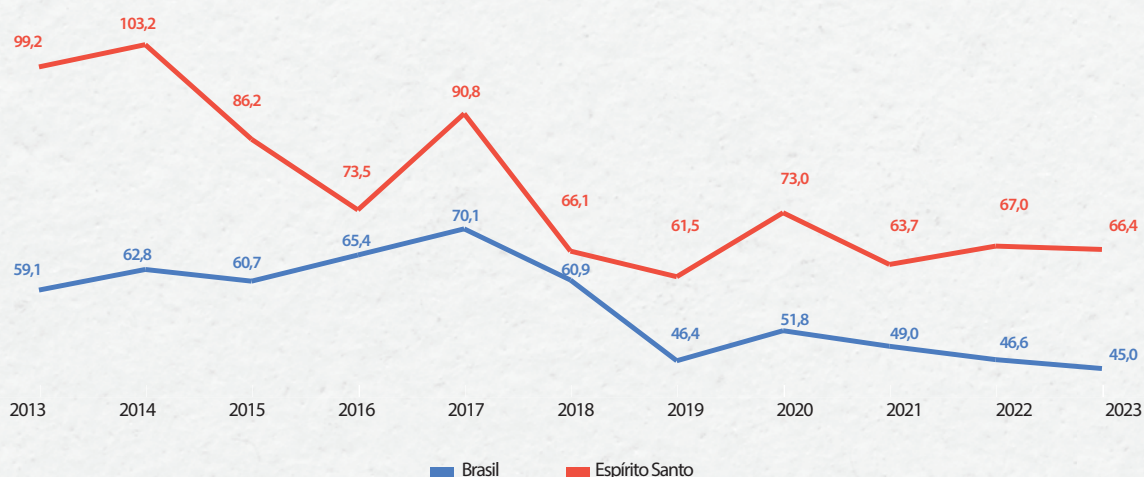
Esse preocupante fenômeno varia consideravelmente conforme a região ou o estado. Nas últimas duas décadas, observou-se um deslocamento significativo da violência letal entre as regiões do país, de modo que, atualmente, os piores índices são observados em estados do Norte e do Nordeste (IPEA; FBSP, 2024). Assim, desde pelo menos meados dos anos 2000, a região Sudeste tem apresentado os menores índices agregados de homicídios, com taxas sempre inferiores à média nacional. No entanto, dentro desse recorte regional, **o ES tem se mantido, na última década, como o estado do Sudeste com a maior taxa de homicídios proporcionalmente à sua população.**

No gráfico a seguir, são apresentadas as taxas de homicídios registradas nacionalmente e no estado, considerando apenas vítimas de 15 a 29 anos por 100 mil habitantes. Nota-se uma queda significativa a partir de 2014, ano em que o estado registrou a pior taxa da série histórica (103,2) para esse recorte etário. Essa

tendência de queda foi contínua até 2016, quando as taxas nacional e estadual se aproximaram, embora o ES tenha mantido um índice superior ao do Brasil, que vinha apresentando uma tendência de alta, com pico em 2017, quando foram registrados 70,1 homicídios por 100 mil habitantes entre jovens de 15 e 29 anos no país.

Após 2017, os índices começam a cair tanto no Brasil quanto no ES. Em 2018, as taxas voltaram a se aproximar, mas, a partir desse ano, a queda se torna mais acentuada no país do que no estado capixaba. No ES, em 2023, a taxa de homicídios de jovens foi de 66,4 por 100 mil habitantes, valor superior apenas aos registrados em 2019 e 2021. Já no Brasil, a taxa em 2023² foi de 45 homicídios por 100 mil habitantes, o menor índice da série histórica dos últimos 10 anos.

**Gráfico 11 - Taxa de homicídios registrados de jovens (15 a 29 anos) por 100 mil habitantes
Brasil, Espírito Santo (2013-2023)**



Fonte: Atlas da Violência 2024 (IPEA; FBSP, 2024); MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

Em termos absolutos, em 2013, 985 jovens foram assassinados no ES, número que vem diminuindo desde então. Em 2023, o estado registrou 583 vítimas, representando uma redução de 40,8% em uma década. No Brasil, o número de mortes violentas de jovens variou, nos últimos dez anos, entre 35 mil e 22 mil. O pico da violência ocorreu em 2017, diferentemente do que se observou no ES. Embora, no estado, 2017 também tenha apresentado um aumento em relação ao ano anterior, os índices não superaram os registrados em 2013 e 2014.

2 - Os valores de 2023 divulgados pelo DATASUS ainda são preliminares.

Tabela 1 - Homicídios registrados de jovens (15 a 29 anos) - Brasil, Espírito Santo (2013-2023)

	Número de homicídios											Variação (em %)	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2013 a 2023	2022 a 2023
Brasil	30.689	32.436	31.264	33.590	35.783	30.873	23.327	25.814	24.217	22.864	21.840	-28,8	-4,5
Espírito Santo	985	958	830	707	848	618	569	668	567	580	583	-40,8	0,5

Fonte: Atlas da Violência 2024 (IPEA; FBSP, 2024); MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Nota: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

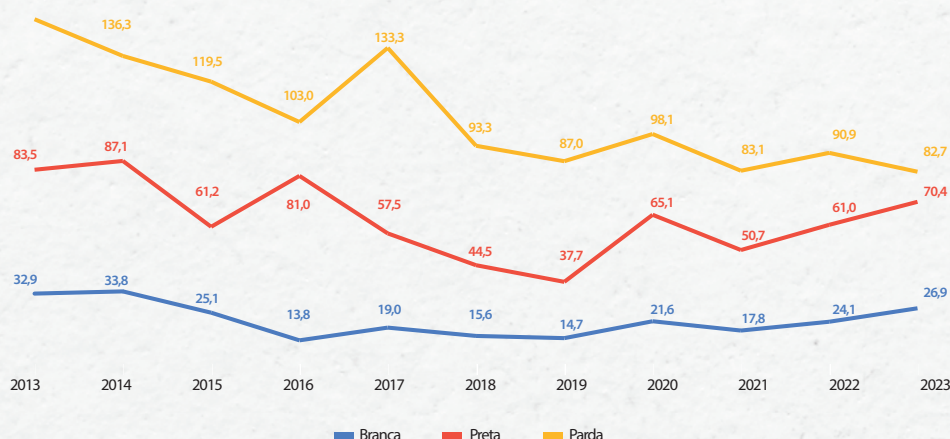
Quando analisamos a taxa de homicídios de jovens por recorte racial, torna-se evidente que a violência letal atinge desproporcionalmente pessoas pretas e pardas.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dessas taxas no ES nos últimos 10 anos, de acordo com a cor/raça da vítima. Em 2017, por exemplo, ano em que o índice geral atingiu o recorde de 90,8, tem-se uma taxa de 133,3 vítimas jovens de cor parda a cada grupo de 100 mil, valor que cai para 57,5 no recorte das vítimas de cor preta e decresce ainda mais abruptamente quando observadas as vítimas de cor branca, chegando em 19,0 vítimas por 100 mil.

Após 2017, os índices diminuíram principalmente entre as vítimas de cor parda e preta, embora tenham sido registrados picos de crescimento para vítimas pretas nos anos de 2020 e 2023.



Gráfico 12 - Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por raça/cor - Espírito Santo (2013-2023)

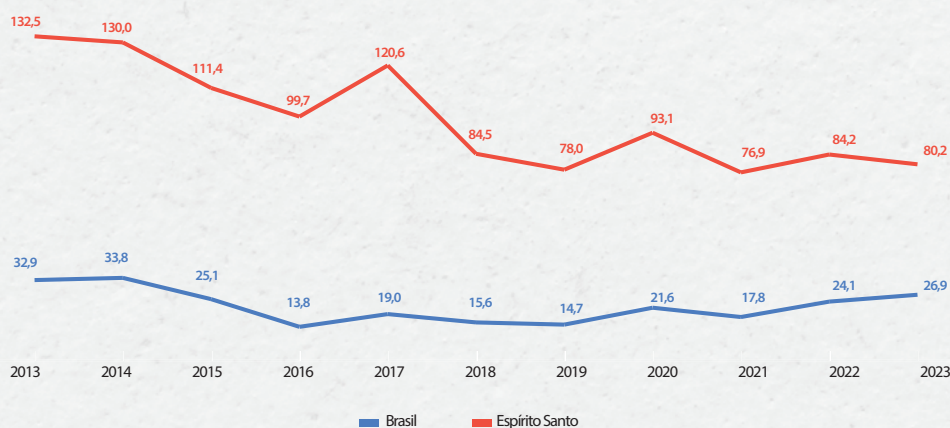


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); PNAD Contínua 2012-2023.

Nota: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

A agregação dos dados de homicídios de pessoas pretas e pardas permite comparar mais diretamente os índices de pessoas negras e brancas. A soma dos índices também ajuda a mitigar problemas de heteroidentificação das vítimas, procedimento realizado pelo responsável pelo atestado de óbito, documento que serve como principal fonte de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) gerido pelo Datasus. No gráfico a seguir, a série histórica das taxas de homicídios de jovens brancos e negros por 100 mil habitantes indica uma leve aproximação entre os dois grupos ao longo dos últimos dez anos. Houve uma queda de 18,2% na taxa de violência letal de jovens brancos em dez anos e de 39,5% na taxa de vítimas do mesmo grupo etário de cor/raça negra.

Gráfico 13 - Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por raça/cor - Espírito Santo (2013-2023)



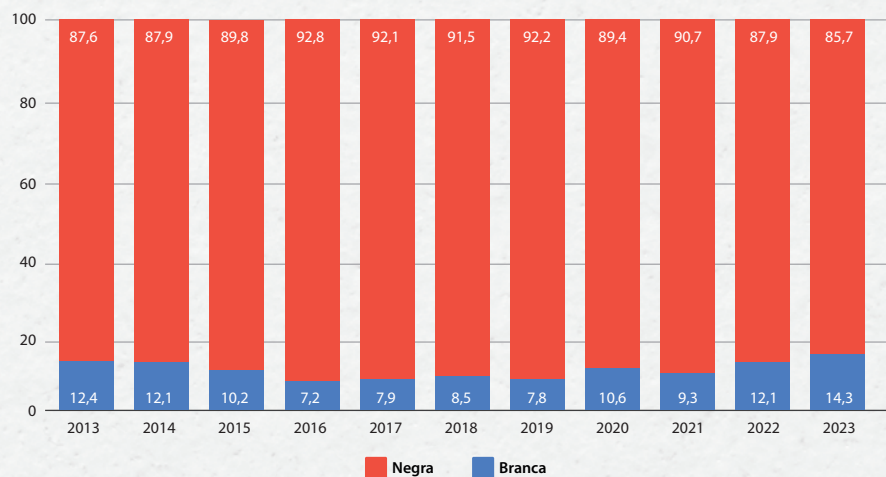
Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); PNAD Contínua 2012-2023.

Nota: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

A queda mais acentuada nos homicídios de jovens negros na última década parece ter levado a uma relativa diminuição do risco de jovens negros serem vítimas de homicídio em relação aos jovens brancos. Em 2013, um jovem tinha quatro vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco. Em 2023, esse valor caiu para três vezes. Apesar do avanço, **os dados indicam o enorme impacto do racismo na vitimização letal no ES**, situação que não difere dos resultados apontados pelos indicadores sobre a realidade brasileira como um todo (IPEA; FBSP, 2024).

No gráfico a seguir, é apresentado o percentual de vítimas por cor/raça, considerando pretos e pardos na categoria unificadora "negra". Nos últimos dez anos, a distribuição não variou significativamente, ficando entre 85% (mínimo) e 93% (máximo). A diferença percentual caiu no último ano, quando 14,3% das vítimas jovens eram brancas³.

Gráfico 14 - Distribuição de homicídios registrados de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por raça/cor (em %) - Espírito Santo (2013-2023)



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); PNAD Contínua 2012-2023.

Nota: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes

CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

Outro recorte que ajuda a entender quem são as vítimas prioritárias do fenômeno da violência letal no ES é a informação sobre sexo das vítimas. A taxa de homicídios de jovens do sexo masculino por 100 mil habitantes, nos últimos dez anos, ficou entre 183,2, em 2013 (ápice da série para esse grupo), e 119,3, em 2021 (menor índice dos últimos dez anos).

Assim como aconteceu em relação às taxas de vítimas negras, o ano de 2017 representou um pico de crescimento para os jovens homens. Em relação às mulheres da mesma faixa etária, a queda na taxa foi mais intensa nos últimos dez anos (-61,6%), fazendo com que passasse de 16,6 vítimas por 100 mil habitantes para 6,4 em 2023.

3 - Os dados de 2023 devem ser analisados com cautela, uma vez que ainda se trata de dados preliminares lançados pelo DATASUS que estão sujeitos a revisões pelos estados.

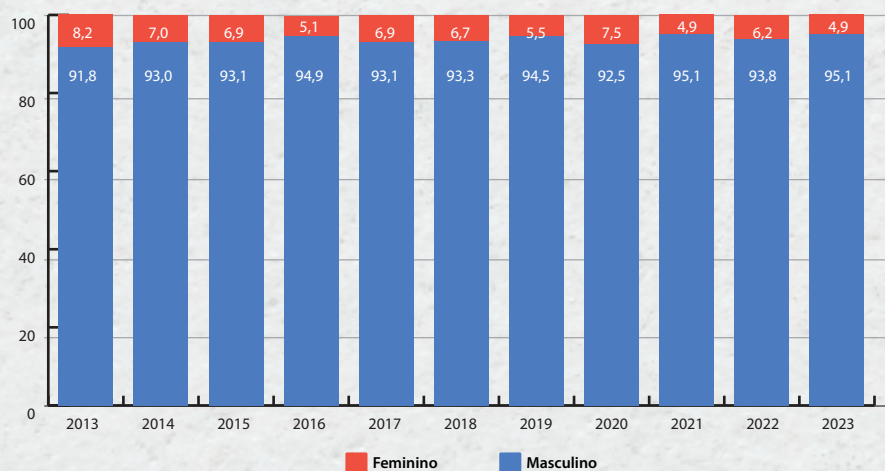
Gráfico 15 - Taxa de homicídios registrados de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por sexo - Espírito Santo (2013-2023)



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); PNAD Contínua 2012-2023.
Nota: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

Nesse sentido, **o risco relativo de um jovem de sexo masculino no Espírito Santo ser vítima de homicídio em comparação com o risco de uma jovem do sexo feminino ser vítima da mesma violência no estado aumentou nos últimos dez anos**, passando de 11 vezes, em 2013 para 19,5 em 2023. A proporção de vítimas por sexo em cada ano, por sua vez, tem se mantido em patamar muito semelhante na última década, variando sempre acima da casa dos 90% de vítimas do sexo masculino.

Gráfico 16-Distribuição de homicídios registrados de jovens por 100 mil habitantes (15 a 29 anos) por sexo (em %) - Espírito Santo (2013-2023)



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); PNAD Contínua 2012-2023.
Nota: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

Finalmente, em relação aos homicídios que envolvem policiais (militares e civis), seja em contexto de confronto, seja em casos em que há indícios de execução por parte do agente estatal, não há no Brasil índices produzidos com recorte etário. O principal indicador é o de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, construído e sistematizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública desde 2016. Nesse indicador, são contabilizadas mortes que ocorrem durante intervenção praticada por agentes policiais, seja em serviço, seja fora de serviço. A tabela 2 mostra os valores nacionais e no ES. Em relação ao total de vítimas, a tabela 3 mostra que o ES tem apresentado uma taxa inferior à taxa nacional, mantendo-se sempre abaixo de 2 vítimas por 100 mil habitantes. No cenário nacional, essa taxa tem sido, desde 2018, acima de 3. Apesar disso, houve uma intensificação da taxa nos últimos dez anos de 21,4% no estado, o que em parte decorre da melhoria da produção do indicador.



Tabela 2 - Mortes Decorrentes de Intervenção Policial - Brasil, Espírito Santo (2013-2023)

	Total de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial								Variação (em %)	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2016 a 2023	2022 a 2023
Brasil	4.240	5.179	6.175	6.351	6.413	6.493	6.455	6.393	50,8	-1,0
Espírito Santo	56	46	30	41	40	49	65	65	16,1	0,0

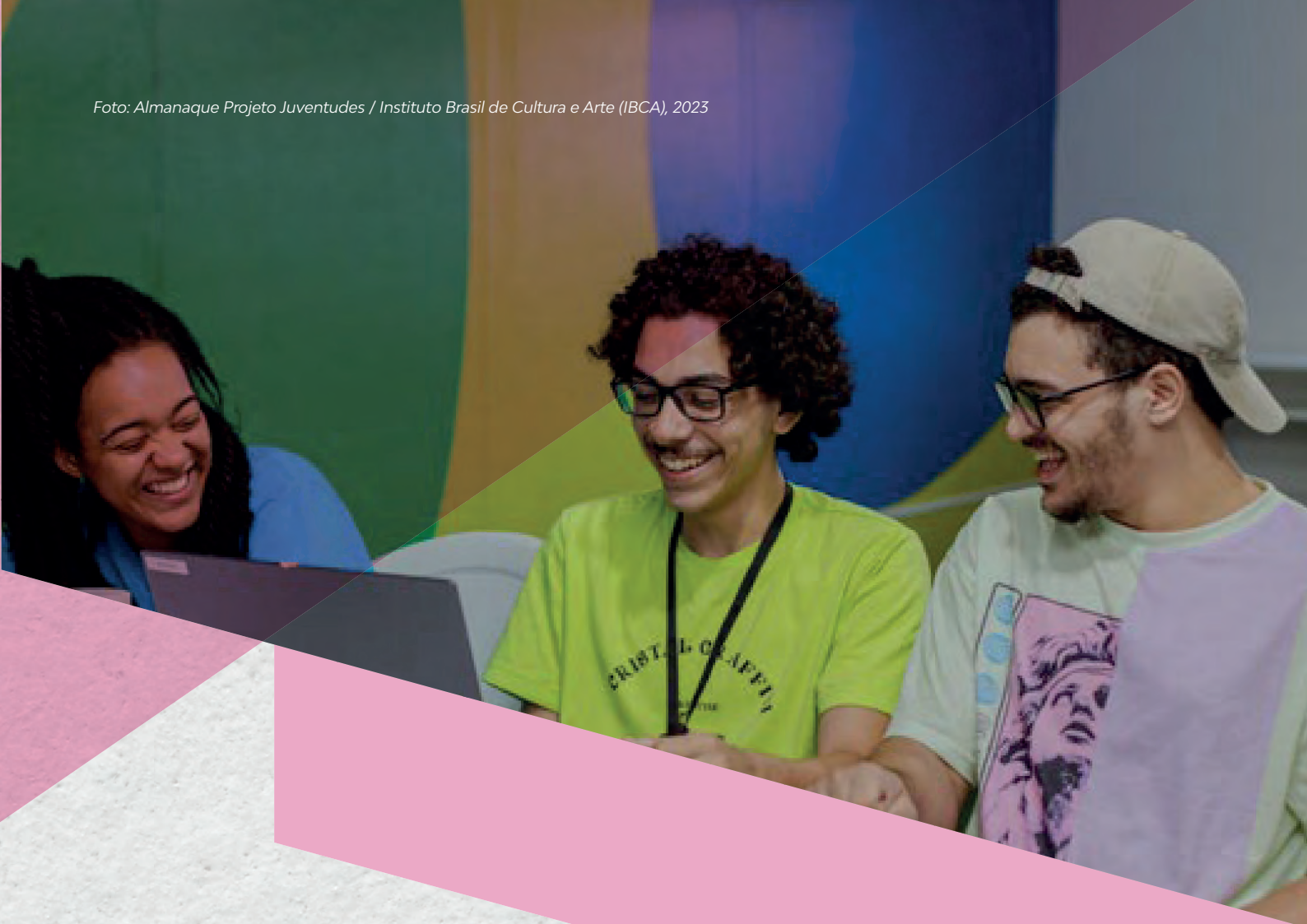
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 a 2024.
Nota: Contabiliza mortes decorrentes de serviço e fora de serviço pela Polícia Civil e Polícia Militar.

Tabela 3 - Taxa de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial por 100 mil habitantes - Brasil, Espírito Santo (2013-2023)

	Total de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial								Variação (em %)	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2016 a 2023	2022 a 2023
Brasil	2,1	2,5	3,0	3,0	3,0	3,2	3,2	3,1	47,6	-3,1
Espírito Santo	1,4	1,1	0,8	1,0	1,0	1,3	1,7	1,7	21,4	0,0

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 a 2024.
Nota: Contabiliza mortes decorrentes de serviço e fora de serviço pela Polícia Civil e Polícia Militar.

Esses dados, em conjunto, apontam para **a centralidade da violência letal contra a população jovem do ES, principalmente em relação a jovens negros.** Como se verá a seguir, esses dados são fundamentos relevantes para a construção das políticas de juventudes no estado.



PANORAMA DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDES NO ESPÍRITO SANTO

Contextualizar o histórico recente das políticas de juventude no Espírito Santo;

Caracterizar a estrutura institucional das políticas de juventude no Espírito Santo;

Mapear políticas, planos, programas, projetos e ações em implementação na área da juventude no Espírito Santo.

2.1 Contextualização histórica

O Espírito Santo (ES) tem seguido algumas tendências nacionais quanto ao desenvolvimento de políticas de juventudes. Dentre os fatos marcantes recentes sobre o tema no estado, destacam-se a instituição da Política Estadual de Juventude (PEJ) e a criação do Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE), ambos pela Lei n. 8.594 de 2007, a realização de quatro Conferências Estaduais de Juventude (2008, 2011, 2015 e 2023) e a aprovação do Fundo Estadual para as Juventudes do Espírito Santo (FEJUVES) em 2021. Em 2022, foi lançado o Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo (PEPJUV) 2022-2032, um documento que busca “unir a demanda da juventude capixaba e a possibilidade de execução do governo de forma planejada e participativa” (Governo do Estado do Espírito Santo, 2022).

A emergência desse conjunto de ações suscita uma série de possibilidades e desafios a serem compreendidos para o aprimoramento da atuação do Estado. De modo geral, os interlocutores entrevistados nesta pesquisa compartilham a percepção de que **os índices de violência letal, em especial**

contra as juventudes negras, são elementos orientadores centrais para a formulação das políticas recentes destinadas à população jovem no estado. Tal processo se deu a partir de

espaços deliberativos que articulam sociedade civil e Estado, como o Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes), o Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE) e as Conferências Estaduais de Juventude.

Na visão dos atores-chave que participaram das entrevistas, a política para as juventudes no estado é uma conquista das juventudes e dos diversos movimentos que, historicamente, articularam-se na busca pelo reconhecimento de suas demandas





Nesse trajeto, alguns interlocutores ressaltam a importância do movimento negro e do Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes), enquanto um movimento de “vanguarda” que “produziu grandes lideranças jovens na história da política”⁵. Inclusive, desde 2011, existe a Lei Estadual de Debate contra o Extermínio da Juventude, que orienta a construção de uma semana de debate no mês de setembro, a partir de discussões em prol do combate ao extermínio de jovens. Em 2024, a lei entrou oficialmente no calendário do estado⁶:

Eu acho que talvez, com alguns erros de temporalidade, mas eu penso que o Fejunes é o grande protagonista da história da política de juventude do Espírito Santo [...]. Até o próprio olhar histórico da história do Fórum, bem antes de eu entrar, eu acho que o Fejunes, ele foi a entidade, o coletivo, que não é um fórum, o fórum que deu talvez o tom da luta pelas políticas de juventude, da luta que eu falo de rua, luta popular, luta social, pelos movimentos de juventude. Eu acho que não à toa o Fejunes produziu grandes lideranças jovens na história da política de juventude do Espírito Santo. Então eu acho que o Fejunes tem uma importância talvez de vanguarda nas políticas de juventude aqui no nosso estado (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

A gente tem também como lei a Lei Estadual de Debate contra o Extermínio da Juventude, que é em setembro. Então é uma semana de debate contra o extermínio da juventude, é uma lei de 2011, mas esse ano (2024) a lei entrou no calendário oficial do Estado, o que é muito importante também, né, porque aí ela é obrigatória, ela é obrigatória, então agora a gente tem que debater o extermínio da juventude negra em setembro (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Nesse sentido, as demandas do movimento de “vanguarda” e demais coletividades contra o extermínio da juventude negra orientaram a construção de uma política que parte muito do aspecto da segurança pública. Esse aspecto é percebido como “um carro-chefe para pensar essa garantia de direitos de juventude”⁷.

Então, na verdade, a política pública de juventude, na minha concepção, ela parte muito desse aspecto da segurança pública. Eu acho que é um carro-chefe para você pensar essa garantia de direitos de juventude. E aqui no Espírito Santo está muito dado, muito consolidado. Acho que já existem diversos estudos, pesquisas no campo da política pública de juventude que citam essa dimensão. Inclusive, essa luta aqui no Estado, protagonizada justamente pelo Fórum de Juventude Negra, desse debate sobre o extermínio de jovens (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

5 - Ramon Silva, Presidente do CEJUVE.

6 - Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos.

7 - Ramon Silva, Presidente do CEJUVE.

A partir desse contexto, **as políticas para as juventudes no estado foram sendo construídas por meio de “um plano maior, que é o Programa Estado presente em Defesa da Vida”⁸**. Este programa tem por objetivo promover a segurança pública por meio de estratégias articuladas de enfrentamento à violência, proteção e defesa social, com foco nos territórios definidos pelo Programa. Trata-se de uma política pública concebida com base no conceito de segurança cidadã, adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Estado Presente se divide em três eixos de atuação: Proteção social, Proteção Policial e Proteção à Mulher⁹. As políticas para juventudes, portanto, fazem parte do eixo de Proteção Social, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos:

A política de juventude aqui no Estado está dentro de um plano maior, que é o Estado presente, que tem justamente o objetivo de combate aos altos índices de violência. E aí a política de juventude vai se inserir no eixo social desse plano. Ou seja, a ideia daquilo que se investiu de política pública de juventude no nosso estado é para que isso reduza os índices de violência. Não à toa, esses equipamentos estão em alguns territórios específicos que foram escolhidos de acordo com os índices de mortes (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

Evidencia-se, ainda, a importância do Programa Estado Presente como um fomentador de inúmeras iniciativas, não apenas no campo da segurança, mas também no das políticas de juventudes de modo geral. Para alguns dos interlocutores, o programa representa uma verdadeira “virada de chave” para o planejamento de políticas públicas voltadas aos Direitos Humanos no estado, promovendo a articulação entre diferentes entes:

A virada de chave foi quando em 2009 foi concebido e implementado o Programa Estado Presente, que é uma política que integra prevenção à criminalidade, nas suas instâncias, prevenção primária, secundária e terciária, e ações de repressão qualificada, não reinventando a roda, mas se inspirando em experiências que deram certo no mundo e no Brasil. [...] A grande marca do Programa Estado Presente é a liderança do governador, puxando Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Assembleia Legislativa, municípios, forças de segurança, para planejar e tomar decisões (Entrevistado Anônimo 2).

8 - Ramon Silva, Presidente do CEJUVE.

9 - Informações objetivas no Portal do Governo do Espírito Santo: <<https://planejamento.es.gov.br/apresentacaoestado presente>>. Acesso em 16 out. 2024.

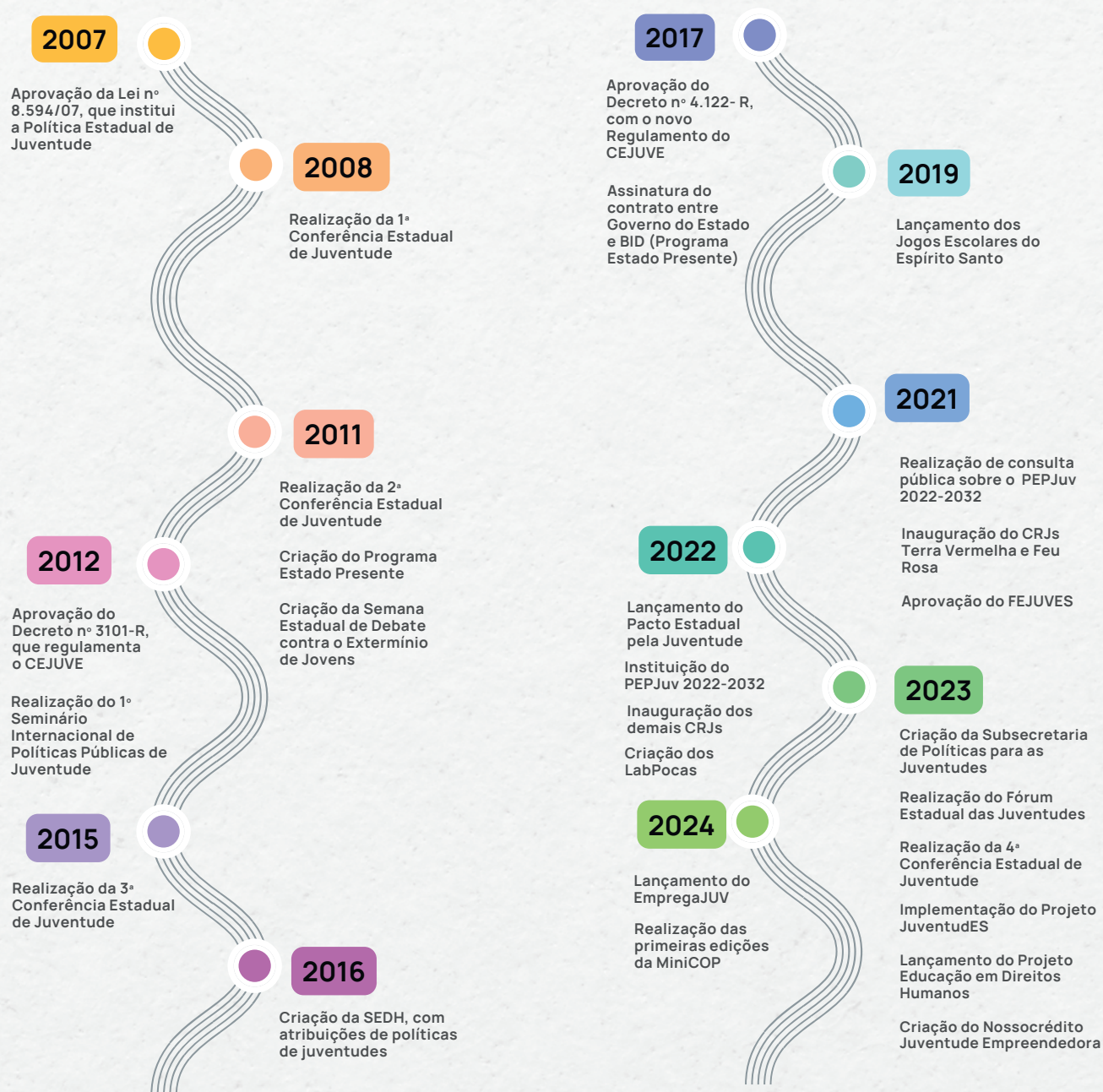
Descontinuado em 2015, o Programa Estado Presente foi retomado em 2019 e orientou o desenho da metodologia dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs), localizados nos territórios de implementação do Programa. Atualmente, o Estado Presente funciona com a coordenação geral da Secretaria de Economia e Planejamento, sob a liderança direta do governador e com a estruturação de iniciativas em dois eixos: o eixo de prevenção fica a cargo da Secretaria de Direitos Humanos, enquanto a ação de repressão qualificada é responsabilidade da Secretaria de Segurança. De acordo com um dos entrevistados, “a Secretaria de Direitos Humanos, que atua nas políticas para juventudes, [...] faz também essa articulação entre as demais políticas e no âmbito do eixo de prevenção do programa Estado Presente” (Entrevistado Anônimo 2).

Nesse sentido, observa-se no Programa Estado Presente o papel de norteador dos investimentos sociais do governo do estado, delimitando prioridades orçamentárias:

Tem uma diretriz no governo que todas as políticas públicas que têm foco territorial devem priorizar a oferta de vagas ou atendimento especializado para essas áreas priorizadas pelo Programa Estado Presente, esses territórios aglomerados que concentravam quase 75% dos homicídios. (Entrevistado Anônimo 2).

Para que se tenha uma visão geral do histórico recente das políticas de juventudes no ES, a linha do tempo ao lado destaca os principais acontecimentos relacionados ao tema nos últimos anos:

Figura 1 - Linha do tempo sobre as políticas de juventude no Espírito Santo



Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis.

2.2 Estrutura institucional das políticas de juventude

Esta seção é direcionada à **descrição da estrutura institucional de gestão de políticas de juventudes no Espírito Santo.**

Atualmente, a gestão das políticas de juventudes no estado está sob a coordenação da **Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH).** A SEDH atua em políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, dividindo-se em gerências e coordenações que abrangem as seguintes pautas: igualdade racial, diversidade sexual e gênero, população em situação de rua, mulheres, política sobre drogas e o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES).

Na estrutura institucional da SEDH há subsecretarias, como a **Subsecretaria de Políticas para Juventudes (SUBJUV)** Criada em 2023, a SUBJUV promove espaços de participação para os jovens na construção de políticas públicas. A subsecretaria tem como competências formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para as juventudes em nível estadual. Atualmente, a principal frente de trabalho é o serviço prestado nos Centros de Referência das Juventudes (CRJs).

Ainda, a **Subsecretaria de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos** é responsável por formular e gerenciar ações voltadas à inclusão social em projetos e ações intersetoriais, “com foco especial na prevenção e no nivelamento de oportunidades para inclusão social dos jovens”¹⁰. A Subsecretaria exerce a coordenação do Projeto Estruturante “Ocupação Social”, voltado para jovens moradores de áreas de vulnerabilidade social. Na estrutura da subsecretaria, há diferentes gerências com enfoques em temas como diversidade racial e de gênero, além de uma Gerência de



10 - Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/competencias>>. Acesso em 16 out. 2024.



Políticas para a Juventude (GEPJUV), vinculada a Subsecretaria de Políticas para Juventude, responsável pela articulação, execução e monitoramento de políticas públicas referentes aos direitos humanos de jovens.

Na articulação com a sociedade civil, o **Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE)** é definido como “o espaço que reúne governo e sociedade para pensar, planejar e articular as políticas voltadas para as juventudes”¹¹. Com reuniões mensais abertas, o conselho é composto por 20 representantes da sociedade civil (com representação em mandatos de dois anos para cada um dos seguintes segmentos: Movimento LGBT, Movimento de Mulheres, Movimento Negro, Comunidades Tradicionais, Juventudes do Campo, Juventudes Partidárias, Movimento Estudantil Secundaristas, Movimento Estudantil Universitário, Movimento Cultural da Juventude, Juventudes do Esporte, Movimento de Jovens com Deficiência, Movimento de Juventude Religiosa, Movimento de Juventude Sindical, Entidade de Pesquisa e Projetos ligados à Juventude) e 10 representantes do poder público. O Conselho conta com duas comissões permanentes: a Comissão de Políticas Públicas para Juventudes e a Comissão de Direitos Humanos.

Dentre os conselhos e comitês integrantes da SEDH como espaços deliberativos, destacam-se, além do CEJUVE, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CRIAD). A articulação com a sociedade civil ocorre especialmente por meio de espaços deliberativos permanentes (como o CEJUVE) ou pontuais (como o Fórum das Juventudes). Além disso, são feitas parcerias para a execução de projetos específicos como EmpregaJuv e o JuventudES. Os CRJs, uma política que integra as ações do Programa Estado Presente, também são geridos em parcerias com organizações sociais atuantes nos territórios, por meio de Termos de Colaboração entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e as organizações, com financiamento fruto de uma **parceria do governo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**.

Em termos orçamentários, em 2021 foi criado o **Fundo Estadual para as Juventudes do Espírito Santo (FEJUVES)** para o financiamento

11 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/cejuve>>. Acesso em 16 out. 2024.





de ações voltadas às juventudes, sob a gestão da SEDH e com prestação de contas ao CEJUVE. A composição do fundo é formada por recursos do próprio orçamento do Estado, doações de pessoas físicas ou jurídicas, multas decorrentes de sanções aplicadas nos casos de violação de direitos dos jovens, entre outros.

Quanto ao monitoramento das políticas públicas do ES, para além das avaliações internas de cada política, o estado conta desde 2017 com o **Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP), o qual é operacionalizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).** As solicitações ocorrem na forma de Planos Anuais, em que uma secretaria de estado demanda o SiMAPP para realizar o monitoramento e avaliação de uma política e, anualmente, são estabelecidas as prioridades para avaliação do IJSN. A estrutura de funcionamento organiza-se em torno de uma Comissão Estratégica, montada com a Secretaria que demanda a pesquisa, o governo do Estado, a Secretaria de Economia e Planejamento, além de outras entidades que possam estar interessadas, como a Escola de Serviço Público, que promove capacitações para os servidores do Estado.

A partir da aprovação na Comissão Estratégica, são delimitadas as pesquisas a serem monitoradas anualmente. Por ser uma decisão orientada por agentes do governo do Estado, as iniciativas selecionadas costumam estar vinculadas às prioridades de cada contexto, como o Programa Estado Presente, os CRJs e o Programa Qualificar ES.

2.3 Panorama de políticas, planos, programas, projetos e ações em implementação na área da juventude

Políticas públicas referem-se a um **conjunto de decisões, ações e diretrizes articuladas pelo aparato público-estatal, com recursos próprios, envolvendo uma dimensão temporal e uma capacidade de gerar impacto, com vistas a enfrentar problemas sociais, econômicos ou ambientais.** As políticas públicas para as juventudes são aquelas voltadas para o reconhecimento dos jovens como “sujeitos de direitos”, os quais possuem necessidades específicas e singularidades. Esse reconhecimento significa, portanto, levar em conta tanto direitos civis, políticos e sociais quanto direitos difusos, como a igualdade de acesso a oportunidades, reconhecendo e valorizando diferenças (Novaes, 2009). Nessa perspectiva, também se reconhece a capacidade dos jovens em atuar como cidadãos, com demandas por reconhecimento e participação (Abramo, 2014).

40

As políticas públicas são efetivadas por meio de planos, programas, projetos e ações de governo. Nesta seção, **com vistas a mapear o panorama das políticas para as juventudes no estado do Espírito Santo, são identificados planos, programas, projetos e ações em implementação no estado.** A prioridade de mapeamento recai sobre as iniciativas implementadas ou em implementação no período do governo atual de Renato Casagrande (2019 em diante). Além daquelas geridas pela SUBJUV, são incluídos planos, programas, projetos e ações situados em outras secretarias, mas que impactam as juventudes.

A divisão por tópicos, abaixo, segue os eixos do Estatuto da Juventude. Em “Eixos Múltiplos”, estão inseridos planos, programas, projetos e ações que atravessam diversos eixos do Estatuto.



Foto: Almanaque Projeto Juventudes / Instituto Brasil de Cultura e Arte (IBCA), 2023

2.3.1

Eixos Múltiplos

● Centros de Referência das Juventudes (CRJs),

instituídos em 2017 e inaugurados a partir de 2021. Sob a gestão compartilhada entre a Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH) e gestores locais de cada Centro - e executados por OSCs -, os 14 CRJs implantados no Espírito Santo representam a principal política estadual destinada à juventude no estado. Estão localizados nos territórios de implementação do Programa Estado Presente, constituindo-se como braço deste, ambos realizados sob financiamento do BID. Os CRJs buscam atender jovens de 15 a 24 anos, com foco no público mais vulnerabilizado, como homens negros, em condição de evasão escolar ou egressos dos sistemas socioeducativo e penal, tendo como objetivo principal incrementar as oportunidades de inclusão social para esse público. Nos Centros, há uma equipe formada por psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, educadores e oficinairos. Nos locais, os jovens podem acessar diversos tipos de serviço, como oficinas e cursos profissionalizantes, acompanhamento individual, eventos artísticos, culturais e esportivos, entre outros. As atividades estão divididas entre o Núcleo Socioafirmativo e de Acesso e o Núcleo de Economia Criativa, Acesso e Renda.

● JuventudES Emergencial

implementado entre 2020 e 2021. No contexto da pandemia de Covid-19, o JuventudES Emergencial surgiu como projeto para prestar apoio técnico-financeiro às ações que os coletivos e jovens já desenvolviam em seus territórios. Foram selecionados 60 projetos executados por OSCs para receberem valores entre R\$ 1 mil e R\$ 3 mil que podiam ser utilizados para: i) a distribuição de recursos entre os moradores mapeados em seus territórios, seja em forma de transferência de recurso financeiro ou entrega de produtos de primeira necessidade; ii) a produção de conteúdo sobre Direitos Humanos com foco na pandemia. O projeto foi destinado aos jovens moradores dos territórios abarcados pelo Programa Estado Presente e realizado em parceria com o BID.

JuventudES

As ações contempladas pelo Edital do Projeto JuventudES foram executadas nos dez municípios atendidos pelo Estado Presente. Foram 120 propostas idealizadas e desenvolvidas por jovens e/ ou coletivos que receberam recursos financeiros para colocar suas ideias em prática. As propostas abordaram questões que atravessam o cotidiano dos proponentes, e de vários jovens que estão no entorno dessa galera, com foco na economia criativa, no empreendedorismo, literatura, raça, gênero, sexualidade, entre outros temas. O investimento em todo o Projeto JuventudES é de R\$ 2,2 milhões. Este é um projeto que valoriza o jovem como protagonista nas comunidades, mudando realidades e transformando vidas, nas cidades que mais precisam. São projetos que levam lazer, cultura, e fomentam a economia criativa.

Programa Jovem de Futuro, começou em 2015.

O Programa Jovem de Futuro, implementado no Espírito Santo desde 2015, visa melhorar a gestão escolar e a aprendizagem dos alunos do ensino médio, com foco na permanência na escola e na redução das desigualdades educacionais. O programa utiliza o Circuito de Gestão, uma metodologia que busca aprimorar continuamente a gestão escolar através do ciclo PDCA (Planejar, Executar, Controlar e Agir).

2.3.2 Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil

Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo 2022-2032.

Lançado em 2022. O Plano Estadual de Políticas Públicas é uma ação promovida pelo CEJUVE e pelos órgãos da administração pública estadual (envolvendo secretarias de diferentes pastas, como Educação, Direitos Humanos, Cultura, Ciência, entre outras). O documento norteia a execução de políticas públicas voltadas às juventudes capixabas no período de 2022-2032 e reúne sugestões recebidas nas edições I, II e III das Conferências Estaduais da Juventude, somadas aos resultados de uma Consulta Pública online que ocorreu ao longo de 2020, além das contribuições do CEJUVE e de organizações da sociedade civil. Esse material foi compilado e organizado por uma Comissão Temporária do Plano em torno de 11 eixos, orientados pelas áreas temáticas do Estatuto da Juventude.

4ª Conferência Estadual das Juventudes.

Realizada em 2023, com o tema “Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e “bem-viver”. As Conferências das Juventudes são eventos convocados pelo Executivo estadual e realizados, preferencialmente, a cada triênio desde 2008, funcionando como espaços de gestão participativa e democrática das políticas públicas de juventude. Nas conferências, governos e sociedade civil se reúnem para debater a pauta de juventudes e estabelecer um pacto comum de metas e prioridades, incluindo reivindicações de diferentes segmentos e localidades, além de eleger representantes para a Conferência Nacional de Juventudes. A 4ª Conferência das Juventudes ocorreu entre os dias 27 e 29 de outubro de 2023 e, ao final, resultou em um relatório debatido e aprovado por 250 delegados com propostas organizadas em torno dos 12 Eixos do Estatuto da Juventude. Antes da etapa de deliberação, a conferência contou com processos de mobilização, por meio de 18 conferências municipais e três conferências temáticas, que sistematizaram um total de 400 propostas para discussão na etapa estadual e contaram com a participação de mais de 2100 pessoas.

2.3.3 Educação

● Programa Nossa Bolsa.

Criado em 2006. Implementado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), esse programa foi criado para a concessão de bolsas de graduação em faculdades privadas a estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas do estado ou em escolas privadas com bolsas integrais. A seleção ocorre por meio de editais, que disponibilizam bolsas de estudos para cursos de graduação presencial e à distância. Com o tempo, o programa foi ampliado para incluir também bolsas de iniciação científica e mestrado.

Programa Intercâmbio SEDU.

Criado em 2010. Desenvolvido pela Secretaria da Educação (SEDU), o programa oferece oportunidades de mobilidade acadêmica a estudantes do Centro Estadual de Idiomas (CEI) que apresentam bom desempenho escolar e estão matriculados na rede pública de Ensino Médio. O programa contempla duas modalidades: High School, com duração de um semestre em escola regular, e Curso Intensivo de Inglês ou Espanhol, com duração de três meses em escola de línguas. São custeadas despesas de residência, seguro saúde, vistos consulares, ajuda de custo, emissão de passaporte e locomoção, entre outras. Em 2023 foram ofertadas 150 vagas no total, sendo 110 para Curso Intensivo de Inglês no Canadá, 30 para Curso Intensivo de Inglês nos Estados Unidos e 10 para Curso Intensivo de Espanhol no Chile.

Programa Jovem de Futuro.

Criado em 2015. Com o objetivo de combater a evasão escolar e proporcionar o aprendizado esperado no tempo adequado aos estudantes de Ensino Médio da rede pública, o programa propõe o aperfeiçoamento da gestão escolar como forma de articulação de processos e recursos disponíveis. A ideia é que, com esse modelo de organização, seja possível atingir metas com responsabilidades compartilhadas, voltadas à aprendizagem e à permanência estudantil. Implementado pela Secretaria da Educação, o Circuito tem permitido que a Rede Estadual de ensino aprimore seus métodos de forma coletiva, resultando em conquistas como a redução da evasão escolar, o aumento das ações de equidade racial e um importante avanço no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas estaduais de Ensino Médio no Espírito Santo, passando de 3,7 (2015) a 4,6 (2019), a segunda melhor nota do País (SEDU, 2024).

Escola Viva (Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único).

Criado em 2015. O Programa tem como objetivo oferecer ensino em tempo integral aos estudantes de Ensino Médio da rede estadual, por meio de um currículo diferenciado voltado a atividades de ciências, artes, linguagens e cultura corporal. Os professores exercem o papel de articuladores entre o mundo acadêmico, as práticas sociais e a realização dos Projetos de Vida dos estudantes, orientando-os no desenvolvimento de competências fundamentais para sua trajetória pessoal e profissional. Desde sua implementação, o programa já ofertou mais de 21 mil vagas para estudantes de diferentes regiões do estado, em 36 unidades da Escola Viva em tempo integral, localizadas em 27 municípios do Estado.

Entrega de computadores para as Escolas Famílias Agrícolas.

Em 2020. A ação, promovida pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), buscou combater a insuficiência de infraestrutura informática nas escolas rurais, equipando-as com computadores. Para isso, o instituto destinou seus equipamentos antigos, substituídos por novos, aos estudantes das Escolas Famílias Agrícolas integrantes do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

Projeto Educação em Direitos Humanos.

Criado em 2023. O projeto tem como objetivo promover a conscientização dos jovens atendidos pelos CRJs sobre o respeito aos direitos humanos. Com um investimento superior a R\$ 260 mil, foram produzidos materiais informativos compostos por 10 mil cartilhas, dez vídeos e dez podcasts abordando dez temas dos Direitos Humanos: Direitos Humanos e a sua história; Questão Racial; População LGBT; Direitos das Mulheres; Juventudes e questões geracionais; Transtornos mentais; Álcool e outras drogas; População em situação de rua; Religiosidade e populações e comunidades tradicionais que formam o Espírito Santo; Direitos humanos à comunicação e superação das fake news. Os materiais foram elaborados em parceria com consultorias especializadas e destinados ao uso dos 14 CRJs, além de servirem como apoio às estratégias de ensino transversal nas escolas estaduais.

Projeto Jovem Perito da Polícia Científica.

Criado em 2023. Desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e a Secretaria de Educação, o projeto busca divulgar o trabalho realizado pela Perícia Criminal da Polícia Científica do Estado do Espírito Santo (PCIES), aproximando os alunos das práticas periciais e incentivando trajetórias profissionais na área. Além disso, a iniciativa visa conscientizar as juventudes sobre a importância de uma cultura de isolamento e preservação de locais de crime. Destinado a estudantes de ensino fundamental, médio e superior em instituições públicas e privadas, o programa é estruturado em três formatos: palestras sobre temas relacionados à perícia, o Circuito Jovem Perito Itinerante (simulação de coleta e análise de vestígios em cena de crime) e visitas técnicas acadêmicas aos Laboratórios da Polícia Científica, voltadas para estudantes de Farmácia, Biomedicina e Biologia.

2.3.4

Profissionalização, trabalho e renda

● Programa Jovens Valores.

Criado em 2009. Criado com base no Decreto Estadual de Estágio (Decreto 3388-R/2013), o Programa Jovens Valores tem como objetivo oferecer oportunidades de estágio em diversos órgãos da Administração Pública Estadual. Diante das dificuldades de inserção das juventudes no mercado de trabalho, o Programa busca contribuir para o aprimoramento profissional de estudantes do ensino médio, técnico e superior que preencham os pré-requisitos. Os candidatos são classificados para as vagas compatíveis com o seu perfil, de acordo com critérios socioeconômicos que visam priorizar o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade social ao estágio. São priorizados jovens com participação em programas sociais governamentais (Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Medidas Socioeducativas e Acolhimento Institucional) e moradores de bairros acompanhados pelo Programa Estado Presente do Governo do Estado do Espírito Santo.

● Programa de Juventude Rural e Sucessão Familiar.

Criado em 2020. A partir de 2020, após um processo de reestruturação iniciado no ano anterior, o Programa Juventude Rural e Sucessão Familiar, conduzido pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), passou a intensificar as ações e iniciativas que promovam o desenvolvimento rural e da pesca, além de incentivar a sucessão familiar. O programa busca proporcionar melhores condições de vida e de trabalho aos jovens capixabas e enfrentar o êxodo de jovens dos territórios rurais. Em 2024, a temática da Juventude Rural e Sucessão Familiar foi incorporada como um dos 11 eixos do Programa Vida no Campo. Os demais eixos do Programa são: Sistemas de Produção Sustentáveis; Educação no Campo; Gênero e Inclusão; Desenvolvimento Agrário; Comercialização e Mercados; Agroindústria e Empreendedorismo Rural; Assistência Técnica e Extensão Rural; Fortalecimento da Pesca Artesanal; Crédito Rural; Infraestrutura Rural.

Laboratório de Potencialidades Capixabas (LabPocas).

Criado em 2022. Em 2022, a partir do Termo de Cooperação nº004/2022, celebrado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da SEDH, e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), foram descentralizados recursos financeiros para o desenvolvimento de uma Metodologia de Redes de Economia Criativa de Base Comunitária, a serem aplicadas nos laboratórios de economia criativa experimental (Laboratório de Potencialidades Capixabas - LabPoca). Os LabPocas são espaços previstos na Metodologia dos CRJs e projetados para enfrentar o impacto do desemprego, além das dificuldades de inserção no mercado de trabalho vivenciadas pelas juventudes capixabas. Como parte do Programa Estado Presente, eles funcionam dentro dos CRJs espalhados pelo estado e objetivam oferecer espaços para a implantação de atividades de economia criativa e geração de renda aos jovens entre 15 e 29 anos. A implementação desses espaços ocorre por meio de acordo entre a SEDH, a OSC parceira e o Grupo Gestor Local, a partir do que os jovens do CRJ sinalizam como possibilidades para o LAB.

Nossocrédito Juventude Empreendedora.

Criado em 2023. O Nossocrédito Juventude Empreendedora é uma linha de crédito direcionada às juventudes, criada em 2023 com apoio da SEDH, em parceria com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Estado (Aderes) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes). A iniciativa busca facilitar o acesso a crédito para jovens de 18 a 29 anos, os quais muitas vezes enfrentam dificuldades para obter o aporte financeiro necessário à concretização de seus projetos. Para ter acesso ao financiamento, é necessário ter realizado um curso de qualificação empreendedora nos últimos 3 meses. O valor máximo de contratação é de até R\$ 5 mil, sujeito à análise de cadastro e perfil. O prazo de pagamento é de até 30 meses, com carência de seis meses para o início do pagamento, com taxa de juros de 1,29% ao mês.

Feira Juventude Empreendedora.

Realizada em 2024. Ação realizada em 2024 pela Subsecretaria de Juventudes, em parceria com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES). Por meio de oficinas, apresentações culturais, música ao vivo e talk shows, a Feira tem como objetivo oportunizar um espaço para as juventudes capixabas empreendedoras divulgarem e comercializarem seus produtos e serviços, além de divulgar o trabalho realizado nos 14 CRJs, com destaque para os LabPocas e as atividades culturais. A 1ª Feira das Juventudes Empreendedoras aconteceu na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória, com o apoio do Senac-ES.

● Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas (EmpregaJUV).

Criado em 2024. Por meio da SEDH, do Senac, do Sesc e da Fecomércio-ES, o EmpregaJUV objetiva oferecer ferramentas e incentivos para que os jovens possam adquirir experiência, qualificação e, consequentemente, aumentar suas chances de empregabilidade. Diante das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho enfrentadas pela juventude moradora de territórios de maior vulnerabilidade social, o Programa é destinado a jovens de 16 a 29 anos que frequentam os CRJs ou que residem nas áreas de abrangência do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Criado em 2024, o Programa ofertará 1.120 vagas de cursos de qualificação profissional, distribuídas em 56 turmas, ao longo de dois anos de parceria.

2.3.5 Diversidade

Não foram identificadas políticas direcionadas especificamente ao eixo da Diversidade. No entanto, percebe-se que a demanda e as diferentes temáticas que o eixo reúne são orientadoras na estruturação das políticas, atravessando os objetivos de programas como o EmpregaJUV, Nossocrédito Juventude Empreendedora, o LabPocas e constando na metodologia dos CRJs. Esse direcionamento ocorre dado que as ações têm como foco grupos pertencentes a territórios de maior vulnerabilidade social, como no caso dos CRJs, política que compõe o eixo social do Programa Estado Presente. A diversidade também surge de forma transversal em ações que, apesar de não terem como público específico as juventudes, dialogam com problemáticas que as abarcam. Um exemplo é a VIII Quinzena de Combate à LGBTIfobia, realizada pela SEDH em 2016, evento que teve como objetivo aproximar as pessoas LGBTQIAPN+ capixabas da construção das políticas de diversidade sexual e gênero no Estado. No entanto, a transversalidade do eixo surge como um desafio para determinadas demandas do Plano Estadual de Políticas para as Juventudes, especialmente no que tange ao combate à violência e ao extermínio das juventudes negras.

2.3.6 Saúde

Não foram identificadas políticas públicas de Saúde específicas para as juventudes que fossem de execução do governo estadual e que não estivessem alocadas em outras áreas, como na própria pasta da saúde. Apesar disso, ganhou destaque a avaliação de que a saúde mental juvenil é um tema que preocupa os especialistas na área, mas cuja melhor estratégia de atuação é de competência do Sistema Único de Saúde, por meio da expansão dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, geridos no nível municipal.

2.3.7 Cultura

Não foram identificadas, no período abrangido pela pesquisa, políticas de Cultura específicas para a juventude que fossem de execução do governo estadual e que não estivessem alocadas em outras áreas. Nos CRJs, porém, são implementadas ações relativas a esse eixo. Destaca-se, ainda, a implementação, entre 2009 e 2013, do Programa Rede Cultura Jovem. Promovido pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), o programa buscava apoiar lideranças juvenis, jovens criadores e organizações da sociedade civil que trabalhavam com juventude e cultura, por meio de ações de conexão entre manifestações artístico-culturais das juventudes do Espírito Santo. A ideia era constituir uma rede de agentes culturais juvenis, por meio da realização de mostras audiovisuais, elaboração de sites, e organização de oficinas, e ações gerais de apoio a núcleos de jovens produtores de intervenções culturais. Como parte dos resultados, foram lançadas duas revistas colaborativas e implementado um portal com transmissão ao vivo de atividades culturais. Entre alguns núcleos contemplados estão o Papo de Compositor, Cineclubes Colorado, Quilomblack, ACAPOEIRA.

2.3.8 Comunicação

Não foram identificadas políticas direcionadas especificamente ao eixo da Comunicação. No entanto, ações oriundas do LabPocas, dentro dos CRJs, surgem como espaços que viabilizam a capacitação e profissionalização de jovens na área do audiovisual, da fotografia e da produção cinematográfica digital.

2.3.9 Desporto e Lazer

● Jogos Escolares do Espírito Santo (JEES).

Realizados desde 2019. Promovidos pela Secretaria de Esportes e Lazer (SESPORT) em parceria com a Federação Capixaba de Desporto Escolar (FECADE), os jogos escolares são voltados aos estudantes matriculados em instituições de Ensino Fundamental e Médio, particular ou privado, do Espírito Santo, nas faixas etárias 12 a 14 anos e 15 a 17 anos. O objetivo central é promover a participação de jovens em atividades esportivas em todas as instituições de ensino públicas e privadas, além de incentivar a mobilização da juventude estudantil em torno do esporte. As competições são divididas em etapas regionais, com uma final estadual, e envolvem tanto modalidades esportivas individuais quanto coletivas e paralímpicas.

2.3.10 Território e Mobilidade

Apesar de não terem sido identificadas políticas específicas para o Eixo Território e Mobilidade, a maior parte dos projetos e programas mapeados estão vinculados ao Programa Estado Presente, cuja estratégia de ação é territorializada. Não foram identificados programas ou ações voltados à garantia da mobilidade dos jovens na cidade.

2.3.11 Sustentabilidade e Meio Ambiente

● Projeto MiniCOP.

Realizado desde 2024. A MiniCOP (Simulação da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) é um projeto realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), que objetiva possibilitar aos jovens capixabas de 18 a 29 anos a oportunidade de desenvolverem suas capacidades de percepção e compreensão de acontecimentos internacionais, das formas como as realidades dos países dialogam (ou não) com esses acontecimentos e com outras realidades, além de pensarem possibilidades de solução de problemas e conflitos. É também uma oportunidade para os jovens desenvolverem suas habilidades de relacionamento, diálogo, argumentação, oratória e gerência do imprevisto. Em parceria com organizações do setor privado, como Vale, Marca Ambiental, ArcelorMittal e Suzano, a MiniCOP oportuniza para as juventudes uma experiência prática e imersiva nas discussões sobre políticas públicas em mudanças climáticas. Dessa forma, o projeto busca estruturar estratégias em que a população e o poder público possam se conectar.

2.3.12 Segurança Pública e Acesso à Justiça

● Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens.

Realizada desde 2011. Criada pela Lei nº 9.646/2011 e atualmente regida pela Lei nº 11.212/2020, a Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens é realizada na 4ª semana do mês de setembro de cada ano e compõe o calendário estadual de semanas comemorativas, com o objetivo de dar ampla divulgação à questão, por meio de palestras, seminários, cursos, livros, cartilhas, panfletos, reuniões públicas, entre outros. Além disso, estabelece-se o dia 21 de setembro como Dia Estadual do Combate ao Extermínio de Jovens. Alguns temas que costumam ser abordados são: representatividade LGBT, racismo, drogas, violência contra a mulher, produção cultural jovem, empreendedorismo, entre outros.

Quadro 1 - Sistematização de Planos, Programas, Projetos e Ações por eixo do Estatuto da Juventude e situação presente

Eixo Estatuto	Planos, Programas, Projetos e Ações	Situação	Gestão
Eixos Múltiplos	Centros de Referência das Juventudes (CRJs)	Em vigor	SEDH/SUBJUV
	Projeto JuventudES	Já implementado	SEDH/SUBJUV
	JuventudES Emergencial	Já implementado	SEDH/SUBJUV
Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil	Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo	Em vigor	SEDH/SUBJUV
	4ª Conferência Estadual das Juventudes	Ação pontual já realizada	SEDH/SUBJUV
Educação	Programa Nossa Bolsa	Em vigor	SEDU/SECTI
	Programa Intercâmbio Sedu	Em vigor	SEDU
	Programa Jovem de Futuro	Em vigor	SEDU
	Escola Viva	Em vigor	SEDU
	Projeto Educação em Direitos Humanos	Em vigor	SEDH/SUBJUV
Profissionalização, trabalho e renda	Programa Jovens Valores	Em vigor	SEAD
	Programa de Juventude Rural e Sucessão Familiar	Em vigor	SEAG
	Laboratório de Potencialidades Capixabas (LabPocas)	Em vigor	SEDH/SUBJUV
	Nossocrédito Juventude Empreendedora	Em vigor	SEDH/SUBJUV
	Feira Juventude Empreendedora	Ação pontual já realizada	SEDH/SECTI
	Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas (EmpregaJUV)	Em vigor	SEP
Diversidade	Não foram identificados.	-	-
Saúde	Não foram identificados.	-	-
Cultura	Não foram identificados.	-	-
Comunicação	Não foram identificadas.	-	-
Desporto e Lazer	Jogos Escolares do Espírito Santo (JEES)	Ação recorrente	SESPORT
Território e Mobilidade	Não foram identificados.	-	-
Sustentabilidade e Meio Ambiente	Projeto MiniCOP	Ação recorrente	SEAMA
Segurança Pública e Acesso à Justiça	Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens	Ação recorrente	SEDH/SUBJUV

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis.



AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDES PRIORITÁRIAS

Realizar a avaliação executiva das iniciativas prioritárias para juventudes no Espírito Santo quanto a características como: diagnóstico do problema; desenho da política; implementação; governança; resultados; impactos; monitoramento; lacunas identificadas; e oportunidades para o futuro.

Neste capítulo, são selecionados os planos, programas, projetos e ações atualmente em implementação na área da juventude no Espírito Santo para realização de sua **avaliação executiva**. O critério para essa priorização envolve, principalmente, os planos, programas, projetos e ações **sob gestão da SEDH e da SUBJUV**. Essa avaliação, que está fundamentada no documento “Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise ex post” (Casa Civil da República et al., 2018, p. 55), consiste em “estabelecer o panorama geral acerca de determinada política pública, o que possibilita que, ao final do processo, haja a identificação clara de pontos de aprimoramento na execução da política”.

A avaliação, para cada plano, programa, projeto e ação, busca abordar os seguintes itens: **diagnóstico do problema, desenho da política, implementação, governança, resultados, impactos, monitoramento, lacunas identificadas e oportunidades para o futuro** (Casa Civil da República et al., 2018). No entanto, nem todos os itens estão contemplados para as iniciativas avaliadas, uma vez que, em relação a algumas delas, não há informações sobre itens específicos. Os planos, programas, projetos e ações priorizadas estão organizados conforme os eixos do Estatuto da Juventude. Os eixos não abrangidos nos tópicos abaixo são aqueles para os quais não foram encontrados planos, programas, projetos e ações atualmente sob gestão da SEDH e da SUBJUV.





3.1 Eixos Múltiplos

3.1.1 Centros de Referência das Juventudes (CRJs)

Quadro 2 - Síntese da Avaliação Executiva – Centros de Referência das Juventudes (CRJs)

Diagnóstico do problema	Altos índices de violência, sobretudo homicídios, que atingem a população jovem do estado, bem como escassez de serviços ofertados às juventudes dos territórios mais vulneráveis.
Desenho da política	Política centrada na oferta de serviços de inclusão social destinada a jovens de 15 a 24 anos moradores dos territórios de implementação do Programa Estado Presente em que foram constatados os piores índices de violência.
Implementação	Equipamentos prediais que abrigam equipes locais para atendimento social de jovens nos territórios. São ofertados diversos tipos de serviços e atividades que objetivam prevenir e proteger os jovens do envolvimento com o crime, atuando para melhorar a qualidade de vida das juventudes desses territórios. São 14 CRJs implementados em 10 municípios do estado.
Governança	Compartilhada entre Grupo Gestor Local e Grupo Gestor Estadual. As atividades de cada CRJ são executadas por OSCs que foram escolhidas por chamamento público e participaram do processo de implementação. A gestão rotineira e padronização dos serviços dos 14 CRJs é realizada pela SEDH
Resultados	Já foram realizados mais de 200 mil atendimentos considerando os 14 CRJs, desde o início da implementação. Em avaliação realizada, 92% dos jovens participantes apontaram o serviço como “ótimo”. Constatou-se também o aumento da frequência escolar dos jovens atendidos.
Impactos	Forte adesão do território aos serviços ofertados no CRJ; melhoria na qualificação profissional de jovens atendidos, com histórias de acesso a Universidades e Institutos Federais, bem como de abertura de empreendimentos privados próprios; internalização nos próprios CRJs como profissionais no serviço de jovens atendidos após passarem por formação profissional; construção de vínculos entre jovens e equipe local.
Formas de monitoramento e avaliação	Monitoramento construído por metodologia quantitativa e qualitativa executado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em relação aos Centros Terra Vermelha e Feu Rosa, realizado em 2023. A política também está inserida no Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP).
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Necessidade equilíbrio entre padronização na oferta de serviços nos 14 CRJs e a consideração das particularidades dos territórios; dificuldade de gerenciamento dos articuladores locais; alta demanda de trabalho de gestores estaduais; risco de descontinuidade do programa após finalização da parceria com BID; casos de violência policial contra jovens atendidos; dificuldade de articulação com os municípios. Possibilidade de contratação de profissionais de psicologia para atendimento dos trabalhadores do CRJ.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

Os CRJs foram criados com a assinatura do contrato nº 3279/OC-BR estabelecido entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o BID, como parte integrante do Programa Estado Presente, o que ocorreu em 28 de dezembro de 2017. No entanto, a inauguração do primeiro CRJ (Terra Vermelha) ocorreu apenas em 4 de setembro de 2021¹².

Pela multiplicidade de ações que engloba, o programa está vinculado a diversos Eixos do Estatuto da Juventude, como o Eixo III (Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda), o Eixo VI (Direito à Cultura), o Eixo IX (Direito ao Território e à Mobilidade) e o Eixo XI (Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça).

a) Diagnóstico do problema

O programa foi criado como a principal estratégia estadual para enfrentar os altos índices de violência, sobretudo homicídios, que atingem a população jovem do estado e a escassez de serviços ofertados às juventudes dos territórios mais vulneráveis. Baseia-se nas evidências

científicas já produzidas de que atividades de promoção de direitos e acessos a serviços reduzem os impactos das desigualdades, contribuindo para a redução da violência (cf. FBSP, 2010; Muggah, Pellegrino, 2020; Oliveira, 2022). O principal indicador a ser enfrentado pela política foi o alto índice de mortes violentas de jovens negros em territórios específicos do estado. Junto a isso, também interessava o combate à alta evasão escolar desse público e a outros indicadores de vulnerabilidade social que o caracterizavam.

Assim, apesar da transversalidade do problema enfrentado e por se voltar de modo mais amplo para “a garantia de direitos da juventude, com educação, com lazer, com cultura” (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos), o foco principal para desenho e implementação do projeto se manteve centrado na redução dos homicídios:

Os CRJs eu acho que eles foram pensados com um objetivo muito amplo e também difícil de ser medido, porque eu já não tinha um parâmetro anterior, né, mas o objetivo do CRJ é a redução de homicídios da juventude negra. Então, esse é o nosso principal indicador (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

b) Desenho da política

O público-alvo são jovens de 15 a 24 anos, moradores dos territórios em que foi definida a implementação do Programa Estado Presente. A seleção desses territórios baseou-se em um diagnóstico produzido pelo IJSN (2009) que identificou a concentração de 74% dos homicídios do

¹² - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/crj-terra-vermelha>>. Acesso em 16 out. 2024.

Espírito Santo em apenas 10 municípios. Dentro desses municípios, foram selecionados os bairros/territórios que apresentavam simultaneamente os maiores índices de violência e os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), totalizando, inicialmente, 140 bairros, conforme informação apresentada em entrevista com a secretária da SEDH, Nara Borgo.

Além das variáveis sociais e criminais, a escolha dos 14 bairros também considerou “variáveis de viabilidade da construção do equipamento, qual era a área que tinha livre, se o Estado precisou desapropriar o município, se o município cedeu aquela área” (Entrevistado Anônimo 2), entre outros fatores, como a presença de facções criminosas que pudessem restringir o acesso de jovens de outros bairros.

Com base nesses indicadores, **os Centros foram implementados nas cidades de Vila Velha (Terra Vermelha e São Torquato), Serra (Feu Rosa e Novo Horizonte), Cachoeiro do Itapemirim (Rubem Braga), Aracruz (Centro), São Mateus (Ayrton Senna), Guarapari (Kubitschek), Linhares (Araça), Colatina (João Meneguelli), Vitória (São Pedro e Território do Bem) e Cariacica (Castelo Branco e Flexal II).**

Apesar de a definição desses locais ter considerado evidências sobre os índices de violência no período anterior à implementação, sabe-se que as dinâmicas criminais são altamente móveis. Assim, ao longo do tempo, ocorreram mudanças nos territórios mais impactados pelo crime e pela violência. De acordo com dados do IPEA, em 2022, as quatro cidades mais violentas do Espírito Santo estavam no norte e noroeste do estado: Vila Valério, com uma taxa de homicídios de 94,7 por 100 mil habitantes; Jaguaré (86,4); Sooretama (79,2); e Padro Canário (79,0) (IPEA, 2024, p. 30). A localização dos CRJs foi uma questão levantada pelos interlocutores e será retomada no tópico “Lacunas e recomendações para o futuro”.

Dentro desse recorte, há ainda a **priorização da política para homens, negros, que não estão acessando serviços da rede (escola, assistência, saúde), estão em situação de evasão escolar, que passaram pelo sistema socioeducativo, que sejam egressos do sistema prisional, ou mesmo jovens que passaram por situações diversas de violação de direitos.** A definição do público prioritário fundamenta-se nas estatísticas de homicídios no estado, que indicam que 39% das vítimas são jovens entre 15 e 24 anos, sobretudo negros, percentual que chega a 50% nos bairros historicamente mais atingidos com a violência¹³.

O objetivo geral dos CRJs é ampliar as oportunidades de inclusão social para jovens de 15 a 24 anos em situação de risco à violência (Objetivo II do Programa Estado Presente). Além disso, os objetivos específicos incluem: (I) Prevenir a violência sofrida e cometida por jovens de 15 a 24 anos residentes nos territórios prioritários do projeto; (II) Melhorar a qualidade de vida das juventudes; (III) Fomentar a participação social e a gestão participativa; (IV) Promover o acesso à inclusão social

13 - Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/estado_presente>. Acesso em 16 out. 2024.

e produtiva de jovens; (V) Atuar como espaço de referência e de encaminhamento para os demais serviços públicos e privados de atenção às juventudes; (VI) Desenvolver serviços ainda não ofertados pela rede local, garantindo a transversalidade dos Direitos Humanos, organizados em três núcleos - (1) Núcleo Socioafirmativo e de Acesso; (2) Núcleo Economia Criativa, Trabalho e Renda; (3) Núcleo Articulação e Transversalidade. Nas palavras de uma entrevistada, esse objetivo se resume em:

Assim [o objetivo era], pegar os dados que o Instituto Jones tinha, entender o que que estava faltando naqueles territórios e como construir uma possibilidade de intervenção neles, só que eram muitos territórios (Entrevistada Anônima 1).

O ponto de partida da política está normatizado no Contrato nº 3279/OC-BR, firmado entre Estado do Espírito Santo e BID. Além disso, o Decreto nº 4.738, de 25 de setembro de 2020, dispõe sobre a implantação do Grupo Gestor Estadual dos CRJs. Houve ainda a elaboração de um Termo de Cooperação firmado entre estado e municípios, no qual foram definidas as responsabilidades de cada ente. Nesse processo que precedeu a implementação dos equipamentos, houve uma etapa de sensibilização nos municípios que receberiam os Centros, de modo que “foram mobilizados tanto os movimentos sociais, de território, como também foi comunicado à prefeitura” (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Nessa fase de preparação, os gestores responsáveis também realizaram visitas e consultas a outras experiências semelhantes de Centros de Juventude no Brasil, como os equipamentos da política no Rio Grande do Sul, buscando identificar boas práticas e pontos de atenção. Um dos aprendizados internalizados foi a dificuldade burocrática para a própria construção das estruturas prediais, um processo que acabava tomando os quatro anos da gestão estadual. Segundo a Secretária Estadual de Direitos Humanos, a experiência serviu para que optassem por outro modelo no Espírito Santo:

E aí, quando eu voltei, falei para o governador: “ó governador, a gente já perdeu quatro anos de projeto com o BID. Se a gente for procurar território, depois as licenças, nós vamos passar quatro anos e vai ser igual ao Rio Grande do Sul. Não dá. Ou a gente vai identificar imóvel que já existe nesses territórios, que a gente tem também um foco por causa do BID, ou a gente vai alugar, senão a política não vai sair (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Os gestores também acessaram experiências internacionais de políticas de combate à violência, como os casos da Jamaica e do Chile, apresentados pelos parceiros do BID. A expectativa em relação ao que seria implementado no Espírito Santo, contudo, era de que o equipamento, mesmo estando dentro das políticas de segurança pública, tivesse “outra característica” (Entrevistada Anônima 1), o que precisou ser justificado com o BID, que compreendeu as escolhas tomadas, conforme explicitado pelos interlocutores.

Assim, o BID foi um ator central no impulso à implementação de uma política que já era demandada pelas lideranças juvenis do estado desde pelo menos 2011, com o início do primeiro mandato do governador Casagrande e a instituição da SEDH, como explica a atual Secretária da pasta:

Quando eu chego no Estado, a demanda é apresentada para mim por meio dos coletivos juvenis. Fosse o Conselho Estadual de Juventude, o Fórum de Juventude Negra, o FEJUNES, algumas lideranças também das juventudes (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

A demanda por um CRJ se espelhava na experiência bem avaliada do CRJ Municipal de Vitória, inaugurado em 2006, que se apresentava como um “espaço público de atendimento à juventude, com diversos serviços sendo oferecidos, diversas oficinas” (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE). Mas foi com a parceria do BID - instituição que prestou não só apoio financeiro, mas também foi central para “fazer o projeto dar certo” (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos) por meio do apoio técnico especializado - que o projeto ganhou corpo e possibilidade financeira, além de uma forte indução no sentido de que fosse especificamente destinado à diminuição dos índices de violência.

c) Implementação

A metodologia de implementação e execução dos CRJs foi extensamente abordada no documento “Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo” (Governo do Estado do Espírito Santo, 2022). Em resumo, **os Centros foram pensados para servir como espaços de oferta de serviços aos jovens dos territórios em que se localizam. O acesso dos jovens ao Centro pode ocorrer por demanda espontânea (procura do jovem ao centro), busca ativa (do grupo prioritário por parte da equipe) ou encaminhamentos (pela rede local socioassistencial).**

A busca ativa foi bastante valorizada como estratégia para acesso aos jovens mais distantes da rede socioassistencial. Para realizar a busca, as equipes locais contrataram “articuladores locais”, que são jovens, moradores do território, com amplo conhecimento da realidade local e que, justamente por esse perfil, apresentavam melhores condições de estabelecer relações com aqueles que relutavam em acessar o equipamento. Trata-se de um “trabalho bem artesanal, de ir na casa, de conversar, de chamar o jovem” (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos), o que fortalece o vínculo tanto dos articuladores quanto daqueles que serão mobilizados por meio dessa estratégia:

São jovens moradores do território, que conheciam as quebradas, digamos assim, todos os becos onde acontecia a interação ali da juventude, para fazer o convite. Então, essa equipe de articuladores foi uma perspectiva interessante que a gente construiu bem coletivamente, pensando a importância do equipamento ter uma vinculação, uma raiz ali com o território (Entrevistada Anônima 1).

Esses atores auxiliaram na divulgação local dos serviços que seriam oferecidos nos CRJs, fazendo parte de uma estratégia de comunicação local que se iniciou ainda antes da implementação, durante o processo de escolha dos locais onde os equipamentos seriam instalados. Durante as visitas aos territórios, a equipe responsável buscou se reunir com as lideranças dos territórios, sobretudo lideranças jovens. Representantes de igrejas, centros comunitários e organizações sociais locais também foram ouvidos e informados sobre o programa. Escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidades de Saúde, conselhos da comunidade também foram acionados durante a apresentação da proposta dos Centros, o que auxiliou na divulgação junto aos serviços locais. Desde o início da construção da metodologia, portanto, havia uma equipe responsável pelo diálogo e mobilização com os territórios. Em alguns CRJs, a comunicação local se valeu de estratégias específicas:

Tem CRJ que é mais criativo, por exemplo, tem muitas bicicletas com caixa de som também, então, às vezes, eles vão na bicicleta com a caixa de som e aí você já conhece o CRJ (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Ações próprias de comunicação externa e destinadas ao público mais amplo também foram acionadas, como campanhas na televisão e rádio e mensagens via outdoor pelas cidades. Essas peças de divulgação foram centralizadas pela equipe de comunicação do Governo do Estado antes de serem repassadas aos CRJs, mantendo assim um padrão único no material veiculado.

A oferta de serviços apresentada por esses canais se dividia em participação, atendimento e acompanhamento.

A participação é um processo pontual, englobando os jovens que frequentam as diversas programações do CRJ. O atendimento envolve a utilização mais frequente do espaço ou da programação do Centro por parte do jovem. Já o acompanhamento prevê um tempo mínimo de seis meses em um processo individual ou coletivo com a equipe técnica.

Para garantir a implementação dos serviços, a metodologia construída previa a articulação com toda a rede de ensino fundamental e médio do território onde o CRJ está localizado, de modo a realizar atividades e eventos em conjunto com as escolas. Também estava estabelecida no documento orientador a importância de manter o diálogo e parceria com as forças policiais do território, buscando aproximar os serviços e garantir a compreensão do trabalho realizado.

Os CRJs foram estabelecidos como espaços de cumprimento de medidas socioeducativas do tipo Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e como espaço para complementação de serviços relacionados às medidas de Liberdade Assistida (LA), sempre em parceria com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAs). Nesse âmbito, os CRJs também se vinculam ao IASES para receber jovens em fase final de cumprimento de medida ou egressos do sistema socioeducativo.

Para organizar essas diferentes frentes de atuação, os CRJs têm seus serviços organizados em três núcleos, e dentro deles estão os eixos de intervenção, com suas respectivas ofertas de atividades e benefícios. São eles: I) Núcleo Socioafirmativo e de Acesso, que agrega os Eixos: a. Cola Aê, b. Fortalece Família, c. FicaADica; II) Núcleo Economia Criativa, Trabalho e Renda, formado pelos

Eixos: a. Tô no Topo; b. Trampo Coletivo; c. LABPoca; III) Núcleo de Parcerias, que contempla o

Eixo: a. TamoJunto. No quadro síntese a seguir, é possível visualizar as principais atividades e serviços desenvolvidos em cada eixo, os quais estão vinculados a um dos três núcleos:

Quadro 3 - Atividades e serviços oferecidos pelos CRJs, por Eixo de intervenção

Núcleo	Eixo	Descrição	Atividades e Serviços
Socioafirmativo e de Acesso	Cola Aê	Porta de entrada aos serviços do CRJ, funciona como espaço de acolhimento inicial, identificação de demanda e encaminhamento aos demais Núcleos.	Empréstimos de equipamentos e agendamentos de salas, oficinas permanentes, Circuito Formativo em Direitos Humanos, Atendimentos e benefícios pontuais, Eventos e programações do CRJ, Vivências e intercâmbios extraterritório, Mostras semestrais, Mostras anuais
	Fortalece Família	Acompanhamento por meio de articulação multiprofissional com maior duração de tempo e de forma mais individualizada	Plano de Possibilidades para a Vida (PPVida), Outras demandas
	FicaADica	Acionamento do portfólio de serviços estaduais e municipais destinados à juventude (projetos, políticas, ações e atividades)	-
Economia Criativa, Trabalho e Renda	Tô no Topo	Porta de entrada para as atividades ligadas ao mercado de trabalho e geração de renda	Plano de Possibilidades de Trabalhos Individuais ou Coletivos (PTrampo), Cursos e oficinas profissionalizantes, Mostra de profissões
	Trampo Coletivo	Espaço de trabalho de uso coletivo, com acesso a computador, impressora, internet, etc.	-
	LABPoca	Espaço de fomento de economia criativa de base comunitária ¹⁴ .	-
Parcerias	Tamo Junto	Articulação de diversas parcerias a serem executadas pelo CRJ para atender demandas específicas do território	-

Fonte: Elaboração própria com base em Governo do Estado do Espírito Santo (2022, p. 48-65).

14 - Para mais informações, ver tópico 3.4 Profissionalização, trabalho e renda.



Para cada atividade ou serviço apontado, estipulou-se a quantidade de jovens participantes, a carga horária/frequência e as características gerais da atividade ofertada (Governo do Estado do Espírito Santo, 2022, p. 65).

Cada CRJ previu como meta inicial atender e promover 4.560 participações, com média mensal de no mínimo 380 jovens, e 720 acompanhamentos, com média mensal de no mínimo 60 jovens (Governo do Estado do Espírito Santo, 2022, p. 27).

O monitoramento e a avaliação dos CRJs foram desenhados pela SEDH tendo como instituições parceiras o IJSN, juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), especialmente no monitoramento dos CRJs pilotos. Determinou-se na Metodologia guia que o monitoramento e a avaliação deveriam contar com multitécnicas de coleta de dados, como entrevistas individuais, aplicação de questionários, grupo focal, envolvendo os jovens que participam dos CRJs, profissionais atuantes nos Centros, familiares, população do entorno e jovens que foram indicados, mas não fizeram uso do CRJ.

Apesar de o conjunto de normativas que orientam a execução do Programa Estado Presente não fazer referência específica aos CRJs, esses documentos foram os primeiros orientadores para a implementação da política. Os valores iniciais para a concretização dos equipamentos dos Centros foram de, em média, R\$ 2.110.863,68, com prazo inicial de vigência do termo de colaboração de 18 meses (Baitela, 2024, p. 41). Assim, foram mais de R\$ 28 milhões investidos, sendo que destes, em torno de R\$ 25 milhões vieram do empréstimo realizado com o BID e apenas R\$ 3 milhões da contrapartida do estado, conforme esclareceu uma interlocutora (Christianity, Subsecretária da SUBJUV).

Os relatos coletados durante as entrevistas realizadas foram unânicos no sentido de que nunca faltou orçamento para a execução da política. Com os aportes realizados pelo BID, os equipamentos puderam ser implementados e executados adequadamente, o que trazia um caráter inédito de se tratar de uma

“política pública sem problema de recurso” (Entrevistada Anônima 1). Conforme será demonstrado, essa circunstância depende dos aportes externos e levanta questões sobre a sustentabilidade e continuidade do programa.

d) Governança

A gestão do programa foi estabelecida formalmente para ocorrer de maneira compartilhada entre o Grupo Gestor Local e o Grupo Gestor Estadual. O Grupo Gestor Local é próprio a cada CRJ, sendo formado por um representante do Conselho Municipal de Juventude - ou por representante da sociedade civil do território, caso não haja Conselho -, por um representante do Governo Municipal, por um representante de coletivos do território de pelo menos duas áreas diferentes de atuação, pelo Coordenador-geral, pelo Coordenador de Articulação e por representante dos trabalhadores do CRJ (Governo do Espírito Santo, 2022, p. 11).

O Grupo Gestor Estadual, por sua vez, está normatizado pelo Decreto nº 4.738, de 25 de setembro de 2020, que dispõe sobre a sua formação, composta por: representante das Secretarias de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), de Esportes e Lazer (SESPORT), da Saúde (SESA), da Educação (SEDU), de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI), da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), de Turismo (SETUR). Além destes, fazem parte do Grupo Gestor Estadual representantes da Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES) e de cada Grupo Gestor Local dos CRJs. O Grupo é coordenado pela SEDH.

Apesar da determinação normativa, identificou-se, por meio das entrevistas realizadas, que o Grupo de Gestor Estadual, até o momento, não foi constituído na prática. O movimento de nomear os representantes das Secretarias para compor o Comitê Gestor Estadual foi realizado apenas recentemente e está atualmente em andamento.

As atividades de cada CRJ são executadas por OSCs que foram escolhidas durante o processo de implementação por meio de Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC), com preferência para aquelas que já atuem nos territórios¹⁵. Após a implementação dos Centros, cada OSC seguiu na execução das atividades diárias desenvolvidas, sob orientação e gerência direta da SEDH. Essa equipe é responsável por manter a padronização dos serviços oferecidos nos 14 CRJs, o que é identificado como um enorme desafio, dadas as particularidades de cada território e de cada equipe local:

É, esse é ainda um grande desafio, porque dez organizações da sociedade civil, para gestão de 14 CRJs, são organizações com missões diferentes, muitas sendo a primeira vez de um trabalho com políticas públicas de juventude (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

15 - Parcerias estabelecidas com cada OSC disponíveis em: <<https://juventudes.es.gov.br/parcerias>>. Acesso em 16 out. 2024.

A equipe designada pela SEDH para fazer essa gestão mantém reuniões mensais por videoconferência ou presencial com cada OSC, além de realizar avaliações semestrais de prestação de contas que envolvem a análise do cumprimento de metas de execução e financeira e a avaliação técnica referente à qualidade dos serviços ofertados feitas com base em relatórios enviados pelas equipes locais.

A alta carga de trabalho para manter essas avaliações foi um ponto de atenção levantado por uma parcela dos entrevistados, já que são muitos equipamentos para serem acompanhados por consultoras contratadas ou funcionárias da Secretaria, a qual nem sempre dispõe de recursos humanos suficientes para dar conta da demanda. Essa gestão estadual direta muitas vezes precisa lidar não apenas com as questões de execução financeira e de contratação de equipe, como com questões práticas do dia-a-dia do equipamento:

Mas não quero só saber se ele recebeu 1 milhão ou gastou 1 milhão. Como é que ele gastou esse 1 milhão, se o plano de trabalho foi cumprido, se as oficinas foram realizadas e se foram realizadas também a avaliação dessas atividades pelas juventudes. Então, isso tudo a gente acompanha (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

e) Monitoramento e avaliação

O principal processo de monitoramento e avaliação dos CRJs produzido até aqui foi executado pelo IJSN e inserido no Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP).

O Sistema foi instituído pelo Governo do Estado por meio da Lei Estadual nº 10.744/2017 e visa institucionalizar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário, de modo a aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual e melhorar a qualidade do gasto público¹⁶.

Em Avaliação Executiva sobre o SiMAPP, constatou-se a capacidade do Sistema de incidir nas políticas avaliadas, com grau de 69% de recomendações efetivamente implementadas pelos órgãos executores (Santos; Borges, 2023, p. 33). Nos cinco primeiros ciclos de operação, o SiMAPP monitorou e avaliou 13 programas de governo, sendo um deles o CRJ, para o qual foram realizados dois ciclos de monitoramento (Santos; Borges, 2023, p. 23).

Alguns dos indicadores que seriam acompanhados pelo SiMAPP já haviam sido estabelecidos desde o princípio pelo BID, sendo parâmetros bem objetivos, como a quantidade de jovens em idade escolar, redução da evasão escolar, redução dos índices de mortalidade, entre outros. Segundo relatado por uma interlocutora que compôs a equipe de gestão nesse período, eram dados que precisavam ser “atacados”. Nesse mesmo sentido foi o relato da atual Secretária Estadual de Direitos Humanos:

16 - Para saber mais ver: <<https://ijsn.es.gov.br/projetos-especiais/simapp/conheca-o-simapp>>. Acesso em 17 fev. 2025.

O nosso principal indicador que a gente tenta medir é a redução de homicídios da juventude negra, mas aí a gente foi criando esses outros indicadores menores para isso, mas o que o governo acompanha é o da redução de homicídios (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

O principal processo de monitoramento e avaliação do CRJ foi realizado entre maio de 2021 e agosto de 2022, restringindo-se à análise do funcionamento dos dois primeiros Centros implementados: Terra Vermelha e Feu Rosa, localizados nas cidades de Vila Velha e Serra, respectivamente (IJSN, 2024). Para a realização do monitoramento, foram identificadas lideranças juvenis vinculadas aos CRJs que auxiliaram a equipe na realização da pesquisa:

Eles ganharam bolsas. Os jovens participaram da pesquisa como bolsistas e ajudaram a fazer a avaliação da política pública (Entrevistado Anônimo 2).

Além dessa articulação local, os principais insumos para o diagnóstico foram: (i) formulários preenchidos pelas equipes para captar informações cotidianas dos CRJs; (ii) entrevistas individuais conduzidas com gestores e funcionários dos CRJs, representantes das OSCs executoras, coordenadores gerais e coordenadores de articulação, profissionais da equipe técnica, e jovens articuladores; (iii) entrevistas individuais com jovens frequentadores, jovens dos territórios que não utilizam o CRJ e familiares/moradores da comunidade¹⁷; (iv) questionários fechados aos jovens acompanhados pelos CRJs aplicados em dois momentos distintos¹⁸ (IJSN, 2024, p. 35); (v) grupos focais com trabalhadores dos CRJs.

Os principais resultados identificados pelo monitoramento foram: a) o perfil dos participantes dos CRJs é de maioria negros, estudantes e com renda familiar de até 1 salário mínimo, com participação dividida de forma semelhante entre homens e mulheres; b) entre o Formulário Inicial e o Formulário de Acompanhamento, houve o aumento do índice de jovens que diziam estar estudando; c) sobre o direcionamento a outros serviços, os encaminhamentos foram majoritariamente para serviços de saúde, denotando a importância do CRJ no suprimento de carências anteriores, especialmente no tocante à saúde mental; d) aumento da busca pelo benefício da cesta básica; e) ao serem ouvidos, os participantes afirmaram que nos CRJs se sentem valorizados e respeitados no que se refere a temáticas relacionadas aos Direitos Humanos. Os jovens participantes indicam, na grande maioria, uma percepção positiva sobre o CRJ, entendido como um espaço de acolhimento, onde percebem que suas demandas são atendidas satisfatoriamente. Cerca de 96% dos participantes na Fase 1 e 92% na Fase 2 apontaram o serviço como “ótimo” ou “bom” (IJSN, 2024, p. 154).

Apesar dos indicadores positivos a respeito do programa, algumas lacunas na implementação foram identificadas. Uma lacuna importante diz respeito à ausência de jovens acompanhados pelo

17 - Ao todo foram conduzidas 45 entrevistas.

18 - Foram aplicados 126 questionários em cada fase.

sistema socioeducativo ou prisional enquanto usuários dos serviços. Apenas no CRJ Terra Vermelha houve participantes com esse perfil, e na porcentagem de 5,7%, em relação aos egressos do sistema socioeducativo e 5,3%, em relação aos egressos do sistema prisional (IJSN, 2024, p. 108). Apesar da dificuldade de acesso a esse público, algumas estratégias foram implementadas para que o CRJ “entrasse dentro das unidades socioeducativas”:

Então as equipes já se dividiam para fazer atividade dentro também das unidades, e em articulação com a assistência, com os meninos que estão em cumprimento de medida de meio aberto. Então sempre tinha no CRJ os meninos que estão cumprindo medida de meio aberto, sem identificá-los, claro, né, e a equipe do CRJ indo também nas unidades de meio fechado, para que eles entendessem, assim, tanto para tivessem acesso ao que estava acontecendo no CRJ, quanto entendessem que quando eles saíssem de lá, eles tinham um lugar para procurar (Entrevistada Anônima 1).

Para Nara Borgo, durante o processo de implementação, fortaleceu-se consideravelmente a parceria com o IASE, além de uma aproximação com o Ministério Público, buscando o acesso desse perfil de jovens. No relato da Secretária Estadual de Direitos Humanos, fica evidente parte desse resultado:

Eu estava num evento semana passada com a Promotora da Infância e Juventude, e ela disse: ‘o adolescente passa ali, se ele tá numa liberdade assistida ou se ele tá saindo da internação, já pergunta onde ele mora e já fala que ele tem que ir para o CRJ’. Então a gente começou a criar essas estratégias de colocar os CRJs mais próximos e dentro das unidades de socioeducação (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Em outro trecho de sua entrevista, a interlocutora relata uma experiência vivida que denota o resultado dessa aproximação na percepção dos usuários atendidos.

Eu estava na semiliberdade aqui de Vila Velha fazendo uma visita, e aí tinha um rapaz, eu perguntei para ele, “qual a melhor coisa da semiliberdade para você”, e ele: “quando eu for para o CRJ”. E ele nem sabia quem eu era. (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos)

Em relação às equipes de atendimento dos CRJs, o monitoramento revelou que nem todos os profissionais contratados têm ampla e sólida experiência no atendimento em direitos humanos das juventudes, além de uma sobrecarga significativa de trabalho que afeta os profissionais. Sobre a gestão dos CRJs, a coexistência de dois cargos denominados como Coordenação (Geral e de Articulação) revelou-se pouco frutífera, produzindo ambiguidade nas relações de poder e sobreposição de responsabilidades:

Os próprios jovens falavam, eu lembro que ela comentava, está lá no estudo também, os jovens falavam, tem muitos coordenadores aqui, a gente não sabe qual a função de cada coordenadora (Entrevistado Anônimo 2).

Também foram apontados problemas relacionados ao processo seletivo para definição das OSCs gestoras e à coleta de dados administrativos, como o preenchimento de formulários. Por fim, foram levantadas algumas questões sobre espaços físicos dos Centros, como tamanho e organização do imóvel, que se mostrou insuficiente para acolher a demanda de jovens que acessam o espaço. Assim, com base no monitoramento dos CRJs pilotos, foram determinados ajustes e mudanças para a implementação dos demais Centros:

Até a nomenclatura da estrutura funcional do CRJ foi alterada, dos outros doze CRJs, foram aprimorados a partir dos feedbacks dessa pesquisa de monitoramento e avaliação do CRJ de Feu Rosa e de Terra Vermelha (Entrevistado Anônimo 2).

Em termos de resultados já alcançados pelo programa, o site institucional do governo indica que, considerando os 14 CRJs implantados em dez cidades do Estado, até início de 2023, somavam mais de 16 mil atendimentos, menos de dois anos desde o início da implementação¹⁹. O número informado no site institucional contrasta com os dados apresentados em entrevista pela atual coordenadora dos CRJs na SEDH, Carolina Cyrino, que indicou a realização de 60 mil atendimentos em 2022, 90 mil em 2023 e 78 mil considerando apenas o primeiro semestre de 2024.

Especificamente em relação ao CRJ Cachoeiro do Itapemirim, inaugurado em março de 2022²⁰, Baitela (2024) produziu uma análise global do equipamento, constatando que o programa estava atingindo o público-alvo, embora não fosse possível afirmar a efetividade em termos de diminuição dos índices de violência. A análise identificou que, para sustentar as atividades, foi necessário elaborar Termo Aditivo para estender o prazo de funcionamento do equipamento para 36 meses, além de estender a área de atuação para outros bairros que inicialmente não estavam abarcados no planejamento. Além disso, com base nas informações fornecidas no Formulário Inicial de acolhimento dos jovens atendidos, constatou-se o maior percentual de adolescentes de 16 anos, a prevalência de quase 80% de jovens autodeclarados como pretos e pardos, de 36% de jovens que não estavam estudando quando ingressaram na política e de 38% de jovens com renda familiar de até 1 salário-mínimo (Baitela, 2024, p. 60). Em relação aos meios pelos quais descobriram o CRJ, quase 50% dos jovens afirmaram ter sido informados por amigos (Baitela, 2024, p. 65).

Não foram identificados outros processos avaliativos referentes aos demais CRJs já implementados. Em diálogo com os interlocutores contatados, constatou-se que, apesar do interesse que o IJSN em continuar com a realização do processo de monitoramento e avaliação e da disponibilidade de recursos

19 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-cria-subsecretaria-de-politicas-para-as-juventudes>>. Acesso em 16 out. 2024.

20 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/crj-cachoeiro>>. Acesso em 16 out. 2024.

financeiros, há um impasse em relação à dificuldade de reunir os recursos humanos necessários para que o Instituto pudesse repetir o monitoramento com o mesmo nível de profundidade realizado inicialmente.

A gente gostaria [de continuar o monitoramento], mas o Instituto Jones também, hoje ele tem diversas outras atividades que ele está sem condições de pegar mais um trabalho desse tamanho. Mas se a gente pudesse colocar em cada município uma pesquisa dessa, era o que eu gostaria de ver. A gente deixa ali o projeto em standby, na hora que a gente conseguir esse espaço no Jones (...), a gente consiga voltar para a pesquisa dos outros CRJs, e voltando nesses que foram pesquisados também, que é importante isso (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Além disso, um ponto relacionado ao monitoramento, que foi retomado por diversos interlocutores, foi a necessidade de implementar um sistema para que as equipes façam os registros dos atendimentos realizados, facilitando a produção de indicadores e o acompanhamento das metas estabelecidas. Esse processo para criação de um sistema unificado já está em produção há pelo menos três anos, devido à dificuldade de se chegar em um formato que atenda todas as necessidades de acompanhamento:

Quando eu saí, a equipe que estava lá já tinha uma pessoa responsável para continuar a organização do sistema, porque é isso, não é fácil, é cada iconezinho, cada detalhe, o que você quer puxar, é bastante difícil, mas é um sistema para poder unificar, para todas as equipes registrarem o número de atendimentos de jovens, a circulação dos jovens, e também um sistema aberto para as juventudes que não estão vinculadas ao CRJ. (...) E as equipes têm uma expectativa muito grande, porque isso como ferramenta de trabalho para eles também é fundamental (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Após esse período de produção, o processo de implementação desse sistema de gestão está se encaminhando para a finalização. Segundo relatou a assessora especial da Secretaria de Direitos Humanos e atual responsável pela gestão do CRJ, Carolina Cyrino, nos meses de novembro e dezembro de 2024, ocorrerá o treinamento das equipes locais, para que, em seguida, o sistema já possa ser utilizado:

A Secretaria investiu através do BID a construção de um sistema, contratou uma empresa junto com o complemento da Prodest para implantar esse sistema dentro dos CRJs que eles vão poder colocar os beneficiários, os números de atendimentos, quantas oficinas são realizadas e a gente poder gerar um número contabilizado por um sistema. Isso vai dar também, eu acho que mais celeridade na avaliação desses dados. A gente espera também que com essa entrega, esses dados também possam ser melhor ainda monitorados e avaliados. Isso é um investimento de aperfeiçoar mesmo o monitoramento que é feito (Carolina Cyrino, Coordenadora dos CRJs na SEDH).

Além do monitoramento oficial realizado pelo IJSN, os CRJs são frequentemente avaliados por meio de pesquisas de mestrado e doutorado de alunos das Universidades do Espírito Santo que realizam trabalho de campo nos Centros. Na percepção de Nara Borgo, essas pesquisas são fontes importantes para a produção de olhares externos sobre o programa.

Apesar dessa abertura, interlocutores também indicaram dificuldades na execução de outros processos avaliativos, como o acompanhamento dos CRJs pelo Conselho da Juventude após a implementação da política, conferindo, muitas vezes, um caráter de “figurante” a esses espaços deliberativos. Além disso, algumas oportunidades podem ter sido perdidas, como a produção de relatos escritos que serviriam como o registro histórico de todo o processo. Iniciativas dessa natureza foram planejadas, mas encontraram barreiras para serem finalizadas devido à alta demanda de trabalho que a gestão acumulava naquele momento:

Quando estava lá, [...] a gente pensava muito numa produção de escrita do que foi tudo isso, desde o processo de implantação a tudo que foi feito, todos os desafios, dificuldades, muitos alcances, muitas vitórias diante das dificuldades bem sérias mesmo. Então, [...] chegou até a pensar uma estrutura, e aí a gente ia começar a caminhar nesse documento. Só que a gente era engolida pelas demandas de uma equipe, que é uma equipe lá da Secretaria, que é uma equipe pequena, para dar conta de tantas demandas (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Para o futuro, além da perspectiva de retomar o monitoramento realizado pelo IJSN, os interlocutores também indicaram a possibilidade de outros formatos, como uma pesquisa de vitimização a ser realizada em parceria com o BID, com o objetivo de medir o impacto do programa na violência:

Ainda a gente não tem, mas estava previsto, depois dessa avaliação no monitoramento, agora fazer uma pesquisa de vitimização, incluindo, na base dos questionários, perguntas que vão possibilitar a gente aferir se ocorreu melhorias nos indicadores sociais e econômicos e de segurança pública, desde o início da implementação do CRJ até a atual data. São duas pesquisas de vitimização, uma que deve acontecer agora em 2025 e uma outra que a gente deve rodar lá para 2026 e 2027. E vai possibilitar a gente fazer inferências nos territórios contemplados pelo CRJ, priorizados pelo Estado Presente, se a gente conseguiu reduzir mais os índices de violência do que em outras áreas que a gente vai trabalhar com grupos de controle (Entrevistado Anônimo 2).

f) Impactos

Com base nos resultados obtidos pelas estratégias de monitoramento e avaliação implementadas, somados aos relatos compartilhados durante as entrevistas, é possível assinalar os principais impactos decorrentes da política. Conforme já apresentado, há uma percepção compartilhada de que a recepção entre os moradores dos territórios impactados pelos CRJs foi extremamente positiva. Houve uma adesão superior à esperada em termos de quantidade de atendimentos realizados. Segundo os dados apresentados pela atual coordenadora dos CRJs na SEDH, Carolina Cyrino, foram realizados 60 mil atendimentos realizados em 2022, 90 mil em 2023 e 78 mil considerando apenas o primeiro semestre de 2024.

O impacto da política na vida dos jovens é percebido não apenas pela quantidade de atendimentos, mas pela capacidade de efetivamente mobilizar os jovens que procuram os Centros, conforme relatou Ramon:

Mas também quando a gente encontra esses jovens, quando a gente tem a oportunidade de visitar esses equipamentos, quando a gente vê esses jovens sendo atendidos ali pelas oficinas, pelos projetos, pelos cursos, a gente entende que a vida daquele jovem está sendo impactada (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

Além de ser visto como um espaço que oportuniza a qualificação profissional, oferecendo insumos para que os jovens possam desenvolver, por exemplo, um negócio próprio, outro conjunto de impactos reafirmados por mais de um interlocutor foi a possibilidade de o CRJ funcionar como uma ponte entre os jovens e o acesso ao Ensino Superior, abrindo portas para Universidades e Institutos Federais do estado:

A gente vê uma grande mudança, uma rápida mudança. Assim que eu chego aqui na SUBJUV, a gente vai no Palácio receber os jovens que passaram na Universidade Federal e no Instituto Federal na graduação, jovens do CRJ, e aí uma mesa repleta de galera feliz, com o olho brilhando. É jovem preto, é jovem indígena, tendo o seu direito de acessar a Universidade, que para muitas outras pessoas é muito fácil, muito simples, mas para eles é um passo gigante, passou de um passo, virou um pulo, através do CRJ, e isso é muito legal e muito inspirador também (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Além de acessarem uma formação mais aprofundada, após finalizarem a qualificação profissional, muitos desses jovens acabam retornando aos próprios CRJs para serem integrados como profissionais no serviço, inclusive como forma de valorizar o vínculo que já possuem com o território. Esse ciclo de formação e incorporação dos jovens pelo equipamento fica evidente nos relatos dos entrevistados a seguir:

Tem uma coisa do CRJ que eu acho muito legal, é que o CRJ criou postos de trabalho. Ele criou postos de trabalho com a juventude. Como campo de estágio, por exemplo. Estou falando aí do campo da psicologia, da ciência social, da terapia ocupacional, principalmente, porque o espaço para ter vaga para, ter terapia ocupacional é o CRJ. Todo mês tem uma vaga. Então, assim, eu acho que ele criou um posto de trabalho. Olhar a juventude quanto um público a ser explorado pelos recursos de formação né? (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE)

Aí tem o vídeo inclusive do Ricardo, ele falando que antes de ir para o CRJ lá de Terra Vermelha, ele falou que não sabia o que era uma universidade. Aqui a gente tem a Universidade Federal do Espírito Santo, a UFES, e ele falou, eu não sabia o que era a UFES, eu nem sabia que existia a UFES aqui na região metropolitana. No CRJ ele conheceu as oportunidades, fez um projeto de vida, participou das oficinas, trabalhou a perspectiva dele de futuro, e ele fez o vestibular, não sabia que podia fazer vestibular, nem sabia o que era vestibular, e aí ele ingressou na UFES, é estudante, está finalizando o curso lá, e começou a conseguir uma vaga de coordenador dentro do CRJ. Olha a magnitude de transformação social de uma política pública como essa (Entrevistado Anônimo 2).

Outro aspecto que merece destaque em termos de impactos produzidos pela política é a forma como as equipes puderam estabelecer vínculos efetivos com os jovens atendidos. Mesmo sendo um público que, por suas características e vulnerabilidades, costuma apresentar desconfiança em relação aos equipamentos do poder público, pela forma como os CRJs se inseriram nas comunidades, construiu-se uma relação entre as equipes e os jovens de grande proximidade e confiança. O relato de Mônica a seguir é bastante ilustrativo da importância de se estabelecer essa relação para garantir a participação dos jovens na política:

O CRJ de São Pedro tinha uma movimentação assim, inclusive, dos meninos virarem a noite trabalhando no tráfico, irem de manhã para o CRJ e chegarem com sono, inclusive, e dormirem nas salas, pedirem para dormir um pouco antes de começar a atividade. Então, isso para a gente foi bastante importante, porque significa a referência do Estado, do espaço, e significa a relação, o vínculo estabelecido entre esses profissionais e esses jovens, que a gente via de forma bastante positiva, de que eles estão construindo algo ali (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

g) Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

Algumas das dificuldades na implementação da política foram reafirmadas por mais de um interlocutor entrevistado. Um dos pontos identificados pelos gestores desde o início da implementação da política diz respeito à dificuldade de balancear a necessidade de se ter uma certa padronização na oferta de serviços nos 14 CRJs apesar das distintas naturezas das OSCs executoras, ao mesmo tempo em que se valoriza que cada unidade se adapte às particularidades dos territórios.

Então, construir uma proposta única para quatorze territórios de dez municípios diferentes foi um desafio muito grande. Então, a gente, desde o começo, a gente falava, a gente precisa construir uma proposta que dê conta de toda essa diversidade de território (Entrevistada Anônima 1).

E também isso é muito difícil para as OSCs, que muitas não conheciam esses territórios, nem as equipes. Então, isso também foi, sem dúvida, um grande desafio. Até na compreensão para algumas, porque outras têm organizações que têm uma compreensão e já executavam políticas de juventude, mas o próprio entendimento do que é esse trabalho, a que ele se propõe (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Ainda em relação a questões mais práticas da execução da política, a contratação e gestão dos articuladores locais, conforme já explicitado, são consideradas como um mecanismo central para a mobilização de jovens cujos perfis implicam maior dificuldade de acesso. Apesar disso, gerir da melhor forma esses trabalhadores - que também são jovens atendidos pelos CRJs - tem sido um desafio para as equipes locais:

Eram jovens, em sua maioria, o primeiro emprego deles, então essa relação de trabalho no CRJ foi bem complexo para eles entenderem. Questão de responsabilidade, cumprimento de horário, [entenderem que] "eu não sou um jovem atendido, eu sou um jovem que estou trabalhando no CRJ (Entrevistada Anônima 1).

Ainda em relação à gestão local, muito se disse sobre a alta carga de trabalho e sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano, dada a sensibilidade do tema com que essa equipe se depara. Casos de jovens atendidos que possuem questões sérias de saúde mental, por exemplo, precisam ser abordados por uma equipe que nem sempre possui o preparo adequado para esse tipo de situação. Esses desafios diários, em um ambiente de trabalho muitas vezes sob risco de violência, produzem um cenário de trabalhadores adoecidos ou com dificuldades para seguir suas atividades em razão do estresse e da carga mental:

Então, eu acho que uma grande questão que precisa ser olhada com bastante cuidado e detalhe também, é a atuação desses profissionais. Esses profissionais, na execução dessa política, passam também por processos de muitos desafios, gerando, inclusive, muitos episódios em campo da saúde mental. Então, isso se tornou uma preocupação muito grande da gente (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

A saúde mental dos servidores e das servidoras, porque eles estão em espaços muito delicados para política pública, às vezes enfrentam situações de violência estressante (...). O CRJ tem que funcionar, vamos atender o jovem, vai estar tudo certo, mas e quem está cuidando desse jovem? (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Esse ponto foi citado, inclusive, pela Secretária de Direitos Humanos como uma questão que já está sendo avaliada pela gestão estadual para que seja possível, dentre outras ações, aumentar a quantidade de atendimentos psicológicos fornecidos aos trabalhadores:

Pode melhorar da nossa parte, contratando mais profissionais ou fornecendo mais horas de psicólogos para eles, acho que é importante. Porque esse acompanhamento é fundamental para a gente compreender se ele está acertando, se ele está errando. E ali a gente precisa muito desse acompanhamento psicológico. Todo mundo precisa, mas quando você está numa área tão delicada que todo dia você vê seu vizinho morrer, um dia você acorda e você não sabe se é você que vai ser morto, eu acho que essa é uma questão que a gente precisa melhorar (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Da mesma forma, a equipe de gestão estadual acaba sendo demandada em questões específicas de atendimento devido à sua gravidade, como nos casos envolvendo riscos à vida dos jovens, que não podem ser ignorados, ao mesmo tempo em que precisa dar conta da gestão mais ampla do programa. Essa alta carga de trabalho e uma certa carência de recursos humanos no nível da gestão estadual foram outro ponto que ganhou destaque nas entrevistas.

Para além das questões relacionadas à governança, o embate entre a política de repressão executada pelas forças de segurança pública e a política de prevenção que se busca realizar no CRJ foi um tema estrutural citado por diversos interlocutores como uma barreira que perpassa a constituição e a continuidade do programa. Nas palavras de alguns entrevistados, é como se existissem duas narrativas distintas vindas de um mesmo governo, o que se materializa nos próprios posicionamentos dos representantes das pastas de segurança pública e direitos humanos:

A gente está construindo um CRJ para poder combater os índices de violência, mas do outro lado, na outra face da moeda, a política de segurança pública vai cada vez mais perversa nesses territórios. Então, eu sempre, nas análises, justamente no Conselho, eu sempre falava isso assim: olha só, toda vez que mostra uma notícia nos principais jornais do Estado que vai falar sobre violência, aí você vai ter lá a Secretaria de Direitos Humanos dizendo que o Estado, para poder tentar minimizar a violência, tem construído o Centro de Referência da Juventude. No outro dia aparece o Secretário de Segurança Pública do governo do estado também dizendo assim, a grande culpa dos altos índices de violência no estado do Espírito Santo é graças a uma juventude delinquente de quinze a vinte e nove anos (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE)

Na execução cotidiana da política, esse embate também impacta as condições de trabalho por parte das equipes locais nos CRJs que enfrentam situações como, por exemplo, casos de violência policial dentro dos próprios Centros:

E os desafios de lidar com as forças policiais, que também era uma grande questão, grande questão séria, muito séria, de invasão de policial dentro de um CRJ com fuzil, tirando o jovem lá de dentro da força, por essa compreensão de que aqui é lugar de bandido, do tráfico. E as equipes estando ali de frente para se expor, né, e assim, a gente fez algumas intervenções, mas o diálogo com a polícia é muito difícil, tem muitos atravessamentos. E isso marca ainda mais esse lugar, que aí é o cotidiano dos jovens, a violência policial, então a gente ficava também nessa ponta, né? (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID)

Ainda quanto às lacunas mais estruturais, outro ponto trazido pelos interlocutores refere-se à relação entre os entes federativos, estado e município, na execução dos CRJs. Por se tratar de uma política estadual, evidentemente o governo do estado é o principal indutor e responsável pelos equipamentos. Apesar disso, foram identificados alguns entraves no diálogo com os municípios, dificultando que eles se entendam enquanto co-partícipes na manutenção do equipamento, inclusive como alternativa para a continuidade da política após o término dos aportes e da gestão pelo BID. Ramon, presidente do Conselho da Juventude do Estado do Espírito Santo, sugeriu que fossem cobradas dos municípios contrapartidas para o recebimento do CRJ em sua localidade, como a consolidação de políticas locais para a juventude, a instituição de conselhos municipais etc. Em outra fala sobre o tema, exaltou-se a dificuldade para que esses entes locais compreendessem a importância de uma política voltada para a juventude:

Então, acho que também a compreensão, às vezes, do município com relação à importância desse serviço, eu acho que passa por aí também. É claro que existem questões políticas que atravessam, porque atravessam, mas existe “ah, isso vale a pena? Isso tem efeito?” (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID)

Os embates entre os níveis municipais e estadual também estão marcados pelas divergências políticas, de modo que algumas iniciativas mais inovadoras enfrentam maiores resistências em territórios do interior do estado. A determinação para que os banheiros fossem unissex, buscando respeitar a identidade de gênero dos usuários do CRJ, sofreu represálias em municípios do interior, sendo um exemplo desse embate:

Por exemplo, o banheiro. A gente tinha a plaquinha de multissexo no banheiro e isso deu problema em alguns municípios do interior (Entrevistada Anônima 1).

Para finalizar, a principal questão que resta em aberto em relação ao programa, apontada por praticamente todos os entrevistados, diz respeito à continuidade dos CRJs. Como já mencionado, o contrato que garante os aportes por parte do BID tem data de encerramento prevista para o final de 2025. Até esse momento, não há definição de como os equipamentos serão internalizados no orçamento ordinário do estado ou qual será a alternativa para garantir a sua sustentabilidade ao longo dos próximos anos:

Não tem ainda uma resposta para isso, né, assim, não há um recurso destinado. Assim, o governador afirma muitas vezes, né, sobre a continuidade, né, mas, para isso, claro, precisa de uma destinação de recurso. Para isso, o CRJ precisa ser uma política de Estado. Então, ela precisa estar constituída como tal também até para que haja esse direcionamento de recurso (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

3.1.2

Projetos JuventudES

Quadro 4 - Síntese da Avaliação Executiva - JuventudES

Diagnóstico do problema	Fomento a iniciativas de jovens voltadas a áreas como cultura, educação e empreendedorismo, incentivando redes com as comunidades locais.
Desenho da política	Metodologia dividida em seis etapas: Mapeamento, Reconhecimento e Articulação, lançamento do Edital JuventudES, Circuito Formativo em Direitos Humanos, Fórum JuventudES e Catálogo JuventudES.
Implementação	Projeto implementado em 2022, voltado ao público-alvo dos CRJs, presente nos territórios do Programa Estado Presente. No total, o investimento no projeto foi de R\$ 2,2 milhões.
Governança	Projeto gerido pela SEDH, com recursos do BID e em parceria com o IBCA - Instituto Brasileiro de Capacitação e Administração
Resultados	No edital a Comissão selecionou 120 propostas, que contaram com um Termo de Referência para orientar a execução dos projetos. Houve a preocupação de atender juventudes de diferentes contextos, inclusive socioeducandos.
Impactos	Fortalecimento de lideranças locais e aproximação entre as iniciativas dos territórios e o poder público.
Formas de monitoramento e avaliação	Monitoramento realizado por meio do Fórum JuventudES, para seleção no âmbito municipal, e pela posterior publicação do "Almanaque JuventudES", em que foram apresentadas as iniciativas apoiadas e os resultados atingidos.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Afastamento e desmobilização do público-alvo pela descontinuidade da iniciativa, sem previsão de novos editais. Demanda pela manutenção do projeto de forma contínua, bem como pela ampliação do financiamento, permitindo abranger mais municípios e maior diversidade de juventudes beneficiadas.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

O Projeto JuventudES foi implementado em 2023 e, até o momento, teve uma rodada de projetos selecionados. Está vinculado a mais de um Eixo do Estatuto da Juventude, com ênfase no Eixo I (Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil), o Eixo III (Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) e o Eixo VI (Direito à Cultura).

O projeto é a continuidade, em caráter permanente, do Projeto JuventudES Emergencial, que ocorreu no período da pandemia de Covid-19²²

como forma de fortalecer redes de apoio às juventudes em um momento de crise sanitária. É gerido pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), com recursos do BID e em parceria com o Instituto Brasil de Cultura e Arte (IBCA).

a) Diagnóstico do problema

Conforme divulgado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, **o problema central que se buscou enfrentar com o JuventudES era a ausência de fomento técnico-financeiro a jovens e coletivos juvenis que desenvolviam ações em seus territórios nas áreas de cultura, educação, empreendedorismo, esporte, meio ambiente e outras.**

Diferentemente do JuventudES Emergencial, que possuía um caráter assistencial, voltado para atender necessidades relacionadas à subsistência das juventudes no período da crise de Covid-19, o JuventudES estava voltado para valorizar iniciativas dos jovens em diferentes âmbitos, como destacou uma das interlocutoras:

O principal problema que motivou a existência do JuventudES é entender como essa juventude acessa os recursos disponíveis no Estado, seja para promover redes de apoio, redes de segurança básica, redes de segurança alimentar, de assistência psicológica, até em projetos que têm dispêndio e distribuição de recursos, como nesse caso (Entrevistada Anônima 3).

Dessa forma, o objetivo central do JuventudES é **promover a mobilização e o fomento de ações idealizadas por jovens que moram nas periferias do Espírito Santo,** tanto nas áreas atendidas pelos CRJs quanto em outros territórios vulnerabilizados.

22 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/juventudes-emergencial>>. Acesso em 16 out. 2024.

b) Desenho da política

A metodologia do Projeto JuventudES está dividida em seis etapas: Mapeamento, Reconhecimento e Articulação, lançamento do Edital JuventudES, Circuito Formativo em Direitos Humanos, Fórum JuventudES e Catálogo JuventudES. De acordo com os representantes do poder público envolvidos na proposta, essas etapas orientam-se por três pilares centrais: **mapeamento** (partindo dos territórios dos CRJs e expandindo-se para outros locais, buscando identificar lideranças juvenis que pudessem atuar como ponto focal), **reconhecimento** (organizado pelas visitas aos locais, encontros para conhecer a realidade dos jovens em cada comunidade) e **articulação** (por meio de parcerias com CRJs, associações de moradores, escolas locais e OSCs que atuam nos territórios).

Essa metodologia buscou garantir o protagonismo das juventudes na delimitação do tipo de iniciativa adequada para a realidade local, como destacou uma das entrevistadas:

As temáticas que foram desenvolvidas vieram muito desses momentos de escuta, onde esses jovens traziam qual era a necessidade de se discutir naquele território. Se é fazer uma horta, um curta-metragem, uma parada LGBTQIAPN+, ou algumas outras atividades que para eles eram muito importantes. [...] Então nunca é da fora para a juventude, é sempre o contrário: da juventude para o projeto (Entrevistada Anônima 3).

A partir do lançamento do Edital, **foram selecionadas propostas protagonizadas por jovens e coletivos juvenis para receberem aporte técnico-financeiro para o desenvolvimento de ações nos territórios prioritários nas áreas da cultura, educação, empreendedorismo, esporte, meio ambiente, entre outras**²³.

Para a escolha dos projetos, a Comissão de Seleção responsável levou em consideração como critérios de avaliação a importância da proposta para as juventudes, o potencial multiplicador em direitos humanos e o fomento do território.

De acordo com a SEDH, o investimento em todo o Projeto JuventudES é de R\$ 2,2 milhões, provenientes da parceria com o BID. O público-alvo da iniciativa são jovens de 15 a 24 anos dos territórios de implementação do Estado Presente, com especial atenção aos jovens que enfrentam questões decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e jovens egressos e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas. **Trata-se do mesmo público-alvo que orienta as ações dos CRJs.**

23 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/juventudes-vai-apoiar-120-projetos-e-ajudar-7-2-mil-jovens>>. Acesso em 16 out. 2024.

c) Implementação

No primeiro Edital do projeto, 120 propostas receberam recursos financeiros para serem implementadas:

foram destinados 30 prêmios no valor de R\$ 1 mil, 40 de R\$ 3 mil, 30 de R\$ 5 mil e 20 de R\$ 10 mil para projetos em Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari, Linhares, São Mateus, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz, nos territórios mais vulneráveis em relação à violência. As

iniciativas selecionadas contaram com o Termo de Referência do JuventudES como um documento orientador da execução dos projetos.

Houve a preocupação de atender juventudes de diferentes contextos, inclusive jovens do sistema socioeducativo estadual. Foram desenvolvidos projetos voltados especificamente para essas instituições, o que, de acordo com os interlocutores, representou desafios, inclusive para a implementação de alguns dos projetos selecionados:

A gente fez reunião com as equipes das unidades socioeducativas para ver como que a gente poderia fazer isso, se o menino ganhasse, o recurso ia para onde, porque ele está em privação de liberdade, ele não tem conta, víamos se poderia ir para a conta do profissional para executar o projeto, então tudo isso foi dialogado também com as equipes de dentro das unidades socioeducativas (Entrevistada Anônima 1).

A gente desenvolveu alguns projetos nesses institutos, onde eles cumprem medida socioeducativa. É um ponto bem sensível mesmo do projeto. Alguns conseguiram terminar a implementação da atividade, outros não. A gente montou uma barbearia dentro de um desses centros de acompanhamento, e foi um projeto muito feliz. Mas não são cem por cento das atividades propostas que foram realizadas, não. A gente teve um percentual muito pequeno de evasão, mas aconteceu (Entrevistada Anônima 3).

Além disso, foram utilizadas estratégias específicas para acessar jovens que não frequentavam CRJs ou instituições escolares, como a inserção em grupos de Whatsapp das juventudes do território e a permanência da equipe durante cerca de um mês nas comunidades – tanto para conhecer as iniciativas locais quanto para integrar-se a redes informais de divulgação: “a gente tem uma porcentagem grande de jovem que não está empregado e nem estudando... ele não existe no sistema da escola, nem no sistema do CRJ, ele existe no boca a boca, no ‘Ah, é meu amigo, vou convidar’” (Entrevistada Anônima 3).

d) Impactos

De acordo com os representantes do governo do Espírito Santo entrevistados, o projeto evidenciou a diversidade de iniciativas que estão sendo construídas pelas juventudes capixabas. Esse é um dos impactos relevantes identificados pelos gestores em relação ao JuventudES, pois permitiu um contato direto do poder público com coletivos juvenis, suas iniciativas e desejos: “quando a gente fala qual o impacto do projeto, eu acho que mapear essa juventude, entender quais são os anseios dela, é o maior legado que a gente pode deixar” (Entrevistada Anônima 3). Além disso, os entrevistados identificam que o projeto serviu para fortalecer lideranças locais, apoiando financeiramente jovens com ideias relevantes não apenas para sua própria subsistência, mas para suas comunidades: hortas comunitárias, paradas LGBTQIA+, e rádios comunitárias foram algumas das iniciativas financiadas pelo JuventudES.

e) Formas de monitoramento e avaliação

No desenho do projeto, determinou-se que o monitoramento das propostas selecionadas no Edital JuventudES seria realizado por meio do Fórum JuventudES e pela posterior publicação do Catálogo JuventudES. O Fórum de caráter consultivo é composto por uma etapa municipal realizada nas cidades atendidas e por uma etapa estadual. Em sua etapa municipal, são debatidos temas pertinentes às juventudes de cada local, culminando na etapa estadual. Cada fórum municipal elege três representantes que vão formar a delegação que compõe as apresentações temáticas no Fórum Estadual. O diagnóstico levantado pelas juventudes passa a compor o Catálogo JuventudES, em que se apresenta o mapeamento setorial das 10 cidades atendidas pelo programa Estado Presente com informações precisas sobre as juventudes de cada um desses municípios, além de textos analíticos produzidos a partir das percepções do impacto das ações dos jovens sobre os seus territórios e análise de impacto sociocultural dos projetos realizados. Em 2023, o Catálogo foi nomeado **“Almanaque JuventudES”, publicação em que foram apresentadas as iniciativas apoiadas, contendo a narrativa das atividades que foram realizadas por meio do apoio recebido** (SEDH, 2023).

Além da descrição individual de cada iniciativa, o Almanaque JuventudES apresenta as metas e os resultados atingidos pelo projeto, como: a) formação de 3.820 jovens interessados em participar do edital de apoio; b) inscrição de 244 proponentes no edital (150 propostas inscritas para as vagas gerais e 94 para as vagas prioritárias, sendo 75 para o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES - e 19 da Secretaria da Justiça - SEJUS); c) apoio e acompanhamento do desenvolvimento de 120 projetos, com valor total investido foi de R\$ 500 mil (SEDH, 2023, p. 13).

Ultrapassando os resultados diretos do projeto, os interlocutores destacaram que parte dos resultados, apesar de significativos, não são quantificáveis em indicadores, pois estão relacionados à valorização da autoestima dos jovens, bem como ao fortalecimento de redes locais no território:

Esse reforço da autoestima mesmo, esse reforço do auto valor. A gente pega uma juventude extremamente fragilizada. O Juventudes é pequena amostra da potência que esses jovens têm (Entrevistada Anônima 3).

O que a gente viu nesses doze meses é a potência desses jovens. A capacidade que eles têm de multiplicar recursos, e de defender o próprio território. Fortalecer o mercado local, a padaria local, toda uma comunidade com suas iniciativas. [...] A gente consegue ver que todos os projetos que tinham, por exemplo, catering, locação de automóvel, locação de som, carro, todos os jovens preferiam usar a mão de obra da comunidade. Então você vê que tem ali uma preferência por manter o recurso no território (Entrevistada Anônima 3).

f) Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

Em relação às lacunas e barreiras do projeto, destacam-se aspectos relacionados à sustentabilidade das iniciativas e às “práticas de continuidade no território” (Entrevistada Anônima 3). De acordo

com os interlocutores da pesquisa, essa problemática é identificada de forma transversal nas políticas de juventudes, em que se observa uma dificuldade de “oferecer mais oportunidades de maneira constante” (Entrevistada Anônima 3). O fato de não haver previsão de novos editais do JuventudES evidencia esse contexto e, para os entrevistados, produz um afastamento desse público-alvo, que se sente decepcionado e preterido pelas políticas públicas, especialmente em territórios vulneráveis, como destaca uma das interlocutoras:

Eu acho que a existência dos programas é tão importante quanto a continuidade deles. Quando você faz uma quebra de expectativa e produtividade, você tem aí uma dificuldade para remobilizar esses jovens num futuro próximo. [...] Então, quando um projeto, por exemplo, como JuventudES, que foi descontinuado, ele aconteceu numa única edição e não foi para a edição seguinte, você tem uma juventude extremamente decepcionada (Entrevistada Anônima 3).

Além disso, dentre as lacunas observadas no primeiro edital, a inserção em grupos específicos de juventudes foi considerada particularmente desafiadora e merece atenção para futuras propostas: a juventude evangélica foi referida como uma das que apresentou dificuldades de adesão, especialmente quando não havia validação de lideranças ou a presença direta em espaços religiosos.

Também foram referidos incrementos relacionados à ampliação do território atendido pelo projeto, incluindo mais cidades em uma próxima edição, bem como uma delimitação mais específica da faixa etária, com um enfoque maior nos jovens entre 18 e 28 anos. Apesar de identificarem a capacidade

de gestão e gerenciamento de projetos por parte das juventudes, alguns dos interlocutores destacam que a aposta em um público-alvo de maior idade poderia incentivar iniciativas voltadas para o empreendedorismo periférico.

3.2 Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil

3.2.1 Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo 2022-2032

Quadro 5 - Síntese da Avaliação Executiva - PEPJuv 2022-2032

Diagnóstico do problema	O Plano Estadual é um documento produzido para nortear as políticas públicas sobre o tema das juventudes no Espírito Santo durante uma década.
Desenho da política	Em razão da pandemia, optou-se pela realização de uma Consulta Pública sobre o PEPJuv, aberta ao longo de seis meses. Em seguida, foram realizados debates públicos virtuais com membros da sociedade civil e do poder público, seguidos por plenárias regionais para apresentação de propostas e eleição de delegados. Por fim, na Reunião Ampliada do CEJUVE o documento final do PEPJuv foi lido e aprovado pelos delegados.
Implementação	O Plano foi instituído pelo governo do estado por meio do Decreto nº 5101-R, de 04 de março de 2022.
Governança	As propostas do Plano foram organizadas pelo CEJUVE em parceria com a SEDH, a SubDH e a GEPJ.
Resultados	O documento produzido orientará as ações voltadas às juventudes capixabas durante uma década, em diferentes áreas temáticas. As propostas estão organizadas em torno de 11 eixos, orientados pelas áreas temáticas do Estatuto Nacional da Juventude.
Impactos	A criação da SUBJUV, em 2023, é apontada como um dos impactos da aprovação do Plano.
Formas de monitoramento e avaliação	Não foram identificadas até o momento.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Limitações em relação ao aprofundamento e detalhamento das propostas.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

O Plano Estadual de Políticas para as Juventudes (PEPJuv) é um documento produzido em conjunto entre as juventudes do Espírito Santo, o CEJUVE e os órgãos da administração pública estadual, com o objetivo de garantir os direitos e a atenção das juventudes, norteador a execução de políticas públicas sobre o tema pelo período de dez anos, em todo o território do estado. As

deliberações do Plano Estadual foram organizadas

pelo CEJUVE em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e a Gerência de Políticas para a Juventude, e seu conteúdo foi sistematizado por uma Comissão de Sistematização formada por um coordenador-geral, agentes do poder público, representantes da sociedade civil e uma equipe técnica.

a) Desenho da política

Inicialmente, o governo do ES havia previsto a realização de Planos Municipais de Juventudes a partir da Conferência Estadual das Juventudes, culminando esses eventos na produção do Plano Estadual. No entanto, em razão da pandemia a Conferência foi adiada, e os gestores se viram diante de um impasse entre realizar o Plano sem nova conferência ou aguardar uma nova edição por tempo indeterminado:

Logo quando a gente assumiu a gestão do Conselho de 2020, a gente tinha essas duas questões: ou a gente continuava tocando o processo de implementar o Plano, mesmo sem ter Conferência, ou a gente esperaria ter uma nova Conferência. (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE)

No entanto, entre representantes das juventudes, havia a percepção de que o momento político favorável à temática não poderia ser desperdiçado, razão pela qual seria importante desenhar e aprovar o PEPJuv em um momento próximo:

Os CRJs, eles só estavam acontecendo, de fato, porque havia um governo que havia apostado nisso. Isso era nítido pra gente. Então a gente precisava aproveitar esse momento político do Estado para que a gente pudesse consolidar o Plano. (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE)

Dado o contexto, optou-se pela realização de uma Consulta Pública sobre o PEPJuv 2022-2032, garantindo a participação popular mesmo diante da impossibilidade de uma Conferência. Na consulta online, as juventudes puderam participar, ao longo de seis meses, apresentando demandas por meio de um portal online. Conforme destacam os interlocutores, o formato online demandou esforços voltados para garantir que o processo deliberativo fosse democrático, incluindo diferentes setores e regiões do estado. Essa preocupação fez com que o Plano abrangesse mais cidades do que a própria Conferência.

Ainda na intenção de ampliar a participação das juventudes, a coordenação do Plano elaborou uma metodologia de debates públicos virtuais, com a participação de seis membros da sociedade civil e quatro membros do poder público. Foram realizadas quatro plenárias regionais (Norte, Sul, Central e Metropolitana) para apresentação de propostas e eleição de delegados(as) que representariam as juventudes de cada região na Reunião Ampliada do CEJUVE. Na Reunião Ampliada, o documento final do PEPJuv foi lido e aprovado pelos delegados das plenárias regionais, em conjunto com os conselheiros estaduais de juventude.

O documento reuniu sugestões recebidas nas edições I, II e III das Conferências Estaduais da Juventude, somadas aos resultados da Consulta Pública online aberta em 2020, além das contribuições do CEJUVE e de organizações da sociedade civil. Todo esse material foi organizado e sistematizado por uma Comissão Temporária do Plano, instituída pelo CEJUVE.

b) Implementação e resultados

Após aprovado, o PEPJuv foi encaminhado para o governo do estado, que instituiu por meio do Decreto nº 5101-R, de 04 de março de 2022²⁴, o Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo, documento norteador das políticas públicas voltadas às juventudes capixabas entre 2022-2032.

As propostas do PEPJuv estão organizadas em torno de 11 eixos, orientados pelas áreas temáticas do Estatuto Nacional da Juventude. Criação de linhas de crédito e cooperativas para jovens empreendedores na cidade e no campo, realização de atendimentos de saúde personalizados e prestação de assistência estudantil a universitários de baixa renda são algumas das propostas abordadas.

c) Impactos e formas de monitoramento

Por se tratar de um Plano lançado recentemente, ainda não foram encontradas avaliações que aprofundem resultados e impactos sobre as propostas contidas nele. No entanto, de acordo com os interlocutores, a própria criação da Subsecretaria de Juventudes, em 2023, é um dos impactos associados à aprovação do Plano. Além disso, destaca-se a relevância do PEPJuv como a iniciativa capaz de manter uma orientação de longo prazo para as políticas de juventude no Espírito Santo, a despeito de mudanças de contexto político e prioridades de governos, garantindo ações mais duradouras:

E é uma coisa boa o Plano durar tanto, até as próximas gestões... Porque aí a política não vai parar, mesmo que mude o contexto de governo (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

24 - Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/Documentos2022/Decreto%20-%20Plano%20Estadual%20de%20Pol%C3%ADticas%20para%20as%20Juventudes.pdf>> Acesso em 22 set. 2024.

Mesmo que de forma não sistematizada, o CEJUVE acaba sendo, de acordo com os entrevistados, o espaço institucional de monitoramento das ações do PEPJuv, responsável por “fazer esse trabalho fiscalizador do Plano de Juventude” (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

d) Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

Ao mesmo tempo que destacam o caráter inovador do Plano, alguns dos interlocutores reconhecem limitações em relação ao aprofundamento e detalhamento das propostas. De acordo com um dos representantes das juventudes, ao comparar o PEPJuv com planos de outras áreas temáticas, é possível observar lacunas e limitações. Atribui-se a isso o fato de este ser o primeiro plano de juventudes do estado e um dos primeiros do Brasil, produzido com grande protagonismo da sociedade civil e não apenas de especialistas ou gestores públicos. Nos termos de um dos interlocutores:

Depois eu fui pegar outros planos de política, o plano de direitos humanos, o plano LGBT e tal. E eu falava “caraca, esses planos realmente estão muito mais elaborados do que o nosso”. Até a própria forma, só de você olhar para o documento, você vai perceber isso. Aí uma vez eu conversando com uma pessoa que trabalhava nas redes de direitos humanos, ela falou assim “não fique preocupado com isso, porque você tem que entender que em outros conselhos existem muitas pessoas técnicas e experientes com o modelo, que não é o caso do Plano de Juventudes”. (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE)



Foto: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) - Governo do Estado do Espírito Santo

3.2.2

4ª Conferência Estadual das Juventudes

Quadro 5 - Síntese da Avaliação Executiva - 4ª Conferência Estadual das Juventudes

Diagnóstico do problema	A Conferência Estadual busca reunir governos e sociedade civil para debater a pauta de juventudes e estabelecer metas e prioridades, além de eleger representantes para a Conferência Nacional.
Desenho da política	As Conferências são eventos convocados pelo executivo estadual a cada três anos. A estrutura do evento é orientada pelo Regimento Interno da Conferência.
Implementação	A 4ª Conferência foi realizada em 2023, com o tema "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver". Para a preparação da 4ª Conferência Estadual, foram realizadas uma Conferência Regional, 18 Conferências Municipais, três conferências temáticas. No total, estiveram envolvidos mais de 2100 participantes, que produziram mais de 400 propostas para discussão na Etapa Estadual.
Governança	A comissão organizadora é formada pelo governo estadual (SEDH, IASES, SETAD, SEAG, SEDU) e pela sociedade civil.
Resultados	O evento ocorreu em outubro de 2023, produzindo um Relatório Final, debatido e aprovado por 250 delegados com propostas organizadas em torno dos 12 Eixos do Estatuto da Juventude.
Impactos	As conferências auxiliam gestores públicos a orientar ações prioritárias: projetos como o EmpregaJuv e o Nosso Crédito Juventude Empreendedora são associados às demandas das Conferências Estaduais.
Formas de monitoramento e avaliação	Não foram identificadas até o momento.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Não foram identificadas até o momento.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

As Conferências das Juventudes são eventos convocados pelo executivo estadual e realizados, preferencialmente, a cada três anos. O Espírito Santo já havia realizado três conferências estaduais de Juventude: a primeira edição, em 2008, teve como tema "Levante sua Bandeira"; a segunda, com o tema "Conquistar Direitos, Defender o Brasil", foi

realizada em 2011; e a terceira edição, em 2015, teve o tema "As Várias Formas de Mudar o Brasil". Agora, o Espírito Santo concluiu a 4ª Conferência Estadual das Juventudes, que tem como tema "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver", realizada em outubro de 2023.

a) Diagnóstico do problema

O objetivo das Conferências é reunir governos e sociedade civil em uma consulta pública para debater a pauta de juventudes e estabelecer um pacto comum de metas e prioridades, incluindo reivindicações de diferentes segmentos e localidades, além de eleger representantes para a Conferência Nacional de Juventudes.

Trata-se de uma ação vinculada ao Eixo I do Estatuto da Juventude (Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil). Atualmente, a comissão organizadora é formada por representantes do Poder Público Estadual (SEDH, IASES, SETAD, SEAG, SEDU) e da Sociedade Civil (FEJUNES, Levante Popular da Juventude, Coletivo Juventudes de Axé, FEAPES-ES, Juventude Socialista Brasileira).

b) Desenho da política

Conforme destacam Machado e Heckert (2021), o planejamento da 1ª Conferência Estadual de Juventudes iniciou-se em 2007, quando havia poucos órgãos estaduais e municipais voltados especificamente para a temática – na região metropolitana, apenas Vitória, Cariacica e Vila Velha dispunham de conselhos municipais de juventude e/ou de coordenações e gerências voltadas para o público jovem. Na esfera estadual, as políticas voltadas à população jovem eram vinculadas à Assessoria de Atenção à Criança, ao Adolescente e à Juventude (AECAJ), parte da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), e, por isso, esse foi o órgão responsável por articular a primeira edição da Conferência.

Embora destaquem a presença majoritária de jovens negros e periféricos na 1ª Conferência, Machado e Heckert (2021, p. 207) analisam a iniciativa sob um viés crítico, ressaltando que a participação de jovens estava cercada por práticas “de tutela e controle”, expressas nas palestras e contextualizações técnicas dos dados sobre as juventudes. De acordo com as autoras, as metodologias de participação social das juventudes ainda eram incipientes no estado, o que acabou interferindo no modo como os jovens participaram deste encontro, cujas formas de mobilização da juventude partiam de noções ainda rígidas de cidadania, políticas públicas e ações estatais (p. 207).

Ainda nessa primeira edição da Conferência, destacou-se o fortalecimento do Fórum Estadual da Juventude Negra (FEJUNES), que iniciava suas atividades e pôde ser consolidado a partir desse espaço de participação coletiva. Nos anos seguintes, o FEJUNES seguiu tendo atuação relevante na implementação de políticas voltadas às juventudes negras e na denúncia de práticas de violência e extermínio da juventude negra capixaba.

c) Implementação

Em sua 4ª edição, a Conferência Estadual das Juventudes teve como tema “Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver”. Seus objetivos específicos

estão listados no Art. 6º do Regimento Interno da Conferência e envolvem aspectos como “promover o Espírito Santo como referência nacional e internacional de boas práticas em políticas de participação das juventudes”.

A conferência é orientada pelo Regimento Interno²⁵ e pelo Documento Orientador da 4ª Conferência Estadual das Juventudes²⁶. Para a preparação da Conferência Estadual, foram realizadas uma Conferência Regional, 18 Conferências Municipais, três conferências temáticas, envolvendo mais de 2100 participantes, entre delegadas/os e convidadas/os, além de encaminharem centenas de propostas, que totalizaram mais de 400 propostas para discussão na Etapa Estadual.

De acordo com os gestores públicos, a 4ª edição da Conferência foi caracterizada por uma grande preocupação com a participação de diferentes perfis de juventudes, incluindo juventudes rurais ou jovens do sistema socioeducativo:

A gente traz isso muito para os municípios, para onde nós conseguimos realizar a conferência, incluir também a juventude do campo, a juventude rural, todas as juventudes. [...] Pela primeira vez, uma conferência é realizada dentro das unidades socioeducativas. Nós realizamos quatro conferências municipais dentro das unidades.
(Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes)

d) Resultados

O evento ocorreu entre os dias 27 e 29 de outubro de 2023, e os debates realizados na Conferência produziram um Relatório Final, debatido e aprovado por 250 delegados com propostas organizadas em torno dos 12 Eixos do Estatuto da Juventude. A deliberação sobre as propostas foi orientada por meio de Grupos de Trabalho: os/as participantes foram divididos em grupos temáticos, com uma coordenação (da sociedade civil), dois facilitadores (do poder público) e uma relatoria (também da sociedade civil). Cada grupo definiu as cinco propostas prioritárias por eixo, encaminhando-as para, na Plenária Final da Conferência, serem definidas as três propostas prioritárias por eixo temático, totalizando as 36 propostas da Etapa Estadual, que foram encaminhadas para deliberação na Etapa Nacional. Além disso, foram votadas e aprovadas as moções que seriam levadas à Conferência Nacional.

e) Impactos

Para os gestores públicos, o espaço das Conferências é um espaço privilegiado para orientar ações e iniciativas prioritárias, conhecendo especificidades territoriais e demandas das juventudes de cada região:

25 - Disponível em: <[https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/REGIMENTO%20FINAL%20\(30.08\).pdf](https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/REGIMENTO%20FINAL%20(30.08).pdf)> Acesso em 27 set 2024.

26 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/DOCUMENTO%20ORIENTADOR%20-%204%C2%AA%20CONFER%C3%8ANCIA%20DE%20JUVENTUDE.pdf>> Acesso em 27 set. 2024.

É um espaço que a gente consegue dialogar, pensar outras políticas. Porque a gente tem outras realidades de diferentes locais, de vários municípios (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

A conferência foi um sucesso, inclusive, todos os GTs tiraram ideias maravilhosas. Inclusive, o GT LGBT tirou muitas ideias de políticas boas e que agora a gente consegue debater junto com a gerência LGBT, de “vamos fazer essa coisa, não vamos, tem um grupo de pessoas no interior que não está sendo atendido, vamos começar a suprir isso?” (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Nesse sentido, projetos como o EmpregaJuv e o Nosso Crédito Juventude Empreendedora são apontados como impactos dos espaços deliberativos promovidos pelas Conferências. A partir dos debates realizados e das demandas organizadas no relatório final, identificou-se a geração de renda como um dos aspectos prioritários para as políticas de juventudes, razão pela qual esses projetos foram incentivados:

A gente pegou a última conferência que foi feita, o relatório da última conferência de juventude, quais eram as reivindicações da juventude do Espírito Santo, vamos dar uma olhada nisso tudo, a gente pegou a maior reivindicação, era a geração de renda. E como que a gente pode pensar a geração de renda? Não só a partir de quem quer ganhar dinheiro, mas a partir do que o território tem para ofertar para essa juventude também (Entrevistada Anônima 1).

Além disso, os representantes das juventudes também observam impactos das Conferências para a própria organização social dos jovens capixabas, como uma primeira experiência com o funcionamento da gestão pública, a mobilização em torno de políticas públicas, e o exercício de cidadania de modo geral:

Acaba sendo, na maioria das vezes, o primeiro contato de alguns jovens com a política pública. E aí que você vai aprender mesmo sobre o que é política pública, o que é monitoramento e avaliação de uma política pública, o que é formular uma política pública, o que são esses trâmites, o que é essa burocracia que não se fala, sabe? (Ramon Silva, Presidente do CEJUVÉ)

3.3 Educação

3.3.1 Projeto Educação em Direitos Humanos

Quadro 7 - Síntese da Avaliação Executiva - Projeto Educação em Direitos Humanos

Diagnóstico do problema	Visa enfrentar a falta de acesso e conhecimento das juventudes capixabas a respeito dos direitos humanos por meio do aprofundamento de pautas como o racismo, sexismo, LGBTfobia e demais temas de referência de atuação da SEDH, nas escolas estaduais do Espírito Santo.
Desenho da política	Integra as diretrizes da SEDH e faz parte do circuito formativo de direitos humanos presente na metodologia dos CRJs. Tem como público-alvo todos os jovens atendidos pelos CRJs e matriculados no ensino público estadual. A proposta do projeto é que materiais como cartilhas, vídeos e podcasts possam servir como suporte às atividades desenvolvidas nos Centros e nas escolas, estimulando a elaboração de estratégias para a aplicação desta temática de forma transversal no currículo escolar.
Implementação	Foram elaborados materiais em parceria com consultores especializados sobre 10 temas dos Direitos Humanos: Direitos Humanos e a sua história; Questão Racial; População LGBT; Direitos das Mulheres; Juventudes e questões geracionais; Transtornos mentais; Álcool e outras drogas; População em situação de rua; Religiosidade e populações e comunidades tradicionais que formam o Espírito Santo; Direitos humanos à comunicação e superação das <i>fake news</i> . Os materiais foram disponibilizados pela internet, em escolas e CRJs.
Governança	Lançado em janeiro de 2023, sob a gestão da SEDH e, dentro desta, em especial a Subsecretaria de Estado de Promoção Proteção e Defesa dos Direitos Humanos. Trata-se de um projeto vinculado ao Eixo II do Estatuto da Juventude (Direito à Educação).
Resultados	Foram investidos mais de R\$ 260 mil para a produção de materiais informativos, compostos por 10 mil cartilhas (de 60 páginas cada), dez vídeos (de cinco minutos cada) e 10 podcasts (de 20 minutos cada) sobre dez temas dos Direitos Humanos.
Impactos	Não foram identificados até o momento.
Formas de monitoramento e avaliação	Não foram identificadas até o momento.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Falta de continuidade na distribuição de recursos para o projeto, que afeta a divulgação e distribuição do material em formato impresso. Outra lacuna identificada está na ausência de iniciativas de monitoramento das ações de distribuição e utilização do material produzido. O projeto seria ainda mais efetivo se pudesse estar relacionado também às ações e projetos dos municípios, como o projeto "Escola Promotora dos Direitos Humanos", desenvolvido pela prefeitura de Vitória, no qual palestras e oficinas sobre temáticas de direitos humanos são promovidas por profissionais da temática em escolas.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

O projeto Educação em Direitos Humanos foi lançado em janeiro de 2023, sob a gestão da Secretaria de Direitos Humanos. Trata-se de um projeto vinculado ao Eixo II do Estatuto

da Juventude (Direito à Educação), que **busca conscientizar as juventudes capixabas sobre o respeito aos direitos humanos.**

a) Diagnóstico do problema

O projeto emanado do anseio de aprofundar o debate sobre direitos humanos e questões relacionadas ao racismo, sexismo, LGBTfobia, entre outros temas relevantes para a atuação da SEDH, nas escolas estaduais do Espírito Santo.

Seu objetivo é disseminar conhecimentos e ferramentas para promoção e garantia dos direitos das juventudes. O diálogo é construído especialmente a partir dos CRJs, evidenciando discussões que abordam não apenas a qualificação profissional, mas também as vivências cotidianas dos jovens que frequentam o espaço:

Os nossos CRJs fazem diversos diálogos sobre os direitos humanos. Então, é quando eles aplicam realmente esse material, ou outros materiais, ou o que eles têm, as equipes têm, de vida, vivido, sobre a garantia do direito humano. Então, para além das atividades, para além das festividades, para além do profissionalismo, da qualificação, a gente também tem esse diálogo com os jovens sobre o direito humano. Como falar, como agir, como tratar as pessoas, a população de LGBTQIAPN+, a população socioeducativa. Então, assim, também é um espaço não formal de educação, né, os nossos CRJs, então a gente sempre está aí nessas formações, formando as equipes, formando as juventudes, dialogando mesmo sobre o direito humano, né, a garantia, a importância desse espaço, por que lutar por esse espaço (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

b) Desenho da política

Como integrante das diretrizes da SEDH, o projeto faz parte do circuito formativo de direitos humanos na metodologia dos CRJs. **O público-alvo da política envolve todos os jovens atendidos por CRJs e matriculados no ensino público estadual.** A proposta é que materiais como cartilhas, vídeos e podcasts possam servir como suporte às atividades desenvolvidas nos Centros e nas escolas, estimulando a elaboração de estratégias para a aplicação desta temática de forma transversal no currículo escolar.

O projeto Educação e Direitos Humanos, ele já estava previsto, né? Inclusive é uma das diretrizes da Secretaria de Direitos Humanos. O projeto também está previsto dentro da metodologia, no circuito formativo em direitos humanos. Então, o projeto foi acontecendo, a construção dele foi até um pouco junto com a metodologia para acontecer. E a ideia do projeto é exatamente formar os indivíduos em direitos humanos pensando que essa política de juventude está numa Secretaria de Direitos Humanos. [...] E aí esse material foi pensado para ser utilizado no circuito formativo de direitos humanos com jovens, o CRJ, e também distribuídos nas escolas. Então, a distribuição principal foi para os CRJs mesmo, e que muitos pensaram várias ações com esse material, ainda pensam, ainda utilizam, e pelas escolas também (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

c) Implementação

Os materiais do projeto foram elaborados em parceria com consultores especializados **sobre 10 temas dos Direitos Humanos:** Direitos Humanos e a sua história; Questão Racial; População LGBT; Direitos das Mulheres; Juventudes e questões geracionais; Transtornos mentais; Álcool e outras drogas; População em situação de rua; Religiosidade e populações e comunidades tradicionais que formam o Espírito Santo; Direitos humanos à comunicação e superação das fake news:

E é um material bem didático mesmo, assim, texto, a gente utilizando, né? As palavras e as referências que a nossa juventude tem, que as pessoas que o Capixaba tem, né? Enfim. QR Code, então assim é algo bem rápido, bem prático, os vídeos também são bem didáticos, enfim, sobre esses pontos específicos, como vocês puderam acompanhar, direitos humanos, desafios na contemporaneidade, raça e etnia, população LGBTQIA+, violência contra as mulheres, a juventude, pessoas com deficiência, saúde na juventude, população em situação de rua, sustentabilidade em meio ambiente e comunicação em fake news (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Para a construção dos materiais foram realizadas **formações com os consultores sobre as temáticas.** O conteúdo dos vídeos, podcasts e cartilhas também passou pela análise dos gestores da Secretaria:

Eu coordenei esse processo junto com as empresas que estavam produzindo e também com as consultoras contratadas para produzirem o conteúdo das cartilhas. As consultoras trouxeram as propostas de conteúdo, eu fazia esse acompanhamento, se esse conteúdo estava, de fato, trazendo a importância que aquele tema traz de relevante, e também a gente pegou e apresentou cada cartilha às áreas de referência na Secretaria, aos gerentes das áreas de referência, para que eles também fizessem uma análise se a gente estava seguindo mesmo, cumprindo ali o que cada política determina (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Além disso, alguns conteúdos foram desenvolvidos junto às equipes e aos jovens dos CRJs por meio de entrevistas com profissionais e outros especialistas sobre suas trajetórias e experiências de vida:

Mas a utilização pelos CRJs foi muito grande. Os podcasts e vídeos foram entrevistas com profissionais também escolhidos a partir das suas trajetórias e especialismos também nas áreas. E foi isso, foi um projeto para a gente que foi muito importante, a produção desse conteúdo, porque ele atende também a uma diretriz da secretaria, que é a formação de direitos humanos (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

d) Governança

O projeto está sob a gestão da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) e, dentro desta, em especial a Subsecretaria de Estado de Promoção Proteção e Defesa dos Direitos Humanos.

e) Resultados

Foram investidos mais de R\$ 260 mil para a produção de materiais informativos, compostos por 10 mil cartilhas (de 60 páginas cada), dez vídeos (de cinco minutos cada) e dez podcasts (de vinte minutos cada) sobre dez temas dos Direitos Humanos. Além dos materiais impressos, a publicação do conteúdo também ocorreu por meio de diferentes plataformas e redes sociais, como Spotify e YouTube.

Então, a gente tem esse material impresso, a gente tem esse material digital, né, no caso em PDF, a gente tem esse material no YouTube e esse material também no Spotify. Então, a gente conseguiu colocar, né, em todas as plataformas possíveis, para que a galera consiga ter o acesso (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

f) Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

Uma lacuna descrita pelos gestores consiste na **falta de continuidade na distribuição de recursos para o projeto**, cenário que afeta a divulgação e distribuição do material em formato impresso. Em decorrência disso, o trabalho muitas vezes é realizado a partir das iniciativas dos próprios gestores envolvidos com o projeto:

Toda hora a gente vai desfalcando tudo que a gente tem aqui para conseguir entregar. Às vezes vem alguém de fora com a secretária em reunião e a gente pega esse material e entrega também. A gente leva e entra em outros lugares. Para as escolas em si, não foram entregues esses materiais específicos em mãos. A gente distribuiu no CRJs esses materiais, porque também é um recurso que a gente tem, mas não é lá o recurso que a gente gostaria de ter, para a gente conseguir, enfim, imprimir milhares e estar entregando para milhares (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Além disso, entre as lacunas observadas, está **a ausência de iniciativas de monitoramento das ações de distribuição e utilização do material produzido**, de forma que seja possível identificar como estes têm colaborado com as atividades desenvolvidas nos centros e nas escolas, e como poderiam ser mais efetivos.

Possivelmente, o projeto seria ainda mais efetivo se pudesse estar relacionado também a ações e projetos dos municípios, como o projeto “Escola Promotora dos Direitos Humanos”, desenvolvido pela prefeitura de Vitória, no qual palestras e oficinas sobre temáticas de direitos humanos são promovidas por profissionais da temática em escolas²⁷. O maior diálogo com as escolas é um ponto a ser enfrentado, considerando os desafios até o momento de interlocução com as instituições.

Eu acho que isso, com relação às escolas, podia ter sido melhor trabalhado, né? De pensar como seria essa inserção também. A gente chegou a fazer alguns diálogos com a Sedu, mas isso não avançou muito, de pensar mesmo em estratégias de como inserir aquelas temáticas, né? Na grade curricular e tal, dos alunos, acho que isso ficou um pouco frágil (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

27 - Mais informações disponíveis em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=975>>. Acesso em 26 set. 2024.

3.3.2

Nossa Bolsa

Quadro 8 - Síntese da Avaliação Executiva - Nossa Bolsa

Diagnóstico do problema	Carência de vagas na rede pública de Ensino Superior no Espírito Santo.
Desenho da política	Oferta de bolsas para alunos oriundos da rede pública ou da rede privada com bolsa integral para cursarem sem custos de semestralidade a graduação em Instituto de Ensino Superior privado. Também oferta bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Extensão e bolsas de Mestrado.
Implementação	O programa é regido pela Lei nº 9 263/2009 e pelo Decreto nº 4181-R, de 2017. No edital de 2025, o programa contou com mil bolsas integrais e investiu cerca R\$ 46 milhões para custear os cursos de graduação.
Governança	Financiado por verba da Secretaria de Educação e executado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, por meio da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia e com apoio do Comitê Gestor.
Resultados	Os alunos beneficiados têm maiores probabilidades de concluir o curso de Ensino Superior em que estão inscritos, se comparados com alunos com as mesmas características socioeconômicas, além de apresentarem um maior nível de empregabilidade.
Impactos	O monitoramento realizado em 2021 identificou que os beneficiários do programa apresentam maior nível de empregabilidade, algum incremento da renda e maior mobilidade no mercado de trabalho. Em relação à distribuição de vagas nas IES, identificou-se lacunas em cursos na área da saúde, como Odontologia e a necessidade de investir em instituições do interior do estado, possibilitando que os jovens possam continuar residindo nas suas cidades de origem.
Formas de monitoramento e avaliação	O Instituto Jones dos Santos Neves realizou um ciclo de monitoramento do programa no ano de 2021, quando o Nossa Bolsa esteve entre os programas avaliados do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas do Espírito Santo (SiMAP).
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Não foram identificadas até o momento.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

a) Diagnóstico do problema

O programa surge como forma de sanar o problema da falta de vagas para o Ensino Superior na rede pública. Conforme apontado pelo Secretário de Educação do Estado, o “número de vagas está congelado” desde a expansão realizada pelo Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), programa do governo federal criado em 2007. O cenário atual do ensino superior público no Espírito Santo é de uma única universidade pública estadual e uma única universidade pública federal.

O Nossa Bolsa, portanto, visa replicar modelo semelhante ao Prouni, programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação:

O foco aqui é fazer um paralelo com o que, em âmbito nacional, é o PROUNI. Então é a compra de vagas, ou por meio de uma bolsa, nas faculdades particulares. Então é um financiamento para a compra de vagas, para oportunizar a chance dos estudantes que estão ingressando no ensino superior fazê-lo em instituições particulares (Vitor de Angelo, Secretário de Educação do Espírito Santo).

b) Desenho da política

O Programa, criado em 2006, objetiva conceder bolsas de graduação em faculdades privadas a alunos que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas no Estado, ou em escolas privadas, na condição de bolsistas integrais. Atualmente, foi ampliado para, além de custear as semestralidades dos cursos de graduação (presencial e à distância), prever bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Extensão (12 meses) e bolsas de Mestrado (24 meses), ambas destinadas a alunos que tenham sido beneficiados com a bolsa de graduação do programa.

O programa destina 20% das bolsas para alunos de raça negra e 20% para jovens beneficiários do Programa Ocupação Social que são alunos pertencentes às áreas de alta vulnerabilidade social, com baixa renda e marcadas por altos índices de violência, especialmente contra os jovens.

A seleção dos beneficiários ocorre por meio de edital lançado anualmente, com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além do atendimento aos critérios de elegibilidade. São eles: a) possuir renda mensal per capita de um salário mínimo, para candidatos às bolsas integrais; b) possuir renda mensal de até três salários mínimos per capita, para candidatos às bolsas parciais (50%). As Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes do Nossa Bolsa estão distribuídas por todo o território do Espírito Santo.

As IES que desejem ser integradas aos quadros do Programa requerem a adesão à FAPES. Além dos documentos comprobatórios, contendo lista de cursos disponíveis e valores das semestralidades, devem apresentar contrapartida social, que consiste na redução de no mínimo 25% sobre o valor das semestralidades.

c) Implementação

O programa é regido pela Lei nº 9 263/2009 e pelo Decreto nº 4181-R, de 2017. No edital de 2025, o programa contou com mil bolsas integrais, custeadas pelo Governo do Estado. A destinação das

bolsas envolveu 40 opções de cursos distribuídos em 29 instituições de Ensino Superior localizadas em 14 municípios do ES. O Nossa Bolsa 2025 investiu cerca R\$ 46 milhões para custear os cursos de graduação que duram, em média, cinco anos²⁸.

d) Governança

O Nossa Bolsa é executado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTI). A Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia (FAPES) é responsável pela coordenação do programa e atua enquanto Secretaria Executiva do Comitê Gestor. Os recursos para implementação são oriundos da Secretaria de Educação (SEDU). Já o Comitê Gestor, responsável pela supervisão do programa, avaliação da execução, monitorar e regulamentar a implementação, é formado pelo a) Secretário da SECTI; b) Diretor Presidente da FAPES; c) representante da SECTI; representante da SEDU; d) representante da FAPES; e) representante das Entidades Mantenedoras das IES indicado pelos seus pares.

e) Resultados

Os resultados já identificados pelo monitoramento apontam que os alunos beneficiados pelo Nossa Bolsa têm maiores probabilidades de concluir o curso de Ensino Superior em que estão inscritos, se comparados com alunos com as mesmas características socioeconômicas, além de apresentarem um maior nível de empregabilidade:

A gente utilizou a RAIS identificada, entramos em contato com esses alunos que tem uma renda maior do que um aluno que não tem a bolsa, se eu não me engano, não vou lembrar do número aqui, mas é um aumento considerável na renda, sem falar que tem maior probabilidade de estar empregado, e também tem uma maior mobilidade no trabalho. Com a formação dele, ele consegue buscar um emprego melhor na estrutura do mercado de trabalho (Entrevistado Anônimo 2).

f) Impactos

Por meio do ciclo de monitoramento e avaliação realizado em 2021 pelo IJSN, foi possível medir o impacto do programa na vida dos beneficiários. Os resultados sugerem o efeito do programa sobre a probabilidade de terminarem o curso superior, sobre empregabilidade dos participantes e sobre a mobilidade no mercado de trabalho. Assim, o Nossa Bolsa aumenta em 22,3 pontos percentuais a probabilidade de o indivíduo completar o nível superior. Os benefícios sobre os níveis de empregabilidade

28 - Informações disponíveis em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/ultimos-dias-para-se-inscrever-nas-1-mil-vagas-do-nossa-bolsa-2025-e-fazer-sua-graduacao-sem-custo#:~:text=O%20edital%20conta%20com%201,gov.br%2Fnoisabolsa.>>>. Acesso em: 06 mar. 2025.

se materializam em períodos mais longos em comparação com períodos mais imediatos (IJNS, 2022, p. 39). Em relação à renda, o efeito foi mais tímido. A análise para o ano 2017 não identificou incremento de renda e, para 2018, o resultado médio obtido foi de 5,8% de incremento no salário devido à participação no programa.

Sobre a mobilidade, os resultados indicaram efeito negativo, sugerindo que os participantes do Nossa Bolsa possuem uma maior mobilidade de emprego do que os não participantes, o que se reflete num menor tempo de emprego. Os resultados também indicaram que independentemente das características pessoais, dos cursos escolhidos ou das IES, os efeitos do programa são os mesmos para os beneficiários. São, portanto, homogêneos os efeitos do programa para os concluintes das bolsas. A exceção foi em relação aos salários para as mulheres concluintes do Nossa Bolsa, com incremento no rendimento em 2017 de 11,7% e, em 2018, de 9,8% (IJNS, 2022, p. 43). Assim, o Instituto concluiu a avaliação indicando impactos positivos sobre a escolaridade, obtenção de emprego e aumento no salário.

Em relação à análise da oferta de cursos pelos IES, a avaliação percebeu a possibilidade de ampliação das vagas em cursos da área de saúde, como Odontologia e Medicina Veterinária. Outra possibilidade de oferta seria a ampliação dos quadros de vagas em IES privadas sem fins lucrativos, onde há maiores descontos. A avaliação também identificou que seria mais eficiente alinhar a escolha de cursos às potencialidades dos arranjos produtivos de cada microrregião, podendo implicar no crescimento da economia local e na redução da saída dos jovens de suas cidades originárias (IJNS, 2022, p. 45).

g) Formas de monitoramento e avaliação

O Instituto Jones dos Santos Neves realizou um ciclo de monitoramento do programa no ano de 2021, quando o Nossa Bolsa esteve entre os programas avaliados do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas do Espírito Santo (SiMAP) (IJNS, 2022). O objetivo central era medir o impacto do programa na qualidade de vida dos beneficiários, de modo que a amostra se restringiu aos candidatos beneficiários do programa até o ano de 2015, a fim de que fosse possível ter concluintes com tempo no mercado de trabalho.

A metodologia empregada foi de tipo “Avaliação de Impacto”, realizada em quatro etapas. A primeira delas foi a realização do cruzamento das bases de dados da FAPES e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponível até 2018. Por meio da RAIS, foram extraídos os indicadores sobre a situação no mercado de trabalho: rendimento médio, número de horas contratadas semanais, e tempo de contratação.

Não foram realizados outros processos de monitoramento e avaliação do Nossa Bolsa. Contudo, um dos entrevistados informou que está em negociação um novo ciclo de monitoramento a ser realizado em 2025 pelo IJNS, sob encomenda da FAPES.

3.4 Profissionalização

Trabalho e renda

Em relação ao eixo de Profissionalização, trabalho e renda, observa-se um **alinhamento entre as políticas na área, as quais se articulam a partir de um objetivo em comum: potencializar a geração de renda dos jovens capixabas, especialmente por meio do incentivo ao empreendedorismo.** Esse foco, segundo relatos dos entrevistados, surge perante uma sequência de demandas advindas das juventudes.

A partir dos **Laboratórios de Potencialidades Capixabas (LABPoca)** criados em 2022, as juventudes puderam acessar espaços com equipamentos necessários para desenvolver seus projetos, além de realizar oficinas de produção artística e tecnológica, produção de trabalhos de mídia, conceitos de empreendedorismo, elaboração de marcas próprias e estratégias de marketing etc. No entanto, **“uma demanda que parece ter surgido dos Labs”²⁹** foi a necessidade de fornecer oportunidades para que os jovens pudessem alavancar os seus negócios, o que levou à articulação, no ano de 2023, de uma linha de crédito direcionada às juventudes, o **Nossocrédito Juventude Empreendedora.** Já em 2024, após o contato com os Labs e com a possibilidade de acesso aos recursos, surgiu a demanda pela especialização, a partir de cursos profissionalizantes, o que estimulou a criação do **Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas, o EmpregaJUV.**

100



Foto: Cieds, parceiro da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos no Espírito Santo

29 - Jiberlandio Miranda, Subsecretário de Estado de Políticas para as Juventudes.

3.4.1

Laboratório de Potencialidades Capixabas
(LabPocas)

Quadro 9 - Síntese da Avaliação Executiva - Laboratório de Potencialidades Capixabas (LabPocas)

Diagnóstico do problema	Criado para enfrentar o impacto do desemprego, além das dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Os Labs surgiram como uma demanda das juventudes do estado, que cada vez mais identificam no empreendedorismo uma alternativa para a geração de renda.
Desenho da política	Como parte da Metodologia dos CRJs, os LabPocas foram pensados para propiciar um espaço de aprendizagem, lazer e acolhimento em horário inverso ao turno escolar. Eles oferecem espaços para a implantação de atividades de economia criativa e geração de renda aos jovens entre 15 e 24 anos pertencentes aos territórios contemplados pelo Programa Estado Presente.
Implementação	São implementados por meio de acordo entre a SEDH, a OSC parceira e o Grupo Gestor Local, a partir do que os jovens do CRJ sinalizam como possibilidades. Os Labs variam entre áreas de estética, gastronomia, audiovisual, ou outros temas conforme a vocação da região, e disponibilizam às juventudes equipamentos e instrumentos modernos, buscando geração de renda dos participantes e atentando para as novas tecnologias.
Governança	Os Labs foram criados ao longo de 2021 e 2024, no âmbito da metodologia dos CRJs. Os Laboratórios são implementados em cada CRJ do estado por meio de acordo entre a SEDH, uma OSC parceira e o Grupo Gestor Local.
Resultados	Entre 2021 e 2023 foram atendidos 1.279 jovens. Dentre os resultados já observados encontra-se a produção de materiais audiovisuais, a criação de barbearias, salões de beleza e demais estabelecimentos construídos pelos jovens. Grande parte dos gestores descreve o LabPocas como um grande sucesso por ele, além de gerar renda, representar um local de referência para a prevenção à vulnerabilidade das juventudes.
Impactos	Não foram identificados até o momento.
Formas de monitoramento e avaliação	O LabPoca é um projeto acompanhado juntamente com as demais iniciativas dos CRJs perante pesquisas de monitoramento e avaliação, como a produzida em parceria entre a SEDH.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	As limitações do LabPocas enquanto um espaço público, que proíbe a geração de renda própria, foram descritas pelos gestores como uma lacuna de implementação.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

a) Diagnóstico do problema

Os LABPocas são espaços previstos na Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) e projetados para **enfrentar o impacto do desemprego, além das dificuldades de inserção no mercado de trabalho vivenciadas pelas juventudes capixabas** (Governo do Estado do Espírito Santo, 2022).

Nesse contexto, diante dos desafios para ter acesso ao primeiro emprego, os espaços surgiram como uma **demandada da juventude do estado**, que cada vez mais identifica no empreendedorismo uma alternativa para a geração de renda. Sobre isso, a maioria dos gestores públicos envolvidos com a metodologia descreve que **os Labs foram pensados a partir da forma com que os jovens gostariam de entrar no mercado de trabalho - por meio do empreendedorismo - e a partir daquilo que eles e elas desejavam exercer profissionalmente:**

O Laboratório de Potencialidades Capixabas é esse espaço dentro do CRJ para o jovem aprender, um local para ele se colocar nesse espaço de empregabilidade mesmo, né? De empreender, o jovem agora quer muito empreender. Então, já passou desse local do jovem ser CLT, não querem mais, a nossa juventude não quer ser CLT, todo mundo quer ser empreendedor e abrir sua barbearia, seu espaço de estética e tal (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Então, eu acho que o mundo todo, ele vem caminhando para o mundo digital, no qual a gente hoje vê que 89% da nossa juventude não quer ser CLT mais, a nossa juventude quer ser empreendedora, a galera quer montar algum negócio, a galera quer um retorno muito rápido, e a gente também vem acompanhando essa evolução que a juventude tem. Não que o trabalho CLT não seja importante, mas é uma revolução que a gente vê que foi muito rápida da pandemia para cá. Então, a gente também tentou acompanhar esse trajeto. [...] A gente tem isso, assim, dos avanços e das realizações das nossas políticas serem voltadas mesmo para como ali as juventudes estão, em que ambiente elas estão inseridas, como estão inseridas, o que elas querem (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

A gente observou que muitos jovens hoje, como eu disse para vocês, eu tenho trinta e dois anos de idade. Quando eu tinha dezessete, dezoito, dezenove anos de idade, a nossa juventude queria ter uma CLT. Era o sonho de todo jovem, era acabar o ensino médio e ter uma CLT. A juventude atual não quer ter uma CLT assinada. Ela quer ser empreendedora. Ela quer ser dona do próprio negócio. No Estado do Espírito Santo, a juventude tem esse viés de empreendedorismo. Você passa pelo comércio, você visualiza que o dono da maioria das lojas é jovem. É uma faixa de área jovem (Jiberlandio Miranda, Subsecretário de Estado de Políticas para as Juventudes).

b) Desenho da política

Presentes na metodologia dos CRJs, os Labs - e outros programas como o EmpregaJUV - fazem parte da estratégia do eixo de prevenção e proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Tal vinculação expressa que **o objetivo de enfrentar o desemprego e as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho vincula-se com a demanda de redução da vulnerabilidade juvenil à violência em determinados territórios.** Nesse enfrentamento, os espaços dos CRJs são percebidos como um local de acolhimento que o jovem pode frequentar após a escola, “para ele não ficar disperso na rua, à mercê de tantas coisas que a rua tem a oferecer”.³⁰ Conforme o governo do estado, o eixo de proteção social é coordenado pela SEDH e procura reduzir a vulnerabilidade juvenil à violência, viabilizar a inclusão social, gerar oportunidades de emprego e obtenção de renda, preservando garantias e direitos das pessoas, além de propiciar a transformação do território através da mediação e mobilização social³¹.

Com base nisso, e em articulação com as demandas das juventudes no que se refere à empregabilidade, **os Laboratórios foram pensados para propiciar um espaço de aprendizagem, lazer e acolhimento em horário inverso ao turno escolar.** Assim, os Laboratórios funcionam dentro dos CRJs espalhados pelo estado e **oferecem espaços para a implantação de atividades de economia criativa e geração de renda aos jovens entre 15 e 29 anos pertencentes aos territórios contemplados pelo Programa Estado Presente.**

Os Labs devem ser construídos com base nas demandas locais das juventudes, visando potencializar serviços diversos, a partir das especificidades de cada território. **A meta é que cada CRJ possua um LabPoca e, no mínimo, uma sala e recursos para implantação do projeto,** que também pode contar com parceiros da iniciativa privada. Essa forma de condução da política busca preservar não apenas a diversidade territorial, mas também a cultural das comunidades em que se localizam os CRJs.

A gente também não queria dar uma cara para ele (LabPoca), a gente queria que ele se construísse a partir da realidade e potência do território e da juventude (Entrevistada Anônima 1).

A gente não chegou lá e falou: “todos os CRJs vão ter como LabPoca uma barbearia.” Não. (Falamos): “Terra Vermelha, o que vocês querem aqui?” Foi uma barbearia. “O que vocês querem aqui?” “A gente quer um audiovisual.” Então eles têm um estúdio lá, com boas câmeras, com bom computador, e aí eles produzem, eles gravam vídeos, eles fazem filmes, fazem música (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

30 - Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude.

31 - Informações objetivas no Portal do Governo do Espírito Santo: <<https://planejamento.es.gov.br/apresentacaoestadopresente>>. Acesso em 17 fev. 2025.

c) Implementação

Quanto à implementação dos Laboratórios, ela ocorre por meio de acordo entre a SEDH, a OSC parceira e o Grupo Gestor Local, a partir do que os jovens do CRJ sinalizam como possibilidades para o LAB. **Os laboratórios podem ser nas áreas de estética, gastronomia, audiovisual ou outros temas de acordo com a vocação da região, e devem disponibilizar às juventudes equipamentos e instrumentos modernos, buscando geração de renda dos participantes e atentando para as novas tecnologias:**

O CRJ em si, ali em diálogo com o jovem, verifica o que aquela juventude mais precisa, o que eles mais querem fazer. Muito isso de respeitar também o que o outro quer fazer. E aí é desenvolvido realmente um espaço físico voltado para o desenvolvimento desse LabPoca. Por exemplo, nós temos um CRJ no qual o LabPoca é estética. É trança. Então, o CRJ dá todo o aporte necessário para essa juventude conseguir se qualificar, se profissionalizar para a realização dessas tranças e estar gerando renda a partir disso. Ah, é corte de cabelo masculino, né? Estética masculina. Então, o CRJ monta um espaço, um salão, realmente, contrato com o oficineiro, enfim, para a execução dessa atividade específica e esse jovem sair de lá qualificado e profissionalizado para o mercado de trabalho (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

E dentro do CRJ nós temos os LabPocas, que são os laboratórios de potencialidade capixaba. Os LabPocas trabalham com a economia criativa da juventude. Então, por exemplo, você pode pegar um LabPoca que ele vai ensinar o jovem a ser barbeiro. Um outro LabPoca que ensina a ser cabeleiro. Um outro LabPoca que ensina a fazer camisa, né? E é isso que essa juventude quer. Ser dona do produto, né? Dona daquilo que é dela, ser pertencente. Nós temos CRJ de Território do Bem, que eles criaram a Bendita Feira. São jovens que têm uma marca. Ele não só aprendeu a fazer o bolo de pote. Ele criou uma marca para o bolo de pote dele. Ele não tem só o pão caseiro. Não, ele tem a marca do pão caseiro. Ele não tem só um curso de fotografia que aprendeu no CRJ. Não, ele é um fotógrafo (Jiberlandio Miranda, Subsecretário de Estado de Políticas para as Juventudes).

Em cada CRJ estipula-se a constituição de Redes de Economia Criativa (REC) formadas por agentes dos territórios, trabalhadores dos CRJs, professores e alunos do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Cada rede terá um "Plano de Ação de Rede de Economia Criativa" e irá promover encontros, por meio dos quais será consolidado um grupo de vivências. Além disso, cada Rede irá desenvolver uma metodologia singular de criação de RECs para o território que envolve o ambiente físico e o ambiente formativo. Tais parcerias entre as equipes locais dos CRJs, professores e alunos dos IFES, e

demais entidades objetivam estimular a preparação e produção de atividades vinculadas às demandas dos territórios. Segundo a experiência dos coordenadores dos Centros, esse processo em conjunto potencializa e qualifica ainda mais os Labs.

A gente fez uma parceria com o IFES, com o projeto Poiein³², que tem uma frente de economia solidária e economia dos territórios e tudo mais. Então, as equipes do IFES foram os professores do IFES e estagiários, estudantes, foram aos CRJs para poder qualificar ainda mais o LabPoca, a partir das escolhas que os jovens fizeram do LabPoca, porque a escolha também por qual seria o LabPoca de cada CRJ veio a partir dos jovens ou das equipes que também identificaram qual era a maior demanda, solicitação dos jovens. Então, alguns LabPocas são muito fortes, muito interessantes e têm grande participação (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Quanto às formas de divulgação, em 2024 foi realizada pelo Governo do Espírito Santo a campanha “Geração de quem faz”, com o objetivo de divulgar os LABPocas e as oportunidades de aprendizado e incentivo profissionais disponíveis nesses espaços. A campanha foi criada pela agência Ampla, sendo divulgada por meio de filme para TV e mídia digital, spot para rádio e peças para mídia out of home e internet, a fim de mostrar que jovens que vivem nas comunidades periféricas capixabas podem buscar uma profissão e complementar o orçamento em suas casas por meio do contato com os espaços do LABPoca.

d) Governança

Os LABPocas foram criados em 2021 no âmbito da metodologia dos CRJs. Adicionalmente, no ano de 2022, a partir do Termo de Cooperação nº 004/2022 celebrado pelo Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), foram descentralizados recursos financeiros para o desenvolvimento de Metodologia de Redes de Economia Criativa de Base Comunitária, a serem aplicadas nos laboratórios de economia criativa experimental (Laboratório de Potencialidades Capixabas - LABPoca). **Os Laboratórios são implementados em cada CRJ do estado por meio de acordo entre a SEDH, uma OSC parceira e o Grupo Gestor Local.**

32 - O Núcleo Interinstitucional de Extensão e Pesquisa “Poiein – Desconstrução, Economia Criativa e Sustentabilidade” tem o objetivo de promover a desconstrução, a crítica e a disseminação de referenciais metodológicos, prioritariamente para aplicação em projetos de interesse cultural, educacional e social no Estado do Espírito Santo. Maiores informações em: <<https://nucleopoiein.com.br/>>. Acesso em 17 fev. 2025.

e) Formas de monitoramento e Avaliação

Em relação ao monitoramento e formas de avaliação dos LABs, enquanto um dos eixos do Núcleo Economia Criativa, Trabalho e Renda - um dos três Núcleos que estruturam a Metodologia dos CRJs no ES -, ele é um projeto acompanhado juntamente com as demais iniciativas dos CRJs

perante pesquisas de monitoramento e avaliação, como as produzidas em parceria entre a SEDH, FAPES e IJSN, que acompanham de modo sistemático a implementação e o funcionamento inicial dos primeiros CRJs (IJSN, 2023). Conforme o Relatório do ano de 2023, o CRJ Feu Rosa organizou 16,8% (47) das atividades no Núcleo Economia Criativa, Trabalho e Renda, de um total de 279 atividades realizadas entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022. Já nas atividades desenvolvidas pelo CRJ Terra Vermelha, de um total de 227 no período de análise, 22% (49) foram desenvolvidas no Núcleo de Economia Criativa, Trabalho e Renda (IJSN, 2023).

Reconhecido como um caso de sucesso, O LABPocas foi apresentado no programa no Agile Trends GOV 2023, principal conferência de agilidade voltada para o setor público. No entanto, **até o momento não foram encontradas avaliações que aprofundem os resultados específicos do projeto.**

f) Resultados

Grande parte dos gestores envolvidos com as políticas para as juventudes no estado, caracteriza o LabPocas como “um grande sucesso”³³. Essa observação sustenta-se na descrição das formas com que os espaços, recursos e oficinas **transformaram o cotidiano das juventudes nos territórios.**

Seja a partir do subsídio para ampliação de negócios, seja impulsionando os jovens a ingressar na universidade, os laboratórios são percebidos como um **ponto de partida de diferentes projetos e um local de referência para a prevenção à vulnerabilidade das juventudes:**

Então, alguns Labpocas são muito fortes, muito interessantes e têm grande participação. E o processo de prevenção, acho que passa muito mesmo pelos CRJs, pelos Labpocas. Então, por exemplo, ali no território de Terra Vermelha, essa questão da barbearia se tornou um espaço, se tornou uma barbearia de importância ali naquele pedaço da região da Grande Terra Vermelha. O de São Mateus, que é um grande laboratório de audiovisual, de produção de vídeos, de podcasts, é um Labpoca incrível. Os meninos estão produzindo conteúdo, estão se capacitando, estão produzindo materiais deles. [...] Então, acho que, assim, a questão da prevenção, o LabPoca tem grande importância na prevenção, né? Prevenção passa por muitos lugares, né? Mas, assim, o próprio vínculo construído com esses profissionais, eu vejo como um processo de prevenção também. O vínculo que os jovens estabelecem, né? Com o espaço, né? (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

33 - Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude.

Um projeto que deu muito certo, que era da nossa metodologia, é o Laboratório de Potencialidades Capixabas, o LabPoca. Esse projeto deu muito certo. A nossa ideia era que cada CRJ tivesse um LabPoca, mas deu tão certo que tem CRJ que tem três. Porque a garotada adorou, a juventude amou, porque também foi construído com elas (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Então, como resultado, a partir disso, a gente tem, e já foi divulgado, não só para os jornais, não só para o governador, mas também para as redes de televisão, as nossas juventudes entraram, por exemplo, entraram [n]a universidade a partir da execução das políticas que nós temos, as juventudes também, a partir do curso de qualificação, do empréstimo de material, por exemplo, de um CRJ, durante um período, conseguiu depois comprar a sua máquina, montar o seu salão. Então, assim, (é o que) a gente tem, a partir dos LabPocas, né? (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Entre janeiro e julho de 2023 foram atendidos “1.279 jovens pelos LabPocas”³⁴. Segundo dados do mesmo ano, estão em funcionamento os Labs do CRJ Terra Vermelha (barbearia e trança), do CRJ Feu Rosa (unha em gel, barbearia, trança e produção cultural), do CRJ Aracruz (corte masculino, designer de unha em gel, designer de sobrancelha, maquiador(a) profissional e trança nagô), do CRJ Território do Bem (Bendita Feira e Reverso Agência de Talentos) e do CRJ São Mateus (audiovisual, culinária e estética). Os negócios criados expressam a diversidade dos serviços e as especificidades de cada território.

E aí, realmente, você vê que os equipamentos são muito distintos uns dos outros. Principalmente, tanto de público, que eu acho que frequenta mais. E aí, isso também reflete, obviamente, no tipo de serviço você presta, né, porque isso também acaba sendo demandado pela juventude que tá ali, assim, né, então você vê que existe uma gama muito diversa, assim, daquilo que acontece em cada CRJ, os próprios LabPocas de cada Centro também mostram um pouco essa diversidade, né, de que é aquilo que é demanda do território (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

Dentre os resultados já observados encontra-se a produção de materiais audiovisuais, barbearias, salões de beleza e demais estabelecimentos construídos pelos jovens através do aprendizado no LabPocas, expondo as formas com que a metodologia fomenta a geração de renda das juventudes:

34 - Cristhiany Miranda Macedo, Subsecretária de Políticas para Juventudes.

Então, é fomentar aquele espaço, é fomentar. Lá no CRJ de Terra Vermelha, inclusive, os jovens, muitos desses jovens, estão com cartelas de clientes. Alguns não estão mais no Labpoca, porque eles já estão mesmo atendendo um grande número de clientes (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Primeiro, foi um audiovisual, que foi incrível. É muito legal o estúdio deles. E hoje já tem um podcast semanal dos meninos do CRJ que vai para a cidade inteira, eles entrevistam os comerciantes, eles fazem um trabalho incrível na cidade, já tem jornal. O negócio vai crescendo, porque a criatividade da juventude, ainda bem que é ilimitada. Mas depois eles inauguraram uma padaria, então tem a galera que faz a gastronomia. E um também de manicure, tinha unha de gel. Outro dia eu fui lá e a menina estava super feliz, porque a mãe dela tem um salão há muitos anos, mas não trabalhava nenhum tipo de penteado afro. E aí com o LabPoca ela aprendeu a fazer os penteados afros e a fazer unha de gel. Então hoje ela trabalha com a mãe dela e o salão já cresceu muito. O LabPoca eu acho que é o que a gente tem de mais sucesso, que cresceu além da nossa expectativa. Acho que essa é uma coisa que eu acho muito legal (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Acho que entra nesse local também, o LabPoca é um grande sucesso, inclusive, os meninos gostam muito, aprendem muito e aí já saem da escola já sendo barbeiro profissional, sendo DJ, os MCs famosos já, já temos nossos MCs famosos aqui fazendo show. A gente, inclusive, teve a Feira da Juventude Empreendedora, que foi bem legal, assim, é isso, é o que o jovem tá aprendendo no LabPoca, eles foram lá e fizeram a exposição deles para todo mundo. E, inclusive, contratamos um jovem para cantar, para ser o nosso artista cultural, e foi incrível, e é isso (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

g) Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

Diante dos resultados considerados positivos, poucos gestores apontam barreiras e desafios que surgiram ao longo da implementação dos Labs. Entretanto, uma lacuna foi descrita nesse processo: **as limitações do LabPocas enquanto um espaço público**, que proíbe a geração de renda própria.

Apesar de a gente ter tido algumas expectativas deles realmente utilizar o espaço do LabPoca para a geração de renda, houve uma dificuldade nisso, porque como é um espaço público, ele não pode gerar renda própria (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Nesse contexto, observa-se que o espaço se concretiza enquanto um local de fomento para que a juventude possa, a partir dele, exercer atividades econômicas, mas não constituir seu próprio negócio.

3.4.2

Nossocrédito Juventude Empreendedora

Quadro 10 - Síntese da Avaliação Executiva - Nossocrédito Juventude Empreendedora (Credjuv)

Diagnóstico do problema	O Credjuv foi planejado para enfrentar as dificuldades no acesso a crédito por parte de jovens, que apesar de empreenderem, muitas vezes, não têm o aporte financeiro inicial para colocar o seu projeto em prática.
Desenho da política	O Credjuv disponibiliza uma linha de crédito para jovens entre 18 e 29 anos nos 78 municípios do Espírito Santo, independentemente da região onde residem. O valor máximo de contratação é de R\$ 5 mil, conforme análise de cadastro e perfil. Além disso, para solicitar o crédito o jovem precisa ter realizado um curso de qualificação empreendedora nos últimos 3 meses.
Implementação	Para ter acesso ao crédito, os jovens podem procurar o Banestes, os CRJs, ou até mesmo as prefeituras de sua cidade. Nesses espaços, estão pessoas à disposição para atendimento. A solicitação também pode ser feita pela internet, aspecto que, conforme os gestores, facilita o trabalho de implementação do programa.
Governança	O Credjuv foi criado pela SEDH em parceria com a Aderes e o Banestes em 2023, e consiste em uma linha de crédito fruto do Programa Nossocrédito do ES. Segundo a SEDH e a SUBJUV, para alcançar as juventudes de todo o estado que desejam ter acesso ao crédito, torna-se imprescindível um bom diálogo entre os gestores com os municípios, e com os representantes da Banestes e Aderes.
Resultados	Oportunizou, até o início de 2024, acesso a recursos a jovens residentes nos municípios de Colatina, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins.
Impactos	Não foram identificados até o momento.
Formas de monitoramento e avaliação	O monitoramento da linha de crédito ocorre por meio do diálogo entre os gestores do programa e as instituições financeiras. A Aderes se tornou uma referência para acompanhamento do Credjuv, especialmente por ser a instituição que, por meio dos formulários de solicitação preenchidos pelos jovens no site, disponibiliza os quantitativos de acesso.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Receio por parte juventudes em solicitar o crédito, por ser percebido como uma dívida e representar instabilidade financeira; e as burocracias que ainda persistem para o jovem ter acesso ao crédito. As pesquisas que avaliam o Programa Nossocrédito "geral" podem servir de base para o aprofundamento da avaliação do Nossocrédito direcionado às juventudes capixabas.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

O Nossocrédito Juventude Empreendedora (Credjuv) foi criado pela SEDH em parceria com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Estado (Aderes) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes). O Credjuv é uma linha de crédito fruto do Programa Nossocrédito³⁵, o qual foi instituído pelo governo do ES por meio do Decreto nº 1.203-R de 26 de agosto de 2003 e implementado a partir de uma articulação entre o governo estadual e municipal, e entre instituições públicas como o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), o Banestes e a Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) (Santos; Moreira, 2020). No estado do Espírito Santo, o Nossocrédito se destaca como um programa que, ao longo dos seus anos de funcionamento, tem realizado cada vez mais atendimentos, auxiliando o desenvolvimento de diversos empreendimentos no território capixaba (Santos; Moreira, 2020).

Entretanto, o processo burocrático para acesso ao crédito afastou por muito tempo as juventudes empreendedoras, dificultando o avanço dos negócios geridos por esse grupo. Diante desse desafio, foi criado no ano de 2023 o Nossocrédito Juventude Empreendedora (Credjuv), uma vertente de microcrédito específica “para o jovem”³⁶:

E aí o crédito, ele vem também dessa parceria com a Aderes, porque a Aderes já tem esse vasto programa de crédito, então tem crédito para agricultor, crédito para mulher, muitos créditos, crédito para todo mundo, e aí a gente precisava do crédito para o jovem (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Pensando dessa forma, o estado, por meio da SEDH e da Subsecretaria de Políticas para as Juventudes (SUBJUV), desenvolve o Credjuv com o intuito de se colocar como uma ponte entre os jovens e as instituições financeiras. Segundo os gestores envolvidos, para alcançar as juventudes de todo o estado que desejem ter acesso ao crédito, torna-se imprescindível um bom diálogo entre os gestores com os municípios, e com os representantes da Banestes e Aderes:

O CredJuv, que é um programa para o Estado todo, a gente não fica ali preso nos municípios do Estado presente pela vida. São setenta e oito municípios do Espírito Santo e é uma parceria da Subsecretaria de Juventude, porque é isso, a gente precisa também desse local político de estar para dialogar com as outras esferas do governo. Então, para a gente conseguir um crédito para a juventude empreendedora, a gente precisa dialogar com a Aderes, a gente precisa dialogar com o Banestes, né, a Aderes que é uma autarquia dos empreendedores, o Banestes que é o nosso banco do Estado, então quem que vai lá dialogar, ter um subsecretário, uma subsecretária, para

35 - Mais informações disponíveis em: <https://www.banestes.com.br/informes/2023/2023_11_07_01.html>. Acesso em: 16 out. 2024.

36 - Bianca, Coordenadora de política de juventude.

fazer esse diálogo é muito importante. [...] E aí a gente faz esse local também de escuta ativa, né? De conversa, de “pô, não é assim”. A gente tem o nosso local de Secretaria de Direitos Humanos, a Aderes faz esse local mesmo de diálogo com o Banestes, de solicitar esse crédito, de fazer a gerência e a gestão desse programa. E a gente fica com a parte do jovem empreendedor mesmo, luxando e pocando com o seu estúdio e seu espaço agora (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

a) Diagnóstico do problema

O Credjuv foi planejado para enfrentar as dificuldades no acesso a crédito por parte de jovens, que apesar de empreenderem, muitas vezes, não têm o aporte financeiro inicial para colocar o seu projeto em prática. Atrelada a essa problemática, para os gestores públicos entrevistados, **depois da implementação dos LabPocas a demanda por “fomentar a entrada dos jovens no mercado de trabalho” se intensificou:** após as participações nos Labs, a juventude precisava progredir em seus projetos, adquirindo seus próprios materiais e/ou estabelecimentos físicos para o desenvolvimento dos negócios.

Então, você tem vários jovens que o CRJ de Terra Vermelha criou essa Bendita Feira. E a primeira vez que eu fui lá, eu encontrei vários jovens que eram empreendedores na informalidade. E junto com a nossa equipe, nós começamos a trabalhar uma parceria para tirar eles da informalidade. E como eu disse para vocês, todo CRJ tem o LabPocas. E nós chegamos nesse CRJ de Terra Vermelha e a coordenadora do CRJ veio me contar uma experiência da seguinte forma. Olha, o (integrante do LabPoca) aprendeu a cortar cabelo aqui no CRJ e nós emprestamos a máquina para ele cortar cabelo, né? Para ganhar um trocado ali durante a semana. E passou alguns dias, ele devolveu a máquina, disse que não precisava, porque o quanto que ele cortou o cabelo, ele conseguiu adquirir e comprar uma máquina. E ela falou, “nossa, como que isso é bacana, né?” E na hora eu falei, “não, realmente, muito bacana.” Só que eu voltei pensando, “não, isso tá errado. A gente tá oferecendo um curso dentro dos nossos CRJs, mas ele tá saindo dali e a gente só jogando ele no mundo? Não, a gente não pode fazer isso. A gente precisa fazer um acompanhamento bem. E melhor do que um acompanhamento, é vomitar que ele entra no mercado, porque o mercado é muito competitivo.” [...] E daí nós levamos essa proposta para o governo, para a nossa gestão. Chegamos à reunião e falamos, “precisamos ter uma linha de crédito para a juventude” (Jiberlandio Miranda, Subsecretário de Estado de Políticas para as Juventudes).

Assim, a linha de crédito direcionada às juventudes concretiza-se enquanto uma necessidade de prosseguir fortalecendo novos empreendimentos.

b) Desenho da política

Com base nessas demandas e no desejo de dar continuidade às políticas para as juventudes na área de profissionalização, trabalho e renda, **o Credjuv disponibiliza uma linha de crédito para jovens entre 18 e 29 anos**, com o valor máximo de contratação de R\$ 5 mil, conforme análise de cadastro e perfil, com o prazo de pagamento em até 30 meses, sendo até seis meses para o início do pagamento, com taxa de juros de 1,29% ao mês. Pondera-se que, **os jovens de todos os “78 municípios do ES”³⁷ podem solicitar o crédito**, independente da região onde residem:

O Empregajuv e o CRJ são para os municípios do Estado Presente, né, que é um programa do nosso Secretaria de Planejamento, mas o Credjuv não. O Credjuv é para todo mundo que é jovem, de 18 a 29 anos pode pegar o crédito, pode ser empreendedor (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Além do recorte de idade, para solicitar o crédito o jovem precisa ter realizado um curso de qualificação empreendedora nos últimos 3 meses. Os cursos são oferecidos por parceiros por meio dos CRJs, como, por exemplo, pelo Programa EmpregaJUV, que oferta qualificação profissional em parceria com o Senac, Sesc e Fecomércio-ES:

Então, (o curso de qualificação empreendedora) é algo que precisa, a partir do banco, ter. E aí, os CRJs fornecem os cursos. Os parceiros, por exemplo, através da EmpregaJUV, fornecem os cursos. Então, assim, a gente já tem esse diálogo com os parceiros na qualificação. Muitos jovens, antes mesmo do Credjuv ser realmente efetivado, já tinham recursos de qualificação, enfim, para essa juventude. E geralmente são com esses parceiros, né, que são colocados, enfim, no Credjuv. Então, assim, também é todo um pensamento, toda uma logística de realmente efetivação dessa política. Se é o parceiro Senac, se são os cursos do Senac, né, enfim. Então, o jovem ou ele já está formado, ou ele vai entrar no EmpregaJUV e vai formar, e a partir disso ele vai conseguir o crédito. Então, o pensamento que a gente tem, o que a gente desenha, é tudo isso, é toda uma cronologia, é todo um pensamento para a efetivação do acesso (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Além disso, o Credjuv possui algumas especificidades que o diferencia de outras linhas de crédito, já que pretende **“descomplicar” o acesso das juventudes aos recursos:**

37 - Bianca, Coordenadora de política de juventude.

O crédito para o jovem precisa ser descomplicado, porque o que é muito complicado, o jovem acaba não conseguindo ser atendido, né? Porque é isso, um jovem que acabou de fazer 18, acabou de fazer o curso, um jovem que já tem 25 anos, mas que ele agora descobriu que não quer fazer faculdade e quer abrir um espaço, ou então já formou na faculdade e quer ter um escritório, esse jovem precisa de um auxílio. E aí esse auxílio entra na gente, enquanto Secretaria de Direitos Humanos mesmo, entendendo, descomplicando e fazendo esse diálogo, como eu falei, de sub para sub, ou de secretaria para secretaria, de gabinete para gabinete. Porque a gente precisa descomplicar as coisas para a juventude, porque a juventude está em todo espaço, nós somos o presente, e a juventude quer estar agora empreendendo, a juventude agora quer empreender (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Dessa forma, **o estado se coloca enquanto fiador no processo de empréstimo,** para que o programa alcance os jovens de mais baixa renda:

O CredJuv foi isso, né? É o crédito porque a juventude do Espírito Santo quer ser empreendedora. Então, por que não? A gente ia no Banestes e falava "Banestes vamos dar um crédito para esse jovem", "ah, mas ele precisa de alguém responsável", alguém responsável vai ser ele, o governador Casagrande, vai ser isso, porque o jovem do interior do estado, ele não consegue essa vasta lista de documentos para ele conseguir abrir o espaço dele, mas a gente consegue ajudar, a gente é o governo, então acho que a gente vai nesse caminho também, né? Por que a gente não pode fazer? Quem nos impede? O governo somos nós, então se o governo somos nós, quem tem que fazer é a gente, a gente se veste nessa camisa muito bem e fazemos isso, humildemente, mas fazemos muito bem também. [...] E aí o fiador desse jovem dentro do CredJuv é o governo do Estado. O fiador do jovem empreendedor vai ser o governo, porque a gente entende como é que funciona a organização das famílias atuais, das famílias desse jovem especial que a gente quer atender (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

c) Implementação

O Nossocrédito Juventude Empreendedora "não fica preso nos municípios do Estado Presente"³⁸, alcançando **jovens de diferentes perfis, com diferentes necessidades.** Nesse contexto, segundo os gestores públicos envolvidos com a política, as juventudes nem sempre optam por solicitar o valor máximo de contratação (R\$ 5 mil):

38 - Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude.

E esse crédito vem para isso também, né? Não precisa pegar 5 mil. Tem jovem que pega 2 mil, 3 mil para comprar sua máquina de cortar cabelo, sua máquina de fazer o gel e aí o de depilação também, que é uma coisa que está muito agora em alta (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Para ter acesso ao crédito, os jovens podem procurar o Banestes, os CRJs, ou até mesmo as prefeituras de sua cidade. Nesses espaços, estão pessoas à disposição para atendimento. A solicitação também pode ser feita pela internet, aspecto que, conforme os gestores, facilita o trabalho de implementação do programa:

O Nossocrédito, por exemplo, não precisa de um espaço físico, não precisa, né, de um profissional ali, 24h para conseguir garantir o acesso ao Nossocrédito, (o jovem pode acessar) a partir da internet. Ou pode chegar mesmo no próprio Banestes, ou chegar no próprio CRJ, a gente consegue garantir. Então, o Nossocrédito, né, comparando aí com o EmpregaJUV, tem essa diferença por isso, né, porque a gente precisa de um pouco menos, eu acho que de trabalho manual, enfim (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Essa agência de crédito (do estado) tem parceria com todas as prefeituras. E em todas as prefeituras, ela tem um agente de crédito. Então, o jovem que porventura não conseguia acessar o crédito, solicitar o crédito pelo site, ele poderia, na prefeitura, fazer o requerimento na prefeitura. Então, foi a forma que a gente conseguiu colocar para ter o acesso (Jiberlandio Miranda, Subsecretário de Estado de Políticas para as Juventudes).

Além disso, no momento da contratação, os gestores pontuam o **esforço em dialogar com as juventudes, reforçando demais aspectos que acabam sendo relevantes para acessar o recurso financeiro, como o conhecimento do mercado de trabalho, e a importância de ser Microempreendedor Individual (MEI).** Para além de ser uma questão no processo de contratação, a pauta do MEI também objetiva chamar atenção para que o jovem se preocupe em ter acesso a demais direitos, como a aposentadoria.

A gente, lógico, né, que a gente espera que seja um jovem que já entenda, que já conheça o mercado de trabalho, que já conheça como é que funciona abrir um MEI, né, porque também é importante, porque senão, se perde, perde tudo, e aí não tem nada, não tem direito a nada no final, a gente espera também que paguem para conseguir aposentar um dia esses jovens, que agora todo mundo quer empreender, ninguém está pensando lá na frente, então essa é a nossa conversa também (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Quanto às formas de divulgação dos empreendimentos das juventudes, em 2024 foi realizada a Feira da Juventude Empreendedora. Organizada pelo estado, por meio da SEDH e da Aderes, a Feira consiste em um espaço que além de buscar divulgar o trabalho dos jovens e auxiliar na geração de renda, também procura expor negócios que tiveram o apoio das políticas públicas, seja por meio dos LabPocas e do EmpregaJUV nos CRJs, seja por meio do Credjuv.

Nós tivemos também aqui a Feira da Juventude Empreendedora, no qual nós garantimos que a juventude estivesse também no local, realizando as suas vendas, né, do seu material, da sua mão de obra (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

d) Governança

Como já afirmado, o Credjuv foi criado pela SEDH em parceria com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Estado (Aderes) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes). O Credjuv é fruto do Programa Nossocrédito, o qual foi instituído pelo governo do ES por meio do Decreto nº 1.203-R de 26, envolvendo também o BANDES e a SETADES.

e) Formas de monitoramento e avaliação

O diálogo entre os gestores do programa e as instituições financeiras é uma das formas de monitoramento do Credjuv. Nesse diálogo, a Aderes se tornou uma referência para acompanhamento da política, especialmente por ser a instituição que, por meio dos formulários de solicitação preenchidos pelos jovens no site, concede o crédito solicitado. A partir dos dados dos formulários, é possível observar as regiões de onde são realizados os pedidos e também demais informações como o “porquê o jovem conseguiu e o porquê ele não conseguiu”³⁹ acesso ao recurso. Nisso, tanto reuniões, quanto telefonemas entre as instituições envolvidas surgem como estratégias cotidianas de monitoramento.

Então, a gente semestralmente se reúne com a Aderes e aí eles têm esse panorama, porque como até a inscrição, a solicitação é feita a partir do site deles, eles quem têm esse controle maior do quantitativo de acesso. Então, eles demonstram para a gente como está o quadro, em quais lugares a gente conseguiu, por que conseguiu, por que não conseguiu, por que esse jovem não conseguiu. Então, é a partir desse diálogo que a gente tem com a Aderes, é o mesmo prédio que a gente está também, então até se a gente precisar de ir ali rapidinho, além do contato via telefone, né, a gente consegue

39 - Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes.

estar diretamente com eles ligados e a gente tem esse contato, mesmo assim, direto, né, porque também não é somente essa parceria específica que a nossa secretaria tem, são outras parcerias, né, outros espaços também que a gente está encaminhando com a agência aqui do Estado, né? Então, é a partir disso, assim, desse diálogo que a gente tem ou da necessidade que a gente tem mesmo, assim, de realizar, talvez, essa reunião um pouco antes, a gente repensar como que vai fazer, o que não está passando, porque a mulher jovem está indo, está tentando, né, na verdade, o crédito para a mulher e por que não está tentando o crédito para a juventude (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Na visão dos gestores, ter os direitos humanos como princípios auxilia na relação da SUBJUV com Banestes, especialmente quando o objetivo é superar os “gargalos” e disponibilizar o acesso das juventudes ao crédito.

A gente vai pensando como direito humano mesmo, como SUBJUV, como que a gente pode estar garantindo isso. Então, a gente vai pensando ideias, a gente vai pensando estratégias, o que a gente pode modificar e o banco vai falando. O banco não, a agência vai falando. A gente pode fazer isso, a gente não pode fazer isso. Vamos tentar melhorar isso? É divulgação que a gente está precisando? É de qualificação dos pontos focais que a gente tem aqui no Estado, que são os CRJs, para que essa juventude chegue. Por que não está chegando? É porque não tem analista? Então, o banco vai poder analisar? Então, assim, é toda uma estratégia, todo um trabalho que a gente vai pensando, vai desenvolvendo e vai afunilando mesmo, vai tirando os gargalos para a gente conseguir fazer com que a juventude acesse mesmo a esse crédito (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

f) Resultados

Apesar de já ter oportunizado, até o início de 2024, acesso a recursos a jovens residentes nos municípios de Colatina, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins, **ainda existem poucas informações sobre os resultados da iniciativa para as juventudes.** Em contrapartida, o Programa Nossocrédito “geral” no ES já vem sendo tema de algumas pesquisas que objetivam avaliar desde o seu impacto socioeconômico nos municípios capixabas (Caçador, 2014) até os determinantes do crédito do Programa em períodos específicos (Santos; Moreira, 2020). Essas análises contribuem para compreender tanto quais regiões do estado o Nossocrédito vem atingindo quanto o perfil dos beneficiários.

Os estudos reconhecem que o Programa Nossocrédito contribui para a melhoria do indicador municipal de desenvolvimento utilizado no estado, porém pontuam algumas fragilidades, especialmente por refletirem uma contradição entre o objetivo da iniciativa - atingir micro e pequenos empreendedores que não conseguem acesso a uma linha de crédito formal para a sustentação de seu

negócio - e o público que realmente é beneficiado. **Segundo as pesquisas realizadas, a iniciativa atende majoritariamente aos municípios mais populosos e com maiores PIB per capita**, enquanto os municípios considerados menos desenvolvidos, que destinam mais créditos para o setor informal e para tomadores do sexo feminino, contaram com um menor valor médio de crédito emprestados (Santos; Moreira, 2020).

Assim, apesar de o programa atender majoritariamente aos municípios considerados menos desenvolvidos pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal⁴⁰, percebe-se uma influência significativa das variáveis econômicas e sociais referentes a renda, população e desenvolvimento sobre a quantidade de crédito concedido aos municípios (Santos; Moreira, 2020). Esse contexto evidencia a **difficuldade do crédito em atender à população de mais baixa renda no estado** (Giuberti, 2008; Caçador, 2014; Santos; Moreira, 2020), além do desafio que o programa enfrenta em contribuir de forma efetiva para a redução da pobreza.

Mesmo com suas fragilidades, o programa tem como finalidade possibilitar elevação da renda e redução das desigualdades sociais e regionais do ES. Os desafios encontrados pelas avaliações tendem a servir de base para a melhoria e potencialização de um programa que se constitui em fator de incremento à economia capixaba, gerando e mantendo empregos (Premoli, 2011).

Apesar da falta de informações sobre os resultados do Nossocrédito direcionado às juventudes, **observa-se que os gestores envolvidos com o CredJuv já ponderam determinados avanços da política e seu alcance na vida dos jovens empreendedores:**

E aí isso é um diferencial também, porque é isso, a juventude está lucrando, mas não está "luxando", a juventude está "pocando"⁴¹ em muitos espaços, mas ela precisa também ter essa contrapartida do estado, e aí a gente se coloca enquanto fiador desses jovens que pegam o crédito, e aí a gente também coloca essa taxa pequena. Então é um case também que funciona muito, é novo, é recente, foi lançado esse ano e já funciona, né, já tem muitos jovens, eu não tenho dados agora de quantos jovens já conseguiram pegar o CredJuv, mas é uma quantidade expressiva (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Agora eu não tenho esse dado atualizado, mas até, acho que se eu não me engano, há um mês, pouquinho atrás, já eram mais, eu posso talvez conseguir chamar para vocês depois, mais de 300 jovens que já haviam solicitado esse crédito (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

40 - O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) analisa o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, em três áreas: emprego e renda; educação; e saúde.

41 - Gíria típica do ES, significando "arrebentar", "estourar", "destacar-se". A respeito, ver: <<https://www.agazeta.com.br/capixapedia/o-capixaba-esta-deixando-de-falar-pocar--o-povo-responde-1117>>. Acesso em 17 fev. 2025.

g) Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

Por fim, as pesquisas já realizadas sobre o Nossocrédito “geral” subsidiam a sistematização de lacunas em relação ao Nossocrédito para as juventudes, sobretudo no que se refere ao acompanhamento da quantidade de crédito concedido, bem como ao perfil de quem se está atingindo (gênero, raça/cor, classe e demais marcadores socioeconômicos). Ademais, questiona-se sobre os impactos do programa na redução da pobreza e no fomento da geração de renda dos jovens.

No que se refere ao Credjuv, segundo os entrevistados, dois aspectos surgem como desafiadores na implementação do programa: **o receio das juventudes em solicitar empréstimos, por ser percebido como uma dívida e representar instabilidade financeira; e as burocracias que ainda persistem para o jovem ter acesso ao crédito.** Esse último aspecto demonstra uma possível contradição sobre a proposta de o estado ser o fiador: ao mesmo tempo que objetiva facilitar os procedimentos, o estado também orienta que os requisitos para que o jovem possa ter acesso ao crédito sejam mais exigentes por envolver recursos públicos:

A gente chega nos ambientes, o jovem quer saber, o jovem às vezes não conhece, às vezes o jovem tem medo, porque houve muita coisa na internet, e a gente entende também como é que funciona, mas o nosso local é esse, de explicar que não vai ser um bicho de sete cabeças, que não vai ter um juro gigantesco, e aí ele pega 5 mil e fica devendo 30 mil para o banco, não é sobre isso, não é para isso, O crédito é para ajudar, não é para atrapalhar de forma alguma o nosso jovem (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

O Crédito jovem é o crédito para a juventude, então precisa de passar por uma lista, um pouco mais delicado para a gente conseguir, porque a gente fala de valor de dinheiro do estado, que está financiando um jovem (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

As pesquisas que avaliam o Programa Nossocrédito “geral” podem representar um ponto de partida relevante para o aprofundamento da avaliação do Credjuv, bem como para a compreensão das lacunas e barreiras enfrentadas na implementação dessa linha de crédito.

3.4.3

Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas (EmpregaJUV)

Quadro 11 - Síntese da Avaliação Executiva - Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas (EmpregaJuv)

Diagnóstico do problema	Criado como uma alternativa diante das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho enfrentadas pela juventude moradora de territórios de maior vulnerabilidade social do ES.
Desenho da política	O programa faz parte dos LabPocas e tem como público-alvo jovens de 16 a 29 que residam nas áreas de abrangência do Programa Estado Presente, visando ofertar 1.120 vagas de cursos de qualificação profissional, distribuídas em 56 turmas, ao longo de dois anos de parceria entre as instituições responsáveis pela iniciativa.
Implementação	Os jovens ganham acesso a uma variedade de cursos, que incluem desde áreas técnicas como jovem programador, operador de computador, programador web, até qualificações específicas como barbeiro, cabeleireiro, assistente administrativo e outros, conforme as demandas de cada região. Além disso, a SEDH oferece auxílio financeiro para passagem e alimentação. Para se inscrever nas vagas dos cursos, o jovem deve procurar o CRJ mais próximo de sua região.
Governança	Criado em 2024, o programa foi lançado no Diário Oficial por meio do Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Sistema S - Fecomércio-ES, Senac, e o Sesc. A parceria que deu origem ao EmpregaJuv visa facilitar o acesso dos jovens ao SENAC, ligando aquelas e aqueles que já frequentam os CRJs aos cursos profissionalizantes ofertados.
Resultados	Por ser recente, existem poucas informações sobre os resultados já atingidos. Entretanto, pondera-se que as juventudes que frequentam os CRJs dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Linhares, Vitória, Cariacica, Colatina e Vila Velha participaram do primeiro ciclo de oferta de cursos em setembro de 2024.
Impactos	Não foram identificados até o momento.
Formas de monitoramento e avaliação	O monitoramento do programa ocorre por meio do acompanhamento realizado dentro dos CRJs por equipes de assessoria que trabalham com a SUBJUV e fazem a gestão dos Centros. A partir da equipe, são realizados levantamentos sobre as demandas pelos cursos ofertados.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Dificuldade em cumprir as metas impostas pelo SENAC, principalmente pelas especificidades socioeconômicas dos jovens do território do Estado Presente; excesso de jovens sem documentos de identificação, como o RG; evasão por alguns jovens precisarem frequentar escolas de turno integral; e o deslocamento de professores, quando ocorre de o SENAC de um território não ofertar o curso demandado.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

a) Diagnóstico do problema

O Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas (EmpregaJuv) objetiva oferecer ferramentas e incentivos para que os jovens possam adquirir experiência, qualificação e, conseqüentemente, aumentar suas chances de empregabilidade⁴². O programa,

criado em 2024, está conectado aos LabPocas e aos CRJs. Assim como o LabPoca e o Credjuv, o EmpregaJuv origina-se como uma alternativa diante das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho enfrentadas pela juventude moradora de territórios de maior vulnerabilidade social do Espírito Santo:

Todo mundo quer ser empreendedor e abrir sua barbearia, seu espaço de estética e tal. E aí, a partir do Labpoca, foi pensado também o que mais poderíamos oferecer para esses jovens, entregando também o que é muito importante, que é o certificado. E aí, para o jovem, o certificado do SENAC é muito importante, né? A gente sabe disso desde sempre, desde o menor aprendiz, o jovem aprendiz e tal. A gente já conhece o quão importante é para os jovens ter um certificado de curso do SENAC. E aí, fizemos então essa parceria, né? Com o Fecomércio, SENAC e SESC, o jovem pode escolher fazer o curso dentro do CRJ ou lá no SESC, através da equipe do CRJ (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Entretanto, mesmo que o programa esteja conectado aos Labs dentro dos CRJs, ele representa uma extensão das atividades que são ofertadas nesses espaços, principalmente por conseguir ofertar uma gama maior de cursos profissionalizantes a partir do Senac. **Na percepção dos gestores envolvidos**

com as políticas para as juventudes, o “EmpregaJuv surgiu pensando que o jovem não poderia ficar só no CRJ, este era a base”. Assim, “o jovem que já participa dos CRJs é encaminhado para os cursos do SENAC por meio do programa”⁴³:

O jovem gosta de aprender, ele mostra para o CRJ, “eu quero aprender tal coisa, quero aprender estética”. E aí a gente sabe que o currículo de estética do Senac é vasto, é muito maior do que a gente consegue oferecer numa oficina do CRJ, né? E aí, levando então essa resposta de dar o curso para o Senac é muito melhor para gente, que aí eles conseguem também ter certificado, é uma parceria muito boa, para a gente também. E aí, a partir disso, LabPoca foi isso. Muita gente querendo saber de audiovisual, de estética, é o que o jovem quer aprender agora. E aí, levar isso para quem já trabalha com isso há muito tempo, para quem já tem essa especialidade como o Senac, para a gente foi um ganho muito grande, né, mais do que para a gente, para os jovens (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

42 - Mais informações disponíveis em: <<https://juventudes.es.gov.br/empregajuv>>. Acesso em: 16 out. 2024.

43 - Jiberlandio Miranda, Subsecretário de Estado de Políticas para as Juventudes.

b) Desenho da política

O Programa é destinado a jovens de 16 a 29 anos que frequentam os CRJs ou que residam nas áreas de abrangência do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Criado em 2024, o Programa ofertará 1.120 vagas de cursos de qualificação profissional, distribuídas em 56 turmas, ao longo de dois anos de parceria entre as instituições responsáveis pela iniciativa:

A gente tem o nosso mais alto programa, que é o Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional, que se chama EmpregaJuv no qual a gente, na verdade, cursos, né, são voltados para esses jovens que frequentam o Centro de Referência das Juventudes, que moram ali, né, ao redor, enfim, do território, que é atendido pelo Estado Presidente de Defesa da Vida, e aí, dentro dessa pegada de 16 a 29 anos serão ofertados 1.120 vagas de curso de qualificação profissional para essa juventude, e também, né, vai ter um período, né, dentro dessas vagas que a gente vai fazer dentro do CRJ essa qualificação como se fosse um menor aprendiz, que a gente chama aqui, né, porque é uma parceria que a gente tem com o SESC, com o SENAC, quem é que aplica o curso e com o Fecomércio (Cristhianny Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

O EmpregaJuv, na mesma linha dos Labs, almeja **impactar o cenário tanto do mercado de trabalho quanto das vulnerabilidades das juventudes à violência, por meio do oferecimento de um espaço que o jovem possa frequentar no contraturno escolar.** A partir disso, são pensados determinados requisitos como a **necessidade de documento de escolaridade para realização do curso,** para que a participação no programa também incentive o jovem a estar nas escolas e a ocupar o espaço dos CRJs:

O local do jovem está antes e depois da escola, né? Que é isso, que é o que a gente pensa muito, é importante a gente debater sempre a não evasão na escola, e o CRJ faz esse trabalho muito bem, inclusive, né, é um equipamento de encaminhamento, então conversa com jovens, e aí tem que estar certinho na escola, para cumprir as oficinas e tudo mais, inclusive para fazer o curso do EmpregaJuv, tem que ter escolaridade ali, documento de escolaridade, mas e o pós-escola, né, ficam na escola de sete a meio dia, oito a um de manhã, às vezes dezoito horas, e horas depois, onde estão? Estão na rua, estão, né, às vezes conhecendo coisas que não são certas, e aí é esse o local mesmo, né, o CRJ vem para ser esse local para o jovem de acolhimento, para ele não ficar disperso na rua, e aí a mercê de tantas coisas que a rua tem a oferecer, né? E o EmpregaJuv também entra nessa parte, porque é isso, por que não passar essas horas que ele não está na escola aprendendo e se qualificando? [...] É o que o jovem vai fazer nesse meio tempo aí fora da escola ou no fim de semana, conhecer mais coisas também, para além do que o currículo na escola apresenta, e acho que é isso, é nesse meio caminho também (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Além disso, **impactar as juventudes dos territórios contemplados pelo Programa Estado Presente surge como uma estratégia para garantir o acesso dos jovens aos cursos.**

Então, até mesmo na estratégia de pensar sobre quais territórios, como a gente conseguiria, né, realizar, a gente vê que, né, 75% dos nossos CRJs, ou 80%, estão dentro da Grande Vitória, alguns, na verdade, né, alguns não, mas dois, um, Cachoeira de Itapemirim no Sul, a gente tem em Colatina, a gente tem em São Mateus, em Aracruz, que são um pouco mais para o norte, em Linhares. Mas são locais, por exemplo, que nós temos o SENAC próximo, pensando aqui no EmpregaJuv. Ou no local, que eles conseguem estar realizando ali essa atividade, porque eles estão também no território do Estado presente. Então, a gente utiliza desse específico, no caso do EmpregaJuv, desse cenário de utilização dos próprios CRJs para a gente conseguir garantir o acesso a essa juventude (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

c) Implementação

A partir do programa, os jovens ganham acesso a uma variedade de cursos, que incluem desde áreas técnicas como jovem programador, operador de computador e programador web, até qualificações específicas como barbeiro, cabeleireiro, assistente administrativo e outros, conforme as demandas de cada região. Ademais, para auxiliar a participação nos cursos, a SEDH oferece auxílio financeiro para passagem e alimentação.

Para se inscrever nas vagas dos cursos, o jovem deve procurar o CRJ mais próximo de sua região, onde receberá informações e encaminhamentos necessários para participar do programa. **Além dos cursos, a partir do Sesc o jovem também tem oportunidade de acessar espaços de lazer nos finais de semana:**

E aí entra o Sesc também, nessa parceria, dando o direito ao lazer para o jovem, que está no nosso estatuto, que é muito pedido também para os jovens, e aí é uma parte do EmpregaJuv, que é os fins de semana, que o jovem pode ir no Sesc, pode passar a semana toda lá no Senac, fazendo curso, fim de semana vai para o Sesc, vai curtir a piscina, então o EmpregaJuv foi, assim, um case, né. Está no piloto, estamos no projeto piloto, acabamos agora o primeiro ciclo, mas já é um case de sucesso, já funcionando bem para a nossa juventude (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Observa-se, ainda, que na normativa que descreve o modelo de aprendizagem do programa, o EmpregaJuv terá uma nova vertente destinada para a **qualificação de jovens de 15 a 17, que terão acesso a vagas de menor aprendiz:**

O (novo modelo de) aprendizagem vai ser uma coisa muito mais alta, porque são jovens menores, jovens de 15 a 17. É como se fosse o menor aprendiz. Então, o jovem vai se inscrever dentro do CRJ e o SENAC vai levar ele para a empresa logo para ele trabalhar já numa empresa de jovem aprendiz. Então, vai ter agora também esse curso de aprendizagem que está dentro do acordo de cooperação (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

d) Governança

O EmpregaJuv é um programa que “vem do LabPoca”⁴⁴, ou seja, dos espaços dentro dos CRJs destinados para “o jovem aprender, se colocar na área de empregabilidade”⁴⁵. O programa foi lançado no Diário Oficial por meio do Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Sistema S - Fecomércio-ES, SENAC e o SESC. Apesar de já ter ocorrido o primeiro ciclo de cursos do programa, no Acordo é descrito um modelo de aprendizagem ainda a ser implementado:

O acordo de cooperação é entre a Secretaria de Direitos Humanos e a Fecomércio, SESC e SENAC. Porque a gente tem esse documento explicando o que vai ser. E aí tem um modelo de aprendizagem, que é um novo, que não entrou nesse primeiro ciclo, mas vem agora, porque isso foi um piloto, e esse piloto a gente tinha tanta coisa para resolver que a gente não entrou na aprendizagem. [...] O acordo de cooperação fala que os cursos são ofertados no equipamento ou dentro das dependências do SENAC. O acordo de cooperação explica tudo certinho. O extrato saiu na semana passada, no Diário Oficial, e já está divulgado e publicizado (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

A parceria que deu origem ao EmpregaJuv visa facilitar o acesso dos jovens ao SENAC, ligando aquelas e aqueles que já frequentam os CRJs aos cursos profissionalizantes ofertados. Nesse processo, observa-se a **relevância do diálogo construído entre as instituições no auxílio para que os jovens consigam seus certificados:**

Então, o SENAC vem para o CRJ e eles o curso no CRJ, ou vice-versa. E aí, a gente tem essa contrapartida para que o jovem também consiga estar no curso. Ou é passagem, é o lanche. Então a gente consegue também fazer esse trabalho para garantir o acesso mesmo ao jovem. Além de deixar lá a política, porque é um curso, porque tem que fazer, porque a gente tem que executar a política, não. A gente também já dá o caminho para que o jovem realmente consiga ficar no curso, não evadir do curso,

44 - Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude.

45 - Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude.

né? E ter a possibilidade de se qualificar e profissionalizar. Então, tudo que a gente faz aqui no estado, a gente já faz pensando também quais problemáticas podem surgir e o que a gente, como Secretaria, pode fazer para poder estar conseguindo garantir que realmente essa política atinge esse jovem, não fazer política por fazer política, mas realmente de garantir até mesmo o acesso a essa política, a essas políticas (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

e) Formas de monitoramento e avaliação

Os gestores envolvidos descrevem que **foram estabelecidas metas de turmas por CRJ, com o objetivo de cumprir “uma quantidade de turmas por território”⁴⁶**. Assim, o monitoramento do programa ocorre por meio do **acompanhamento realizado dentro dos CRJs por equipes de assessoria que trabalham com a SUBJUV e fazem a gestão dos centros**. A partir da equipe, são realizados levantamentos sobre as demandas de curso e acompanhamentos sobre aspectos do seu funcionamento, “se está funcionando ou se não está”⁴⁷:

Então, a gente vai muito lá dentro dos equipamentos e a gente tem uma outra equipe que cuida totalmente só dos CRJs. Então, a gente faz essa política toda de juventude aqui na Sub, eu, a Cris, a Joyce, mas a gente tem essa equipe de assessoria aqui na Secretaria de Direitos Humanos que faz a gestão inteira dos CRJs. E aí, esse acompanhamento é feito bem lá dentro mesmo, o que está acontecendo. Teve CRJ e não foi. Aquele curso que dois meses atrás o jovem queria, agora eles já não querem mais. E aí essa é uma parte que a gente faz, não é o SENAC. É a nossa gestão, a gestão das categorias de direitos humanos que vai lá e fala, “tá, então vocês querem fazer o quê?” “A gente quer fazer audiovisual”, então ótimo. Então vamos atrás do SENAC, vai até na porta do SENAC, “gente, vamos ter que trocar o curso.” E aí essa é a nossa parte, né, de ir indo lá e acompanhando, tá funcionando, não tá, por que está faltando muita gente, a turma abriu, só tem duas pessoas vindo, o que está acontecendo? (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Então, para o monitoramento do serviço, o contato ocorre entre a SUBJUV e os CRJs. **A Subsecretaria trabalha nesse “meio caminho” entre o SENAC e os Centros de Referência mediante um acompanhamento “mensal ou quinzenal com as equipes”⁴⁸**. As ferramentas de acompanhamento utilizadas são planilhas onde se registram informações sobre o histórico de cada jovem e os cursos em que estão matriculados:

46 - Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude.

47 - Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude.

48 - Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes.

E aí essa é a nossa parte, né, de fazer esse contato, [entre] o Senac e o CRJ, porque o Senac não faz contato direto ao CRJ, o Senac faz contato com a gente [SUBJUV] e a gente faz contato com o CRJ, mesmo que eles estejam lá dentro, ofertando o curso e tudo mais, o que acontece sobre a parceria, tá indo o jovem, ou não tá indo o jovem, não chegou o documento de matrícula, ou então tá indo jovem até demais, tá tudo muito bom. É a gente que sabe primeiro e aí depois a gente passa para a gestão dos CRJs mesmo, dos equipamentos, né, porque a coordenação que tá lá na ponta não precisa ficar também nesse meio do caminho, e aí a gente que faz essa gestão de perto mesmo do cenário, acompanhando os documentos que sobem, que não sobem, uma planilhazinha de quando começa, quando termina (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Esse acompanhamento possibilita a aproximação com a demanda das juventudes, entendendo-se quais cursos podem ser ofertados nos próximos ciclos:

Mas está funcionando, está encaminhando, e onde não estava encaminhando, a gente conseguiu conversar com o jovem mesmo, que é a base, que é eles, o curso para eles. Entender para que mudar, se vai mudar, se não vai. Um exemplo também foi um CRJ que pediu o curso de jovem programadora, e aí teve poucas inscrições, porque era só para as meninas. E aí a gente foi lá, conversou, “então vamos trocar”. E aí trocou para programador. E aí sim, teve uma galera se inscrevendo. E é isso, é fazer esse contato próximo, né? Perto da gente que tem já a gestão e a gerência das equipes (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

125

f) Resultados

Por ser um programa recente, **existem poucas informações sobre os resultados já atingidos pelo EmpregaJuv.** Entretanto, observa-se que as juventudes que frequentam os CRJs dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Linhares, Vitória, Cariacica, Colatina e Vila Velha participaram do primeiro ciclo de oferta de cursos em setembro de 2024.

Segundo gestores envolvidos, os jovens com certificados representam uma conquista para o programa, especialmente pelo baixo número de evasão obtido:

Mas os jovens, a gente teve então acho que duas evasões, no máximo, porque o jovem gostou mesmo, e querem já seguir para o próximo ciclo. [...] E é isso, é o fim dessa turma com jovens já prontos. A gente pretende fazer uma formatura para esses jovens, então ainda não teve esse momento solene, mas para a gente é importante fazer um dia no Sesc, que aí o jovem já se forma e já vai lá curtir o dia dele. Então a

gente pretende fazer essa combinação também do curso. Mas, por enquanto, já estão todos formados no SENAC, com seu certificado já, vão ver os pontos para trabalhar (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

g) Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

Algumas lacunas de implementação foram elencadas pelos gestores públicos envolvidos com o EmpregaJuv: **difículdade em cumprir as metas impostas pelo SENAC, principalmente pelas especificidades socioeconômicas dos jovens do território do Estado Presente; e excesso de jovens sem documentos de identificação,** como o RG. Essa segunda lacuna tem relação direta com a primeira, pois **sem os documentos exigidos para a matrícula, perduram determinadas dificuldades para a inclusão dos jovens nos cursos ofertados:**

E aí tem a questão também do que foi escolhido, os cursos escolhidos, porque para a gente cumprir essa meta também não dá para a gente impor uma meta de “vamos bater vinte nesse CRJ, mas vocês vão fazer estética”, mas o jovem quer audiovisual naquele CRJ. Então, o SENAC, junto com a nossa equipe da SEDH, fez esse cálculo de quantos seriam por turma, por dia, por semana, e aí a gente fez essa apresentação, essa contrapartida, foi bem difícil, porque tem essa questão também, os nossos CRJs estão em municípios e em bairros do Estado Presente Pela Vida e o estado presente pela vida está em municípios e bairros que têm já muitos problemas socioeconômicos, muitos problemas políticos, da geografia mesmo, dos ambientes, e aí a gente sabe o quanto difícil seria, e foi realmente, porque tem muito jovem com evasão, muito jovem que não está na escola, muito jovem que não tem documento. Então, a quantidade de jovens sem RG é uma questão, assim, para a gente, para mim, inclusive, eu fico chocada o quanto jovem que não tem um assistidor de nascimento. E isso foi uma questão para a gente bater essas metas (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Então, nós temos um termo de colaboração entre as partes, entre os parceiros, e aí a gente faz todo o diálogo construindo esse programa com o CRJ, entendendo as especificidades de cada território, da juventude daquele território. Só que, como eu disse também anteriormente, existem algumas diretrizes que a gente precisa seguir a partir, por exemplo, do SENAC, que é o Espaço de Aprendizagem Comercial, que precisam do documento de identidade, do CPF e do comprovante de residência (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Uma terceira barreira descrita pelos gestores foi a ocorrência de evasão, que apesar de pequena, aconteceu por alguns jovens precisarem frequentar escolas de turno integral, o que impossibilita o contato com os Labs e o Empregajuv no contraturno:

Então, essa primeira turma que fechou foi no CRJ de São Torquato, né, que é em Vila Velha, um bairro de Vila Velha, e foi uma turma de barbearia. E aí, essa turma, né, entendendo também o que os jovens queriam. Lá o LabPoca é audiovisual também, então são duas frentes muito chamadas por todos os CRIJs. E aí o curso era no SENAC de Vila Velha, não era um curso feito dentro do equipamento, era lá dentro do SENAC. E os jovens cumpriram todo, não teve, tivemos acho que duas evasões, mas por questões também de escola, que estudavam no contraturno, e aí teve que trocar, a gente também está com a implementação de Escolas Integrais aqui no nosso estado, então isso acabou sendo um gargalo no meio desse caminho (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Além disso, as diversas demandas, como retorno de e-mails, resolução de problemas na matrícula, o diálogo entre o SENAC e o CRJ, entre outras tarefas, demandam uma **rotina de trabalho desafiadora para uma equipe pequena, como é o caso na SUBJUV:**

Então, tudo aquilo que demanda muito mais, a gente traz mesmo para a realidade. A gente trabalha com a realidade mesmo. A gente vai conseguir chegar no lugar, vai conseguir fazer um curso? É diferente de outras secretarias que conseguem chegar até lá. Mas a gente tem o recurso? A gente vai ter carro suficiente? A gente está falando de uma secretaria pequena de oitenta pessoas. Então, assim, e que não é uma secretaria de assistência, que está garantindo o direito do ano. Então, a gente ainda se esbarra nisso ainda, porque dependendo ainda da política, às vezes não vai ser nossa, vai ser transferida, enfim, ou pensada em uma outra secretaria em um outro local (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Outro desafio consiste no **deslocamento de professores**, quando o SENAC de um território não oferta o curso demandado:

Um exemplo do EmpregaJuv, né? No qual a gente não tem, por exemplo, o SENAC específico. Então, o deslocamento de um professor para dar um curso de qualificação. Até nessas estratégias a gente pensa para que a gente realmente consiga efetivar a política. Fazer a política por fazer a política é muito fácil. A gente falar que entregou, a gente falar que fez, que assinou a documentação, e deixa para lá e cada um se resolve (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Diante desses desafios, vão surgindo estratégias que visam que o programa atinja os jovens conforme as especificidades das juventudes e dos territórios em que elas residem. **Uma delas consiste no esforço dos CRJs junto à SEDH de auxiliar o jovem no processo de organização e solicitação dos documentos necessários para participação nos cursos do EmpregaJuv.** Diante do grande número de jovens sem RG, foram adotadas estratégias para que os jovens não perdessem a oportunidade de participar dos cursos, como o próprio encaminhamento aos CRAS de referência dos territórios para que pudessem adquirir documentos importantes no processo de matrícula nos cursos de qualificação:

Mas eram metas impostas já pelo SENAC, que a gente conseguiu algumas mexer um pouquinho, pôr em tenda aquele território jovem não tem certidão de nascimento, não tem como tirar a certidão de nascimento porque ele não tem contato com os pais. Então, são muitas questões que a gente chegou ali, não dá para gente bater, então, uma meta de vinte pessoas numa turma específica, à noite, de depilação, porque essa meta, infelizmente, não nos atende. Então, teve essa meta, sim, do SENAC, mas teve essa contrapartida nossa de, calma, a gente vai ajudar, a gente vai dar o jovem, mas não essa quantidade toda, mas o máximo que a gente colocou, a gente conseguiu cumprir, e isso é muito bom e muito importante para a gente, porque é isso, é o máximo de jogos que a gente consegue, é o que eles desejam ali naquele território, e a gente está conseguindo chegar (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Então, as diretrizes são postas a partir dos nossos parceiros. E a gente vai pensando através do direito humano mesmo, da realidade das juventudes, o que a gente pode fazer, como a gente pode ser mais maleável aqui, o que a gente pode modificar para que seja realizada mesmo essa inscrição. Então, a equipe do CRJ sabe que precisa do comprovante matrícula, que precisa desse documento de identidade com foto. Enfim, e aí a equipe já vai trabalhando isso, né, como eu disse, os jovens chegam, né, às vezes sem a documentação, o CRJ sabe que é um espaço de encaminhamento, então encaminha esse jovem para o CRAS, encaminha esse jovem para aquele espaço para tirar gente do documento, enfim, é toda uma formação mesmo de vida, assim, que os CRJs fazem, né, e aí as opções de curso, por exemplo, é montado, né, uma tabela, com um leque de cursos, e aí o próprio CRJ, a partir do diálogo com essas juventudes que escolhem o curso, que escolhem o turno, que escolhem se o curso vai ser no CRJ ou se o curso vai ser no SENAC, a partir da realidade dele. Então, assim, realmente pensado para a efetivação dessa política específica (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

3.5 Desporto e Lazer

3.5.1 Jogos Escolares do Espírito Santo (JEES)

Quadro 12 - Síntese da Avaliação Executiva - Jogos Escolares do Espírito Santo (JEES)

Diagnóstico do problema	A iniciativa busca aumentar a participação de jovens em atividades esportivas.
Desenho da política	Os Jogos são realizados no território estadual, e o público-alvo são estudantes das faixas de 12 a 14 anos e 15 a 17 anos. A metodologia de organização dos Jogos é regida pelo Regulamento Geral JEES, publicado a cada ano.
Implementação	Desde 2019, são realizadas edições anuais dos Jogos, divididas em etapas regionais, com uma final estadual que encaminha os vencedores para os Jogos Nacionais.
Governança	Ação promovida pela Secretaria de Esportes e Lazer (SESPORT) em parceria com a Federação Capixaba de Desporto Escolar (FECADE).
Resultados	Em 2024, o governo do estado estimou a participação de cerca de oito mil estudantes. Apenas na etapa infantil dos JEES, o investimento foi de R\$2,3 milhões.
Impactos	Não foram identificados até o momento.
Formas de monitoramento e avaliação	O monitoramento ocorre pela contabilização de participantes, sem maiores detalhes sobre avaliação de impacto da iniciativa.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Ausência de informações sobre o perfil dos jovens participantes. Possibilidade de aperfeiçoar o relatório de informações prestado pelos municípios ao governo estadual, contendo dados sobre participantes.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

Os Jogos Escolares do Espírito Santo (JEES) são uma ação recorrente, promovida pela Secretaria de Esportes e Lazer (SESPORT) em parceria com a Federação Capixaba de Desporto Escolar (FECADE) desde 2019. **As atividades são realizadas anualmente, e o público-alvo são os estudantes matriculados em instituições de Ensino Fundamental e Médio, particular ou privado, do Espírito Santo, nas faixas 12 a 14 anos e 15 a 17 anos.** A iniciativa está associada ao Eixo VIII

do Estatuto da Juventude, voltado ao Direito ao Desporto e ao Lazer.

Os JEES têm a finalidade de aumentar a participação de jovens em atividades esportivas, além de fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos, possibilitar a identificação de talentos nas escolas e contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos. As competições são divididas em etapas regionais,

com uma final estadual (cujos campeões seguem para as etapas nacionais), e envolvem modalidades esportivas individuais, coletivas e paralímpicas. A metodologia de organização dos jogos é regida pelo Regulamento Geral JEES⁴⁹, publicado a cada ano.

A principal forma de monitoramento dos resultados da ação é a contabilização geral do público participante, sem maiores detalhes sobre avaliação de impacto da iniciativa.

De acordo com esse acompanhamento, o número de participantes tem aumentado a cada ano: em 2019, os JEES alcançaram 332 escolas em todo o estado, sendo 282 públicas e 50 particulares, em 62 municípios, significando um total de 5.467 atletas. Em 2024, a previsão era de que, no total, cerca de oito mil estudantes das redes pública e privada participassem das disputas. Não são divulgadas informações sobre o investimento total do estado na ação, mas há notícias de que, apenas

na etapa infantil dos JEES, o investimento realizado via Secretaria de Esportes e Lazer foi de R\$ R\$2,3 milhões.

Algumas lacunas podem ser observadas em relação ao monitoramento da ação, como por exemplo a ausência de informações sobre o perfil dos jovens participantes

(região do estado que representam, faixa etária, perfil socioeconômico, entre outros). De acordo com o regulamento dos jogos, as secretarias ou órgãos gestores municipais, que organizam os jogos e classificam as equipes vencedoras para a Etapa Regional, devem enviar ao governo do estado um relatório final contendo o quantitativo de escolas participantes, atletas inscritos, modalidades realizadas, categorias infantil e juvenil etc. Seria interessante observar como é feita a análise desses dados pelo estado, e se haveria a possibilidade de aperfeiçoar esses quesitos do relatório, incluindo mais informações sobre participantes.



Foto: Centro de Referência das Juventudes (CRJ) Feu Rosa

49 - Disponível em: <<https://sesport.es.gov.br/Media/Sesport/GEECL/REGULAMENTO%20GERAL%20-%20JEES%202024.pdf>> Acesso em 27 set. 2024.

3.6 Sustentabilidade e Meio Ambiente

3.6.1 Projeto MiniCOP

Quadro 13 - Síntese da Avaliação Executiva - MiniCOP

Diagnóstico do problema	Proporcionar aos jovens capixabas contato com acontecimentos internacionais e participação em debates para a resolução de conflitos.
Desenho da política	A MiniCOP é uma experiência imersiva de debates sobre políticas públicas em mudanças climáticas, simulando uma COP. O público-alvo são jovens entre 18 e 29 anos.
Implementação	As duas primeiras edições ocorreram em 2024, em junho e setembro. Foram lançados editais de seleção, divulgados em instituições de ensino e nas redes sociais.
Governança	Iniciativa realizada pela SEAMA em parceria com organizações do setor privado relacionadas à temática ambiental.
Resultados	No total, 74 jovens participaram dos debates nas duas edições.
Impactos	Não foram identificados até o momento.
Formas de monitoramento e avaliação	Não foram identificadas até o momento.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Não foram identificadas até o momento.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

A MiniCOP⁵⁰ (Simulação da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) é um projeto realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), **que objetiva possibilitar aos jovens capixabas de 18 a 29 anos a oportunidade de desenvolverem suas capacidades de percepção e compreensão de acontecimentos internacionais, compreenderem de que forma as realidades dos países dialogam**

(ou não) com esses acontecimentos e com outros contextos sociais, e pensarem possibilidades de solução de problemas e conflitos. Além disso, é uma oportunidade para os jovens desenvolverem suas habilidades de relacionamento, diálogo, argumentação, oratória e gerência do imprevisto. Em parceria com organizações do setor privado, como Vale, Marca Ambiental, ArcelorMittal e Suzano, a MiniCOP oportuniza para as juventudes

50 - Mais informações disponíveis em: <<https://seama.es.gov.br/minicop>>. Acesso em: 16 out. 2024.

uma experiência prática e imersiva nas discussões sobre políticas públicas em mudanças climáticas.

Dessa forma, o projeto busca estruturar estratégias em que a população e o poder público possam se conectar.

Para participar o jovem deverá se inscrever, indicar quatro opções de países de interesse. A alocação é feita pela coordenação da MiniCOP. O jovem interessado deverá preencher o formulário de inscrição com informações pessoais e assinalando estar de acordo com o edital. O edital será divulgado através de faculdades, universidades e redes sociais. A mesa diretora da MiniCOP contará com servidores da SEAMA conduzindo a simulação. Com apoio de organizações privadas, também ocorre uma premiação aos jovens que

mais se destacam durante a simulação, incluindo uma viagem à Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP).

A 1ª edição do MiniCOP ocorreu entre os dias 24 e 26 de junho de 2024 dentro da programação do Sustentabilidade Brasil, e a 2ª edição entre os dias 13 a 15 de setembro de 2024, no Palácio Anchieta. Ao todo, 74 jovens capixabas ou residentes no Espírito Santo tiveram a oportunidade de experienciar de forma imersiva as complexas discussões sobre políticas ambientais e mudanças climáticas.

Não foram identificadas informações que aprofundem sobre as lacunas e possíveis barreiras do projeto, tampouco sobre ferramentas de avaliação.



3.7 Segurança pública e Acesso a Justiça

3.7.1 Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens

Quadro 14 - Síntese da Avaliação Executiva
Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens

Diagnóstico do problema	Alta nos índices de violência do estado, sobretudo homicídios, vitimando majoritariamente jovens em contextos de vulnerabilidade.
Desenho da política	Atividades voltadas à promoção do debate público sobre o tema do extermínio de jovens
Implementação	Debate público por meio de palestras, seminários, cursos, livros, cartilhas, panfletos, reuniões públicas, dentre outros formatos, envolvendo o público em geral do estado, sobretudo interessados no tema e gestores de políticas de juventudes. A semana comemorativa é realizada na 4ª semana do mês de setembro de cada ano.
Governança	Sob responsabilidade da SEDH, por meio da Subsecretaria de Políticas das Juventudes, com auxílio do CEJUVE para organização da programação.
Resultados	Não foram identificados resultados já mensurados.
Impactos	Não foram identificados até o momento.
Formas de monitoramento e avaliação	Não foram identificadas até o momento.
Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro	Não foram identificadas até o momento.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

A ação foi criada em 2011, a partir da promulgação da Lei nº 9.646/2011. O contexto de promulgação da Lei decorre da Campanha Estadual Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, ocorrida no Espírito Santo em 2010. Por meio da Campanha, foram realizados debates, seminários, uma audiência pública, além de mobilização popular que reuniu mais de 60 mil pessoas nas ruas em protesto contra a violência e o extermínio de jovens (Oliveira, 2022, p. 221). Como decorrência do evento, algumas reivindicações foram sugeridas ao governo estadual, que, em janeiro de 2012, instituiu um Grupo de Trabalho voltado ao tema, através do Decreto nº 2948-R, de 18 de janeiro de 2012. Um dos resultados mais imediatos dessa mobilização foi a instituição da Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens.

Desde a promulgação da Lei, a ação ocorre anualmente⁵¹, fazendo parte no guarda-chuva de ações do Eixo XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça. A Semana é organizada e está sob responsabilidade da SEDH, por meio da Subsecretaria de Políticas das Juventudes, mas também conta com auxílio do CEJUVE como ator central na organização da programação.

Por meio das atividades de promoção do debate público, busca-se enfrentar o problema dos altos índices de violência letal que acometem a juventude do estado, sobretudo homens e negros. Outras temáticas das juventudes também são abordadas no período, sempre na intersecção com o tema da violência que atinge esse público.

O público-alvo é toda a população do estado, uma vez que os eventos são públicos e abertos, com atração especial daqueles que se interessam pelo tema ou estão diretamente envolvidos nas políticas de juventudes.

O objetivo da ação é a ampla divulgação da violência letal que acomete os jovens no estado, por meio de palestras, seminários, cursos, livros, cartilhas, panfletos, reuniões públicas, dentre outros.

A atividade é realizada na 4ª semana do mês de setembro de cada ano, com especial atenção para a data de 21 de setembro, quando está instituído o Dia Estadual do Combate ao Extermínio de Jovens.

Nas duas últimas edições, foi estabelecido um tema prioritário para a Semana, normalmente divulgado por meio de um slogan. Em 2024, o tema foi "Juventudes que movimentam Territórios, Territórios que movimentam Juventudes"⁵¹. As atividades que compuseram a Semana foram: atividades esportivas, exposição artística, rodas de conversa, workshop de dança, exposição fotográfica, entre outros. Em 2023, o tema foi "Nem presa, nem morta. A juventude negra quer viver e ter direito a políticas públicas!"⁵³, com atividades como exibição de documentário, batalha de rima, teatro, esquete e sessão solene na Assembleia Legislativa.

Sobre a última edição, do ano de 2024, Ramon, atual presidente do Conselho Estadual da Juventude, ponderou dificuldades para se abordar o tema da violência policial contra jovens, ocorrendo um certo esvaziamento da pauta:

Em setembro agora teve a Semana Estadual contra o extermínio de jovens, e a gente vê, aí foi uma avaliação feita dentro do Conselho, um processo de um esvaziamento dessa pauta. Porque é isso também, é uma semana tocada pelo Estado, que tem a obrigação de ser tocada pelo Estado, mas o Estado não quer falar sobre violência contra jovens (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

Não foram identificadas formas de monitoramento e avaliação da ação, tampouco resultados atingidos já identificados ou lacunas e barreiras de implementação.

51 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/semana-estadual-de-debate-contra-extermínio-da-juventude>>. Acesso em 16 out. 2024.

52 - Disponível em: <<https://juventudes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedh-realiza-semana-de-debate-contra-extermínio-da-juventude>>. Acesso em 16 out. 2024.

53 - Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedh-realiza-a-xii-semana-de-debate-contra-o-extermínio-de-jovens>>. Acesso em 16 out. 2024.





LACUNAS E RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO

Identificar as principais lacunas da política estadual de juventudes do estado do Espírito Santo, priorizando áreas de atuação.

Sintetizar recomendações voltadas ao governo do Estado do Espírito Santo, a partir dos dados coletados nas entrevistas de atores-chave e nos materiais de referência.

Apesar dos avanços reconhecidos nos últimos anos, são identificadas lacunas e barreiras para a implementação de políticas de juventudes. O quadro abaixo sintetiza as lacunas e barreiras identificadas pelos interlocutores da pesquisa. Por outro lado, com base no Atlas das Juventudes (2021)

e nas entrevistas realizadas com os atores-chave, viabilizou-se a sistematização de recomendações para os tomadores de decisão, visando superar esse conjunto de problemáticas. O quadro abaixo sintetiza as lacunas e as recomendações identificadas.

Quadro 15 - Síntese das lacunas e recomendações das políticas de juventude do ES

Lacunas	Recomendações
Insuficiente envolvimento dos municípios: há preocupação quanto à escassez de órgãos municipais voltados especificamente à pauta de juventudes.	Incentivo à criação de órgãos municipais voltados às juventudes. Oferecimento de suporte aos municípios para a criação de fundos municipais de juventudes. Favorecimento à inserção política local de jovens.
Processo de implementação do FEJUVES: embora tenha sido criado em 2021, o FEJUVES não se efetivou ainda, estando em fase final de implementação.	Garantia de orçamento próprio para as políticas de juventudes, indicando-o com nitidez nos instrumentos orçamentários. Promoção formas de repasse de recursos ao Fundo além dos previstos na LOA.
Escassez de recursos humanos na SUBJUV: a equipe da SUBJUV é enxuta, necessitando atuar dentro dos limites dos recursos humanos existentes.	Fortalecimento da SUBJUV. Atuação em parcerias intersetoriais, envolvendo outras Secretarias além da SEDH na coordenação de projetos e ações para juventudes.
Conflitos entre a política de juventude e a política de segurança: a persistência da violência policial nos territórios dos CRJs indica contradições entre a política de juventude e a política de segurança no estado.	Desenvolvimento de uma política alternativa de segurança. Estruturação da política de segurança pública a partir de processos e procedimentos nítidos e padronizados. Participação das juventudes negras e periféricas na reformulação das políticas de segurança.
Falta de um processo amplo de avaliação das políticas de juventude: necessidade de um processo mais amplo de avaliação, que seja capaz de publicizar e fomentar a escuta das juventudes de forma mais efetiva.	Investimento e desenvolvimento de novas pesquisas de monitoramento e avaliação das políticas para as juventudes.
Instabilidade das políticas de juventude: dependência de fatores contextuais para a continuidade das políticas de juventudes, havendo demanda por maior institucionalização dessas políticas.	Institucionalização e Legislação da Política para Juventudes no estado. Planejamento e implementação gradual de uma Secretaria das Juventudes.

Fonte: elaboração dos autores com base nos documentos públicos disponíveis e nas entrevistas.

4.1 Insuficiente envolvimento dos municípios

Os interlocutores entrevistados, ao apontarem a relevância do papel do governo estadual para as políticas de juventudes no estado, expressam **preocupação quanto à efetividade das ações nos diferentes contextos territoriais**, de forma a abranger juventudes urbanas, rurais, indígenas, quilombolas, entre outras. **A escassez de órgãos municipais voltados especificamente à pauta de juventudes é vista com preocupação**, por representar uma lacuna na efetivação das políticas. Nesse aspecto, os municípios são apontados como agentes relevantes tanto para a execução das iniciativas quanto para a comunicação sobre demandas de cada contexto territorial, já que é por meio deles que as ações estaduais podem gerar impacto prático:

Eu tenho certeza hoje que o principal gargalo que impede a política pública de juventude, de maneira geral, de avançar, são os municípios. É o fato de muitos municípios não terem órgãos de estudo de juventude, não terem conselhos municipais, não terem fundos, não terem nada para a juventude. Acho que isso faz com que a política de juventude não consiga se capilarizar, sabe? Ela não consiga criar raiz, assim, que as pessoas conheçam que existe uma política pública para a juventude (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

A estruturação de redes que envolvam também os municípios é vista como uma prioridade para os gestores e, por conseguinte, aposta-se no fortalecimento dos espaços de formação de redes, como o Fórum Estadual de Gestores de Juventude. Para os agentes entrevistados, o Fórum tem o papel de compartilhar informações sobre as políticas do tema, informar a gestão estadual sobre questões locais e, ainda, incentivar governos locais a criarem órgãos voltados às juventudes e promoverem iniciativas para uma participação mais significativa dos jovens no planejamento de políticas em seus territórios:

Estamos trabalhando muito no Fonajuve, que é o Fórum Estadual de Gestores de Juventude. São todos gestores municipais de juventude, mas são poucos, e aí isso é uma grande questão para a gente também, que as prefeituras não estão debatendo política de juventude, as prefeituras não têm ninguém que seja responsável sobre a juventude no município. Muitas, as que têm, estão ligadas ao esporte, porque enxergam o jovem apenas como nesse local, né, de jogar bola e só, é isso que o jovem vai fazer, e não tem esse grande debate. E o Fórum é também para isso, para fazer esse debate mais a fundo, incentivar, fazer pensar "Opa, olha aqui, o Estado está se organizando, então a gente vai ter que entrar". (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Nós estamos fomentando o Fórum de Gestores de Juventude, com as indicações das prefeituras desses nomes para a Secretaria. Para a gente conseguir pensar mesmo, de forma macro, na política de juventude, como está chegando, por que não está chegando, o que a gente pode fazer, de acordo com as realidades (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

Além disso, os desafios para o avanço das políticas para as juventudes no âmbito executivo municipal incluem a **escassez de fundos municipais e de conselhos municipais**, o que evidencia a dificuldade de capilarização da pauta:

A gente lançou também, há uns meses atrás, o Fonajuve, que é o Fórum Estadual de Gestores de Juventude. Então, são todos gestores municipais de juventude, são poucos, e aí isso é uma grande questão para a gente também, que as prefeituras não estão debatendo política de juventude, as prefeituras não têm ninguém que seja responsável sobre a juventude no município. Muitas, as que têm, estão ligadas ao esporte, porque enxergam o jovem apenas como nesse local, né, de jogar bola e só, é isso que o jovem vai fazer, e não tem esse grande debate, as que estão também dentro da Secretaria Municipal de Esporte tem, pelo menos, mas não tem fazendo esse debate a fundo, mas o Fórum é também para ter esse “opa, olha aqui, o Estado está se organizando, então a gente vai ter que entrar”. E aí é um ponto também (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

Aquilo que eu avalio que a política de juventude não deu conta de fazer e não avançou. Porque, por exemplo, lá atrás, 2020, quando começaram os processos de implementação dos CRJs, eu tinha uma teoria de que a implementação desses equipamentos, o alto investimento e principalmente os resultados dentro dos territórios, faria com que a gente avançasse em uma política pública que não fosse só no governo do Estado, mas principalmente nos municípios. Eu tenho certeza hoje que o principal gargalo que impede a política pública de juventude, de maneira geral, de avançar, são os municípios. É o fato de muitos municípios não terem órgãos de estudo de juventude, não terem conselhos municipais, não terem fundos, não terem nada para a juventude. Acho que isso faz com que a política de juventude não consiga se capilarizar, sabe? (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

Além desse desafio, a falta de diálogo com os municípios reflete na **dificuldade de funcionamento dos fundos para as juventudes já existentes**, devido à precariedade no diálogo entre fundos estaduais e municipais:

Então, aí eu vou ter um fundo de juventude estadual, e aí nem consigo dialogar esse fundo com os municípios, porque os municípios não tem um fundo estadual de juventude, não tem nada. Então assim, é uma coisa que parece legal, é legal para daqui a 20 anos, mas hoje é aquele capinar mesmo o terreno, é criar o fundo, é ensinar as pessoas, parece que a gente é muito preparado, talvez a gente seja muito preparado em outros estados, mas no Espírito Santo ainda é tudo muito novo, então a gente tem muitas dificuldades com relação a fundo aqui, como exemplo da criança e da pessoa idosa que ficam na secretaria e que a gente não consegue executar. Não sei se eu vou me surpreender muito positivamente, e vou conseguir executar o de juventude, mas acho que a gente vai esbarrar ainda, e muitas questões até fazer com que esses fundos funcionem. Então eu não vejo fundo, nem de longe, como algo que vá garantir sustentabilidade às políticas públicas, vai demorar um pouco (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).

4.1.1 Recomendações

a) Incentivo à criação de órgãos municipais voltados às juventudes

Conforme aponta o relatório Juventudes do Agora (2022), uma governança eficiente deve ser intersetorial, interfederativa e bem integrada às estruturas políticas e de governo. Isso significa estimular a **criação de órgãos dos poderes executivos locais especializados na temática de juventudes, de forma que possam acompanhar, fortalecer e ampliar iniciativas federais e estaduais.** É importante que o Poder Executivo estadual dê suporte aos entes municipais para a consolidação de estruturas de governo e **promova iniciativas para o compartilhamento de experiências,** como vem ocorrendo no Fórum Estadual de Gestores de Juventude.

b) Oferecimento de suporte aos municípios para a criação de fundos municipais de juventudes

Para a inclusão das juventudes como pauta relevante no orçamento público, é relevante que haja **previsão de orçamento próprio para as políticas de juventudes nos três níveis administrativos** (Atlas das Juventudes, 2021). Isso pode ocorrer por meio da inclusão da pauta nos instrumentos orçamentários dos municípios e, também, pela criação de fundos municipais. Assim como no Fundo Estadual, é possível prever a destinação de recursos específicos do município para o investimento em iniciativas que favoreçam as juventudes.

c) Favorecimento à inserção política local de jovens

Os Conselhos de Juventudes são os espaços de interlocução e debate entre as juventudes e o poder público, analisando, formulando e propondo ações para promoção de políticas públicas eficazes. A **construção e fortalecimento dos conselhos em nível municipal**, além de dar visibilidade às demandas específicas dos jovens do território, também auxilia os gestores em nível estadual e municipal na tomada de decisões apropriadas ao contexto local. Assim **como ocorre no caso de Vitória**, que possui um Conselho Municipal de Juventudes atuante, outros municípios se beneficiariam da instituição de conselhos municipais.

4.2 Processo de implementação do Fundo para as Juventudes do Espírito Santo (FEJUVES)

Nos relatos dos gestores das políticas de juventudes no Espírito Santo, reitera-se com frequência a estrutura orientada pelo que denominam “CPF”: Conselho, Plano e Fundo. Essas seriam as três principais estruturas que permitem o funcionamento de uma política de juventudes sistemática e continuada no estado: o Plano como um norteador estratégico das iniciativas em longo prazo; o Conselho como órgão de acompanhamento e fiscalização das medidas; e o Fundo como o financiador dos projetos.

Como já mencionado, **em 2021 foi criado o Fundo Estadual para as Juventudes do Espírito Santo (FEJUVES) com o objetivo de financiar as ações voltadas às juventudes**, sob a gestão da SEDH e com prestação de contas ao CEJUVE. **No entanto, o Fundo ainda não se efetivou**, e há, por parte dos representantes da sociedade civil, uma preocupação com o financiamento de políticas, como os CRJs, que, até o momento, são custeados pela parceria com o BID.

Ainda existe uma incógnita sobre como vai se dar esse processo de sustentabilidade desse equipamento público. Se o Estado vai arcar. Porque a gente tem uma perspectiva de fundo que não sai do papel. Ele tem a legislação que criou o fundo, mas não tem o decreto ainda. Então, o fundo não tem ainda a sua funcionalidade, mas a informação que a gente tinha tido anteriormente é de que a característica de como ele foi pensado não é para a manutenção de equipamento. (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE)

De acordo com os gestores públicos, o **Fundo está “em fase final de implementação”** e, uma vez aprovado, poderá servir para financiar iniciativas voltadas às juventudes, como os próprios CRJs, tornando-os parte das políticas de Estado do Espírito Santo a longo prazo:

E a gente também tem o fundo, que também é regulamentado, na verdade está na fase final de regulamentação e de execução desse fundo, para poder a gente ter esse recurso mesmo para a execução da política. Ele já foi aprovado na Assembleia, e é mais a execução mesmo dele, no qual a Secretaria de Governo solicita algumas informações, a Procuradoria Geral do Estado também solicita algumas informações. [...] E aí, o que a gente está trabalhando hoje é para a efetivação dos CRJs, porque a gente sabe que os CRJs são uma política de governo, e a gente está aí trabalhando muito para que se torne uma política de Estado (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

4.2.1

Recomendações

a) Garantia de orçamento próprio para as políticas de juventudes, indicando-o com nitidez nos instrumentos orçamentários

A previsão de orçamento próprio para as políticas de juventudes nos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA), por meio de programas e/ou objetivos e ações orçamentárias correspondentes, permite que os recursos para iniciativas voltadas às juventudes tenham **vinculação garantida à pauta** ao longo do período correspondente ao orçamento, não ficando sujeitos a disputas internas ou mudanças de prioridades de governo. Além disso, a delimitação nítida dos programas e ações nos instrumentos orçamentários **permite o monitoramento dos investimentos na temática** e a tomada de decisões estratégicas para o próximo período orçamentário.

b) Promoção de formas de repasse de recursos ao Fundo além dos previstos na LOA

Como um exemplo de experiência nesse sentido, o Fundo Estadual de Juventude do Estado do Rio de Janeiro (FUNJOVEM) estabelece, além da destinação de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual e **receitas decorrentes de doações e subvenções**, o repasse de 6% dos recursos arrecadados sobre a fabricação de bebidas alcoólicas e do fumo. De forma similar, o Fundo Estadual da Juventude do Estado de São Paulo (FUNDUVESP) determina como parte de seu orçamento o **repasse de multas decorrentes de penas pecuniárias** aplicadas às violações dos direitos de jovens. Conforme destaca o “Guia de Orientações sobre Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente” (2020), os **fundos podem funcionar como alternativas para ampliar a arrecadação pública**, por meio da promoção de **doações incentivadas** de pessoas físicas e jurídicas. Dessa forma, não há desembolso direto do contribuinte, mas dedução fiscal e direcionamento do imposto de renda diretamente para o Fundo, sem qualquer ônus. Outra possibilidade de recursos para as políticas de juventude pode envolver as **emendas parlamentares**.

Especificamente em relação à efetivação e acompanhamento dos investimentos dos Fundos, o Guia refere o protagonismo dos Conselhos (estaduais e municipais) para a elaboração de um plano de ação sobre as diretrizes e ações prioritárias a serem atendidas com os recursos do Fundo. No caso das juventudes capixabas, o **PEPJuv funciona como esse documento orientador das principais medidas a serem financiadas pelo FEJUVES.**

4.3 Escassez de recursos humanos na Subsecretaria de Juventudes (SUBJUV)

De acordo com os entrevistados, a criação da Subsecretaria é vista como uma das principais ações do Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo e como uma conquista para as juventudes. O peso político e institucional da SUBJUV é reconhecido, especialmente por potencializar o diálogo entre as demandas das juventudes e as instituições-chave, como o Banestes e a ADERES.

Então, acho que foi um grande ganho mesmo para a nossa juventude, a criação da SUBJUV. A SUBJUV tem um ano e alguns meses em cima, é uma neném recém-nascida, mas que já trabalha muito, e a gente vê isso através dessas entregas, tanto do entrega quanto do crédito, o CredJuv, que é um programa para o Estado todo, a gente não fica ali preso nos dez municípios do Estado presente pela vida. São setenta e oito municípios do Espírito Santo e é uma parceria da Subsecretaria de Juventude, porque é isso, a gente precisa também desse local político de estar para dialogar com as outras esferas do governo. [...] então quem que vai lá dialogar, ter um subsecretário, uma subsecretária, para fazer esse diálogo é muito importante (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

A subsecretaria vem enquanto uma necessidade, uma demanda já antiga dos movimentos de juventude, sempre compareceu nas conferências essa solicitação de uma subsecretaria ou uma secretaria de juventude. Então, a subsecretaria chega para atender também essas demandas, né? E a subsecretaria, sem dúvida, ela traz uma importância para esse processo, né? Uma importância institucional, quando se tem uma subsecretaria dedicada à juventude, isso tem um valor institucional ali, né? Tipo, há uma atenção para esse segmento. E a subsecretaria tem como responsabilidade a condução da política no Estado. Foi instituído, através da secretaria, o Plano Estadual de Juventude. Está sobre a secretaria também o acompanhamento do Conselho Estadual de Juventude, ações, pensando os outros municípios que não estão atendidos, não são atendidos pelos CRJs, eles recebem muitas dessas solicitações de CRJs em outros municípios, fazem essa comunicação, foram responsáveis também pela realização da conferência (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Apesar disso, **observa-se a preocupação com o tamanho da Subsecretaria, que é constituída por uma equipe "enxuta".** Diante desse cenário, no entendimento dos interlocutores, o trabalho com as políticas para as juventudes "deve ser assertivo" e estar em constante processo de adaptação com a realidade da SUBJUV e dos jovens que acessam os serviços.

Então, eu acho, assim, obviamente, que a própria subsecretaria de juventude, ela é um dos pontos do plano. Então, eu acho que isso é um ponto positivo [...] Mas que hoje eu tenho a percepção de que a equipe é muito mais enxuta do que era. Isso eu tenho convicção. Então eu acho que ela tem uma importância no sentido político muito importante, porque coloca a política de juventude em um outro patamar dentro da estrutura do governo, mas que eu acho que ela vem num momento em que ela acaba não sendo acrescentada de uma equipe de pessoal muito mais robusta para dar subsídio para essa subsecretaria (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

A gente está falando de uma secretaria pequena de oitenta pessoas. Então, é sempre no limite mesmo, assim, do que a gente pode fazer para que realmente seja realizado. [...] Então, eu acho que é por isso que a gente fala que as nossas políticas são bem, assim, expressivas e assertivas, porque a gente realmente consegue atingir a população que a gente quer atingir (Cristhiany Miranda Macedo, Gerente de Políticas para Juventudes).

E aí a gente ao máximo nos coloca, somos uma equipe pequena, mas uma equipe pequena que trabalha, uma equipe de três mulheres, então não tem como não funcionar, e aí a nossa equipe trabalha nesse local também, né, de escuta e de ir atrás do que o jovem quer, porque ir até o jovem, porque a gente fica também nesse local de muitos locais do executivo, de muitos executivos ficam nessa espera, né, "não sei o que eles querem, nunca me pediram nada", mas é isso, a gente precisa ir atrás, a gente precisa entender, e aí acho que a gente faz isso muito bem, cumpre isso muito bem, porque a gente sabe o que é exequível, o que não é, mas o que não é dá para gente adaptar, e aí adaptando a gente consegue não agradar, mas a gente consegue implementar coisas que sejam suficientes para nossa juventude, e isso tá sendo feito, mesmo com uma sub nova, né, de um ano e meses, mas desde a gerência, isso é feito muito bem, através também da secretária Nara, que faz esse trabalho assertivo, entendendo e escutando as nossas juventudes, e aí a assessoria que trabalha com o CRJ também faz isso muito, de escutar o que o jovem quer, e aí através do que o jovem quer, a gente vai trabalhar (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

Em decorrência da falta de recurso de pessoal, as demais secretarias de estado acabam tendo "maior robustez" no contato com as juventudes no estado:

Eu acho que se for pensar o governo, se você pensar outras secretarias que dialogam diretamente, que talvez tenham até mais robustez no contato com os jovens do que a própria Secretaria de Direitos Humanos, obviamente a Secretaria de Educação, mas eu acho que a Secretaria de Educação, a própria Secretaria de Esportes talvez consiga fazer um trabalho com juventude bastante que alcança, que abrange mais jovens (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

4.3.1 Recomendações

a) Fortalecimento da Subsecretaria de Juventudes

A Subsecretaria de Juventudes ainda é um órgão recente no Poder Executivo estadual do Espírito Santo. Pelo avanço que representa para as políticas de juventudes, é importante que seja fortalecida, transformando-se em uma política de longo prazo, integrada à estrutura institucional do Estado. Isso pode ocorrer por meio de **previsão orçamentária específica, capacitação continuada de seus servidores, contratação de servidores e alocação de recursos humanos de forma permanente.**

Dessa forma, seria possível a atuação da SUBJUV em diferentes frentes de trabalho: na articulação regional com municípios, na promoção e acompanhamento de projetos, na realização de avaliações periódicas, entre outras.

b) Atuação em parcerias intersetoriais, envolvendo outras Secretarias além da SEDH na coordenação de projetos e ações para juventudes

A articulação em rede pode auxiliar a ampliar as capacidades institucionais da SUBJUV, contando com a expertise e a capacidade operacional de secretarias mais antigas e consolidadas. A **atuação conjunta com a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Esportes e a Secretaria de Educação,** por exemplo, permite ampliar a capacidade institucional de execução, além de promover iniciativas mais efetivas.

Como um exemplo nesse sentido, o governo do estado do Ceará, ao promover o Festival da Juventude (2024), com três dias de shows, debates e oficinas para juventudes, engajou pastas voltadas para diferentes temas, que poderiam contribuir para a diversificação do evento. Além da Secretaria da Juventude, o evento foi também organizado pelas Secretarias de Cultura, da Igualdade Racial, de Educação, do Trabalho, das Mulheres e do Meio Ambiente, ampliando as capacidades institucionais de envolvimento na ação.

4.4 Conflitos entre a política de juventude e a política de segurança

Observa-se que, mesmo com a percepção, por parte dos gestores, de que a política para as juventudes no estado tenha nascido de demandas em torno da segurança pública, **existe o entendimento de que a forma de enfrentar a alta taxa de homicídios de jovens negros não deve se limitar a uma atuação estatal repressiva.** Pelo contrário, os CRJs nascem da necessidade de potencializar políticas de prevenção às vulnerabilidades socioeconômicas que atingem esse grupo.

Nesse sentido, **uma contradição que surge é a persistência da violência policial em diversos territórios, sobretudo nos do Estado Presente.** A violência de Estado, nesse caso, persiste como uma importante barreira na implementação das políticas para as juventudes no Espírito Santo:

Então, a gente vê que a política pública de juventude, na verdade. E até para mim é uma problemática isso, ela vem para poder dar conta principalmente dessa questão de segurança. De algum certo ponto, isso está correto, porque a gente está pensando uma política baseada nas evidências. Então, se a gente tem um país que mais de cinquenta por cento das mortes violentas são contra jovens, são contra jovens negros, ótimo, a gente precisa pensar as políticas públicas a partir de uma evidência, de um dado que nós temos, e aí tentar reduzir. Ao mesmo tempo, na minha concepção, tem uma contradição muito grande aí, porque acho que a gente limita um pouco o olhar para a juventude somente a partir desse aspecto da segurança. E aí para mim isso é muito evidente aqui no Estado (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

Eu poderia falar sobre a violência nos ambientes, nos territórios, a violência policial que agora está nos atravessando de uma forma absurda. E é uma violência policial do nosso executivo, do nosso Estado, do governo, que eu também trabalho, mas que eu sou jovem e moradora de um território também periférico, e aí estudo com muitas pessoas que não podem ir para a faculdade, eu estudo na UFES, e aí não podem ir para a faculdade porque está tendo uma invasão, está tendo uma guerra da polícia, e aí a gente sabe qual é o foco, a gente sabe quem é que morre no beco, a gente sabe para quem a bala perdida é direcionada, e a bala perdida direcionada é o jovem preto desses territórios, e acho que isso é o que mais nos pega. A gente teve um caso na semana passada que foi devastador e a gente fica, gente, a gente tá aqui debatendo política de juventude o dia inteiro e o nosso jovem que é atendido, que trabalha ali, que tá ali dentro, que faz oficina com a gente, tá apanhando na rua porque ele é preto e é jovem, tá na rua (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

A **falta do aprofundamento de um debate intersetorial** entre as políticas de juventude e de segurança no estado desestabiliza tanto os jovens quanto os gestores no cotidiano de implementação das políticas. Os relatos indicam um sentimento compartilhado de impotência em um contexto de violências extremas contra os jovens que são recebidos e acolhidos nos CRJs:

Eu estava falando agora sobre essa questão da contradição da política pública de juventude diante do aspecto da segurança, né? E foi até uma avaliação que nós fizemos recentemente, porque em setembro agora teve a Semana Estadual contra os Extermínio de Jovens, e a gente vê, aí foi uma avaliação feita dentro do Conselho, um processo de um esvaziamento dessa pauta. Porque é isso também, é uma semana tocada pelo Estado, que tem a obrigação de ser tocada pelo Estado, mas o Estado não quer falar sobre violência contra jovens. Então eu acho que a gente, é o que eu falei, a gente está dentro de uma política de segurança pública, mas a gente não consegue debater essa segurança pública nos seus principais pontos mais críticos da segurança pública. A gente não consegue debater, a gente não consegue avançar de pensar uma segurança pública, inclusive pensar essa segurança pública do Estado Integrada com esse equipamento de juventude, de modo que seja uma política mais intersetorial, na verdade (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

Então o nosso trabalho, ele vai muito para esse lugar também, né? Defender quem, no final, não precisava ser defendido, porque não está fazendo nada errado. Defender quem está sobrevivendo, não vivendo nesse espaço. Acho que isso é o mais difícil para a gente, de ficar todo dia, "ok, vamos fazer, vamos dar o crédito para esse jovem", mas hoje à noite talvez ele não volte para casa. Acho que isso para a gente é muito difícil, porque a gente trabalha com esse público. É um público que está à mercê de sair de casa e não voltar. [...] E estar no poder público é muito difícil também por essas questões, né? Então, é quem a gente deveria defender e a gente não consegue. Então, acho que não defender, não conseguir defender o nosso público-alvo é o mais difícil. Acho que é isso (Bianca Gomes Giannini da Costa, Coordenadora de política de juventude).

4.4.1

Recomendações

a) Desenvolvimento de uma política alternativa de segurança

Uma política alternativa de segurança pública, em âmbito estadual, deve ser focada na prevenção, por meio de um intenso diálogo com as organizações policiais e as comunidades locais, incluindo os jovens (Atlas das Juventudes, 2021). A recomendação é que essa política alternativa seja desenvolvida de forma articulada com as juventudes periféricas e negras e seus familiares, que vivem nas comunidades locais. No Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, existe o Projeto de bolsa de estudo para mães de jovens mortos pela polícia, que incentiva que mães que perderam seus filhos para a violência policial desenvolvam propostas de políticas de segurança. O projeto almeja, a partir da experiência da comunidade, propor ações para prevenir a ação arbitrária do estado e garantir direitos das vítimas da violência.

b) Estruturação da política de segurança pública a partir de processos e procedimentos nítidos e padronizados

Esta recomendação é direcionada para os gestores e operadores envolvidos, visando à disseminação e apropriação entre agentes e população. Para isso, as políticas devem ser formalizadas por meio de leis, normas e portarias (FBSP, 2017). O objetivo é que não haja priorização das ações de repressão qualificada em detrimento da mobilização para ações de prevenção, nem a centralização da instituição policial como protagonista das políticas (FBSP, 2017). Além disso, ações articuladas com as juventudes locais e o esforço em padronizar e formalizar a política contribuem para a consistência das atividades e para o fortalecimento dos laços comunitários — aspectos essenciais para incentivar a participação dos jovens e afastá-los do envolvimento com o crime (Atlas das Juventudes, 2021).

c) Participação das juventudes negras e periféricas na reformulação das políticas de segurança

A comunidade deve estar presente tanto no processo de criação de projetos e programas sobre essa temática quanto nas atividades relacionadas à fiscalização das ações policiais. Essa inclusão concretiza-se como uma recomendação para ampliar o diálogo entre a política de juventude e a política de segurança, além de combater o extermínio da população negra no estado. Para isso, é essencial que os tomadores de decisão se posicionem em prol do reconhecimento do racismo institucional e atuem para reduzir o desequilíbrio de poder entre a sociedade civil e as forças de segurança pública. Assim, a **inclusão das juventudes periféricas e negras nos espaços institucionais de controle sobre a atuação das polícias — especialmente nas ouvidorias e corregedorias** — constitui-se como uma das principais recomendações desse processo (Atlas das Juventudes, 2021).

4.5 Falta de um processo amplo de avaliação das políticas de juventude

Ainda, observa-se que, apesar de a maioria dos interlocutores caracterizar a política das juventudes no estado como uma política de escuta, alguns gestores indicam a **necessidade de um processo mais amplo de avaliação, que seja capaz de publicizar e fomentar um processo de escuta de forma mais efetiva sobre como os equipamentos públicos estão funcionando.** Essa proposta surge com o objetivo de acompanhar como as políticas impactam um público dinâmico e volátil como os jovens:

E aí eu aprendi isso ao longo do contato com a política de juventude, é que a gente está lidando com um público que por si só ele é muito volátil. A juventude é extremamente volátil. Hoje o jovem quer uma coisa, amanhã ele não quer mais. E isso automaticamente vai produzir um equipamento público, um serviço público, que ele vai variar de maneira gigantesca. De um dia ter que fazer uma coisa, outro dia ter que fazer outra e dar conta desse jovem. Isso vai produzir automaticamente um processo, na minha visão, que demanda muito debate, muito acompanhamento, muita roda de conversa, muita avaliação, muita coisa, tudo muito. E aí nesse processo, e eu acredito que a Secretaria faça isso, que a equipe de juventude faça isso, mas eu acho que esse processo de maneira mais ampla, com a sociedade civil principalmente, com todos esses movimentos que ao longo do processo participaram dessa história da política pública, isso ainda é muito ausente. [...] Quando se pensa um espaço para que isso aconteça, eu acho que isso é muito minado. Então, hoje, eu não vejo um processo amplo de avaliação, de escuta, desse processo de implementação, de como estão esses equipamentos públicos, de como estão esses CRJs, de como estão os atendimentos. É um processo de escuta mesmo (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

4.5.1

Recomendações

a) Investimento e desenvolvimento de novas pesquisas de monitoramento e avaliação das políticas para as juventudes

Essas pesquisas podem ser mais amplas, com capacidade de mensurar o impacto dos CRJs e dos projetos desenvolvidos nos centros, como os LabPocas, na vida dos jovens das comunidades. O processo de avaliação deve ser transparente, conduzido em diálogo com as juventudes e amplamente publicizado, garantindo efetiva disseminação dos resultados. Para a concretização dessa recomendação, **sugere-se que o setor público invista na continuidade e ampliação das pesquisas já realizadas pelo IJSN. Ademais, podem ser realizadas parcerias com universidades e centros de pesquisa.**

Ademais, o investimento em pesquisas de monitoramento pode envolver a **construção e implementação de indicadores padronizados**, assim como a **criação de painéis públicos de acompanhamento das políticas**. O objetivo é não apenas identificar os aspectos positivos das políticas, mas também compreender suas falhas, especialmente no que diz respeito ao impacto das atividades na vida de jovens negros, trans, com deficiência e de comunidades tradicionais.

4.6

Instabilidade das políticas de juventude

Ademais, **a continuidade da política surge como um dos maiores desafios** diante de um cenário atual de conquistas e impactos positivos na vida das juventudes. Um elemento importante dessa instabilidade é a dependência da relação com o BID para financiamento de parte significativa das políticas para juventudes no estado:

Eu acho que um ponto mais importante mesmo é a continuidade da política. Eu acho que é um ponto principal. Então, até onde está indo esse exercício, essa força para que essa política não se torne uma política de governo, não finalize ali. Então, acho que trouxe muitos impactos positivos, né? Vem trazendo muitos impactos positivos e uma mudança efetiva na vida dessas juventudes (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

Eu acho também que, como a gente está falando aqui agora, existe essa lacuna do processo de continuidade, mas essa continuidade também dá possibilidade de ampliação dos equipamentos de juventude, pensando nessas outras regiões do

Espírito Santo que não estão no estado presente. Então, acho que é uma lacuna que, passado tanto tempo, ainda não se é pensado, não se é citado em relação a isso. Então, acho que isso também é um processo que necessita de um debate (Ramon Silva, Presidente do CEJUVE).

4.6.1 Recomendações

a) Institucionalização e Legislação da Política para Juventudes no estado

Uma alternativa para suprir a demanda por continuidade da política seria sua institucionalização junto à Assembleia Legislativa, uma vez que a lei que instituiu a Política Estadual de Juventude do ES (Lei nº 8.594) é de 2007 e poderia ser atualizada. A criação da Subsecretaria representa uma primeira conquista nesse processo; entretanto, o fortalecimento da SUBJUV e a ampliação de sua estrutura demandam um processo de institucionalização:

A Subsecretaria tem uma importância, no sentido, inclusive, de tornar a lei enquanto uma política, porque não está instituída a política pública de juventude enquanto uma lei estadual. Então, a busca por garantir esse processo que institucionaliza essa política e que torna, e isso acontece em conjunto com a Assembleia Legislativa, que é onde essas construções se dão. Então, aonde a gente, a partir desse processo, a gente consegue garantir a continuidade dessa política. Então, essa é uma grande fragilidade (Mônica Machado, Ex-Consultora do BID).

151

b) Planejamento e implementação gradual de uma Secretaria das Juventudes

Com o objetivo de garantir a estabilidade da política de juventudes no Espírito Santo (ES), os atores-chave recomendam a ampliação do espaço institucional por meio de ações de curto prazo que possam fortalecer a Subsecretaria, especialmente no que tange à ampliação de recursos financeiros e humanos. No entanto, para a superação dessa lacuna, sugere-se que, mediante um processo planejado e gradual, ocorra a transformação da Subsecretaria em Secretaria. Essa demanda visa maior autonomia administrativa e acesso a recursos, o que permitirá uma capacidade aprimorada de implementação e fiscalização das políticas públicas. Além disso, a criação de uma Secretaria proporcionará maior visibilidade, influência política e uma estrutura organizacional mais robusta para a coordenação e execução das políticas para as juventudes no estado.

A ideia é que, passado o contrato do BID também, porque o BID é feito por componentes, então, o CRJ, eles fazem parte de um componente 2, que é educação e direitos humanos, que tem vários projetos ali dentro, e o CRJ é só um deles, e então ele fica muito ligado, né, ao gabinete por causa desse componente 2, que a gente ainda não conseguiu fazer uma transição para a sub de juventude. Esse era o meu desejo inicial, desde que se criou a subsecretaria, mas a gente enfrenta algumas dificuldades normais dessa burocracia do dia a dia, né, mas é muito importante, sim, a criação da sub, espero que ela seja estruturada mais fortemente para que no futuro a gente tenha uma secretaria mesmo, né, de políticas para a juventude, que é uma pauta muito transversal. Então, o tempo inteiro, com as outras secretarias, a gente dialoga o tempo inteiro com a sociedade civil, então é importante que a gente tenha mesmo esse espaço, que foi uma conquista importante para a juventude (Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos).





EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS

Identificar e descrever experiências de políticas desenvolvidas em outras localidades nas áreas de Diversidade e Sustentabilidade e Meio Ambiente, indicando recomendações para a formulação de novas políticas no estado do Espírito Santo.

Como demonstrado ao longo deste relatório, alguns Eixos do Estatuto da Juventude tendem a ser priorizados nas políticas de juventude do ES. Destaca-se, por exemplo, que os CRJs, apesar de abordarem, de forma transversal, Eixos múltiplos do Estatuto, implementam ações que se relacionam mais centralmente com alguns dos Eixos, como Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda, à Segurança Pública, entre outros.

Por outro lado, algumas políticas, embora não sejam desenvolvidas principalmente pela SEDH e/ou pela SUBJUV, são estruturadas em secretarias robustas, que desenvolvem ações que abarcam as populações jovens, como ocorre nos eixos de Educação e Saúde.

Diante desse cenário, **identifica-se que alguns eixos do Estatuto da Juventude poderiam ser mais abordados nas políticas atuais e/ou objeto de políticas específicas.** Dentre tais eixos, destacam-se o de Diversidade e o de Sustentabilidade e Meio Ambiente. Buscando inspirar o governo do ES a desenvolver políticas relacionadas a esses Eixos do Estatuto da Juventude, os tópicos abaixo descrevem experiências em outras localidades nessas áreas temáticas e apontam recomendações para a formulação de novas políticas.

5.1 Diversidade

Conforme o relatório “Direitos da Juventude: Subsídios para o debate”, **diversidade “significa variedade, pluralidade, diferença [...]”. Falar em diversidade é apresentar múltiplos aspectos de uma mesma realidade que expressa a vida humana em termos naturais, biológicos e sociais” (Atlas, 2015).** Ao explicar o termo, o relatório evidencia que ele vem sendo evocado por diferentes grupos, coletivos e movimentos juvenis, cujo objetivo é fortalecer denúncias de discriminação e, simultaneamente, construir alianças para a ampliação dos espaços democráticos, encaminhar demandas e garantir políticas públicas que inibam e criminalizem preconceitos e discriminação.

A diversidade enquanto direito das juventudes é uma pauta global, que vem recebendo destaque especialmente por meio da Agenda 2030 e seus princípios orientadores para apoiar os jovens como agentes essenciais de mudança (Atlas, 2021). **No contexto do Espírito Santo, construir uma política que seja capaz de abarcar as múltiplas demandas das juventudes, contemplando a população jovem em toda a sua diversidade, é um elemento basilar do Plano Estadual de Políticas para as Juventudes 2022 - 2032 (PEPJUV).** Mesmo que o PEPJUV contenha diferentes eixos de atuação, observa-se no documento a atenção dada às especificidades das “juventudes historicamente

marginalizadas”, que vivem e/ou são expostas a situações de vulnerabilidade social em decorrência de **opressões estruturais como racismo, sexismo, LGBTfobia, classicismo, capacitismo etc.**

Além disso, o PEPJUV aborda de forma específica a temática da **Diversidade e Igualdade** em seu eixo 4, no qual são descritas demandas que englobam a defesa dos direitos das juventudes

de **comunidades tradicionais** (1), defesa da vida e desenvolvimento social da **juventude negra** (2), promoção de políticas públicas voltadas para as **mulheres** (3), para a **população LGBT+** (4), e para as **pessoas com deficiência** (5). Dessa forma, ao todo o PEPJUV em seu eixo da Diversidade e Igualdade contempla de forma específica as demandas de cinco grupos diversos:

Eixo Diversidade e Igualdade PEPJUV 2022-2032

1. COMUNIDADES TRADICIONAIS
2. JUVENTUDE NEGRA
3. MULHERES
4. POPULAÇÃO LGBT+
5. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Cada grupo compõe um subtópico do Eixo, e para cada um deles são elencadas demandas específicas, dentre as quais as principais variam entre **garantir a participação das juventudes de comunidades tradicionais, juventudes negras, jovens mulheres, juventude LGBT+, e do/a jovem com deficiência nas discussões e deliberações sobre as políticas públicas das juventudes**, além de demais demandas específicas de cada grupo, como garantir a memória e o resgate dos valores culturais de comunidades tradicionais, desenvolver ações intersetoriais de combate ao extermínio das juventudes negras, fortalecer os projetos destinados ao combate a todas as práticas de discriminação e de violência de gênero, realizar campanhas de combate a LGBTfobia, e implementar programas de educação profissional e de geração de emprego e renda para jovens com deficiência.

A partir do mapeamento sobre as políticas implementadas e das entrevistas com gestores-chave envolvidos com as políticas para as juventudes no ES, observa-se que **as questões sobre diversidade, debatidas na 4ª Conferência Estadual e formalizadas no PEPJUV, são trabalhadas de forma transversal nas políticas direcionadas às juventudes,** uma vez que não foram identificadas políticas relacionadas especificamente ao eixo da Diversidade que tenham como foco as juventudes de comunidades tradicionais, negras, mulheres, população LGBT+, e pessoas com deficiência.

Dessa forma, percebe-se uma atuação, seja dentro dos CRJs, seja dos LabPocas, orientada para a inclusão dos grupos diversos. **A diversidade, portanto, emana como um orientador das políticas referentes aos demais eixos do Plano, especialmente daquelas pertencentes ao eixo de Profissionalização, Trabalho e Renda; Segurança Pública e Acesso à Justiça.** Sobre isso, observa-se que para os entrevistados, mesmo que as atividades propostas nos CRJs não sejam direcionadas exclusivamente para pessoas negras, PcD, e LGBT+, elas almejam impactar essas populações, visando reduzir as vulnerabilidades que esses grupos vivem no estado. Assim, **os CRJs são identificados como um local de escuta, seguro para a promoção e respeito da diversidade.**

Então, a escuta para construir política pública é o caminho que a gente está fazendo a partir dos equipamentos. [...] A execução do Centro de Referências das Juventudes é um marco importante a se dizer. A implementação dos centros, do edital Juventudes, para potencializar projetos, e a atuação de juventudes para além das questões etárias, que, do meu ponto de vista, é um ponto necessário para a subjetividade das juventudes, são marcos importantes. A política de juventude pensada a partir do CRJ tem essa pegada, esse pilar na execução, na sua metodologia para a execução, pois eu visualizo que, como um lugar seguro para a juventude, (os CRJs) tem um papel muito fundamental. A gente nunca teve um lugar seguro com a juventude preta, com a juventude LGBT, com a juventude PCD. Então, a gente precisa visualizar esse lugar como um lugar para além de qualificação profissional. Além de caminho de mercado de trabalho, também (é preciso observar) a vivência como segurança, a vivência como saúde, e as trocas (Renan Cadaís, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Levando isso em conta, os gestores-chave destacam **determinadas ações realizadas dentro dos CRJs que buscam promover diversidade e igualdade:**

Oficinas e demais atividades para promoção da escuta e do reconhecimento das subjetividades LGBT+:

Se a gente não entender a sua subjetividade quanto raça, cor e gênero, a gente não tem razão de existir enquanto população LGBT. E a gente vai sobreviver e vai ser mais um adulto adoecido. E a gente vê, quando a gente dialoga com jovens nesses territórios, que eles conseguem, as meninas trans em especial, conseguem se maquiar, conseguem usar as roupas que elas querem nos equipamentos e os equipamentos guardam as roupas delas para elas saírem. Ali (nos CRJs) elas podem ser o que elas quiserem (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Retificação de nome e gênero; e formações com as equipes dos equipamentos sobre abordagem de cuidado:

A gente consegue, via as demandas que aparecem nos CRJs, auxiliá-los com a retificação de registro de nome e gênero. Isso é uma coisa das pessoas trans. A gente faz muitas formações, como sempre faz, formações com as equipes de abordagem, de cuidado, de como vai ser o diálogo com esses jovens (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Atividades para promoção da visibilidade trans e para o combate a LGBTfobia:

Também temos essas atividades que são marcadas nos CRJs, que são de visibilidade trans, e tratamento a LGBTfobia, sempre nos catorze CRJs (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Além das atividades articuladas nos CRJs, os gestores ponderam sobre projetos como o Edital Diversidades:

A gente tem aqui dois editais, a gente tem o Edital Diversidades, que é para atender políticas da população LGBT, para além da juventude. Muitos são jovens que ganham o edital de diversidade. É de promoção da cidadania LGBT. É um edital de boas práticas para a gente premiar com recursos. E muitos deles são jovens dos territórios. E o Edital de Juventude, como eu já disse, ele é também para jovens dos territórios (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Segundo os entrevistados, essa atuação de caráter transversal e não direto decorre, principalmente, do conservadorismo e da escassez de recursos orçamentários e humanos. Esses fatores dificultam a implementação de políticas específicas para cada grupo diverso, sendo considerados desafios persistentes. A limitação de recursos, por sua vez, leva à formulação de planos e ações mais abrangentes, que busquem contemplar e fortalecer pautas de juventudes negras e LGBTQ+, entre outras.

De fato, isso está atrelado diretamente à falta de recursos humanos e orçamentários. [...] As discussões são feitas, às vezes, com uma equipe mínima, de uma gerência específica, com duas pessoas, que se articulam com muitas áreas ao mesmo tempo, além de tocar só os projetos internos, e ainda articular com o CRJ. Então, não tem como. [...] É uma lacuna que vocês já mapearam lá no início da conversa, que de fato é uma realidade. Hoje a gente tem um Plano estadual LGBTQ, que foi criado no final de 2021, que norteia a construção de política pública no Espírito Santo. E a gente está aos passos de entregar um Plano estadual de equidade racial, que vai nortear, nos próximos dez anos, de igualdade racial. Ok, temos, a gente tem editais, espaços de escuta, assim como tem em LGBTQ, tem também da promoção da igualdade racial, para quilombolas, porém, a gente não tem uma política específica (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Como um desafio adicional para os gestores, abordar a **temática da diversidade e direitos humanos ainda é um tabu** dentro da esfera política e de ambientes institucionais, como o legislativo. Nesse cenário, o próprio termo “diversidade” deve ser trabalhado com cuidado, articulando estratégias de atuação que abordem a problemática sem a nomear dessa forma.

Às vezes, a gente tem que fazer coisas LGBTQs na moita, sem o município do interior saber o que a gente está fazendo, sem dizer o nome, usar a palavra diversidade, ou subjetividade, ou juventudes para além das questões etárias, para que a gente consiga se comunicar com a juventude, de chegar em quem a gente quer, essas estratégias. Porque ainda existem olhos voltados à política de direitos humanos, ainda mais que a política de juventude no Espírito Santo está dentro de direitos humanos. Então, ainda tem o tabu sobre direitos humanos. Então, tem uma marca aqui, quem é contra e quem é a favor. Infelizmente (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Observa-se que o **histórico atrelamento das políticas para as juventudes à demanda da profissionalização também é identificado como uma forma conservadora de trabalhar** com esse grupo, que dificulta a inclusão de políticas voltadas à diversidade e ao lazer na arena política.

A gente sabe que a política de juventude em si, nas questões etárias, ela atravessa, em regra, o conservadorismo. O conservadorismo não ataca ela diretamente, porque ainda existe uma discussão sobre primeiro emprego, sobre acesso à educação, o que todo mundo quer fazer. Porém, ela se encerra em si. Quando a gente vai pensar a juventude além das questões etárias, que é onde a gente esbarra nas dificuldades de construir política pública. [...] Quando a gente abre os CRJs aqui, a gente tem muito essa discussão, porque o que para a gente era importante era para além do que era o mercado de trabalho, como se o ócio também não fosse importante, como se o lazer também não fosse importante. E aí a gente esbarra com essa regra capitalista de que o trabalho, fazer novos trabalhadores o quanto a gente entendia. Então, esse debate, ainda, mesmo depois de muitos anos, ainda são entraves para que a gente avance com a política pública de diversidade (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Além disso, outro elemento que orienta a uma atuação transversal, refere-se a **necessidade de que, para alguns grupos, ainda sejam priorizadas demandas básicas**, como o acesso à água e a luz para comunidades tradicionais. Contemplar grupos diversos, nesse contexto, consiste em concretizar ações que atinjam famílias e comunidades, e não apenas as juventudes.

Em 2025, ainda tem gente sem luz e sem água. Agora a gente vai entregar água para todas as comunidades quilombolas do norte. Então, a gente não tem como pensar (em políticas mais específicas). Eles não conseguem pensar em demanda deles, se eles não têm nem luz. Isso é muito doido. Não tem um básico. E aí a gente começa a dar o básico, que era para ter dado desde quando a luz foi liberada para todas as pessoas. E aí, agora que a gente está dando luz, agora que a gente está dando água, que a gente começa a estruturar e discutir escola, saúde, educação, esporte, lazer, e aí, não que eles não discutam (outras demandas mais específicas), mas existem demandas tão premente, que é a água e a luz. [...] Então, as coisas, elas vêm acontecendo de forma, não vou dizer uma política, mas com ações, algumas ações, não enquanto política estruturada como está a política de juventude. As outras políticas não estão estruturadas como juventude, elas acontecem em forma de articulação (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Em meio a esses desafios, **a transversalidade surge como uma estratégia de ação**, ao mesmo tempo que expressa o **pouco aprofundamento das demandas específicas dos cinco grupos elencados no PPJUV**. A respeito disso, com base nas percepções dos interlocutores, foi possível elencar determinadas **lacunas na política para as juventudes no estado no que concerne à temática da Diversidade**:

1. Comunidades tradicionais: Não foram identificadas políticas específicas direcionadas às juventudes pertencentes às comunidades tradicionais;

2. Juventude negra: Ainda que a juventude negra seja a mais mencionada nas entrevistas, grande parte dos interlocutores destaca a barreira da violência policial na implementação das políticas que buscam atingir esses jovens, especialmente no que se refere à precariedade no diálogo entre os responsáveis pela política para as juventudes e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), além da falta de iniciativas governamentais em promover o debate em torno da violência de estado. Predomina, portanto, um contexto em que os policiais acabam reproduzindo estigmas e violências contra jovens negros, tanto dentro, a partir de invasões, quanto fora dos CRJs. De todo modo, esse grupo tende a ser abarcado de forma transversal a partir de ações advindas dos Centros de Referência e de atividades mencionadas como o Fórum Estadual da Juventude Negra (FEJUNES);

3. Mulheres: Em relação às mulheres, como observado no Capítulo 4 (As Juventudes no Plano Plurianual do estado do Espírito Santo), nos últimos PPAs foi possível identificar um programa de Promoção, Autonomia, Enfrentamento a Todas as Formas de Violências e Defesa dos Direitos das Mulheres e Meninas. No entanto, a partir do mapeamento realizado e nas entrevistas com os gestores-chave, não foi possível identificar políticas direcionadas especificamente para esse grupo. Diante disso, observa-se que, bem como a questão racial, a temática de gênero é mencionada pelos interlocutores a partir de descrições sobre as atividades realizadas nos CRJs, como a partir de oficinas e debates sobre os direitos das mulheres por meio do Projeto Educação em Direitos Humanos, criado em 2023. Ainda, no que se refere às mulheres, determinados resultados dos LabPocas demonstram que as diversidades das juventudes se interseccionam no dia a dia da execução da política, como, por exemplo, quando jovens negras empreendedoras, a partir dos Labs, conseguem abrir um negócio de trança nagô na comunidade;

4. População LGBTQ+: Igualmente, não foram identificadas políticas direcionadas à população LGBTQIAPN+ de forma específica, apenas por meio das atividades realizadas nos CRJs e por meio de editais sem recorte etário, como o Edital Diversidades. Além disso, esse grupo foi pouco mencionado nas entrevistas realizadas, aparecendo especialmente nas ações desenvolvidas a partir do Projeto Educação em Direitos Humanos;

5. Pessoas com deficiência: Da mesma forma, não foram identificadas políticas direcionadas a pessoas com deficiência. Esse grupo também foi mencionado a partir do Projeto Educação em Direitos Humanos.

Diante dos desafios e das lacunas, destaca-se uma recomendação principal, elaborada pelos gestores-chave:

- Construção de Centros de Referência específicos para cada grupo: Recomenda-se a construção de Centros de Referência, espaços de acolhimento e escuta para a população LGBT+ e outros grupos historicamente marginalizados. Essa recomendação tem como objetivo, a partir da experiência desses jovens, identificar e compilar demandas ainda não atendidas, além de aprimorar aquelas já contempladas por políticas como os CRJs. Sugere-se que, além de oferecer acolhimento por meio do trabalho em rede com equipes multidisciplinares, esses Centros também realizem pesquisas qualitativas e quantitativas para a produção de dados sobre as juventudes com deficiência, LGBT+, negras, entre outras. A criação de espaços específicos para cada grupo pode viabilizar o conhecimento e a sistematização de demandas que, muitas vezes, não são plenamente atendidas em equipamentos voltados às juventudes de forma geral. Isso ocorre porque esses grupos possuem necessidades específicas que vão além da questão etária.

A gente precisa pensar uma contrarreferência das LGBTs que estão nesses equipamentos, porque as demandas delas não conseguem ser cumpridas todas no equipamento de juventude. Elas têm demandas específicas LGBTs, não só etárias. Então, a gente precisa pensar um equipamento, um espaço, um serviço que consiga contrarreferenciar. Esse é o espaço de referência, porque a gente entende que essa juventude precisa acessar o CRAS, a Unidade de Saúde, mas ela vai passar por tantas questões nesses espaços que a gente precisa que esses problemas que aconteçam lá sejam devolvidos para ser visto para mapeamento de violência de algo macro, né? Então, isso precisa ser feito, porque acontece muito, as demandas são diárias e diversas desses LGBTs, não tem os jovens LGBTs. Então, pensar a cidade que a gente tem agora a curto prazo, é produzir dados, produzir onde estão essas violências, além do homicídio, essas violências anteriores ao homicídio ou ao suicídio, onde estão essas violências que alcançam esse final, onde estão as dificuldades de acesso, onde a gente precisa pensar, promover mais cidadania a partir do corte das violências aqui. Então, isso é uma falta, isso é uma falta, que a gente não tem hoje (Renan Cadais, Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos).

Dentro da temática das diversidades, o Atlas das Juventudes (2021) pondera a importância de que as especificidades de cada grupo social transpassem as políticas para as juventudes em todas as áreas, sejam elas relacionadas ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança etc. No entanto, esse cuidado, que visa potencializar as ações e construir políticas eficazes e alinhadas com as múltiplas realidades da juventude brasileira, não inibe a **necessidade de que sejam formuladas políticas que tenham como público-alvo jovens negros, jovens mulheres, jovens LGBT+, jovens com deficiência e jovens pertencentes a comunidades tradicionais.** As pluralidades e potencialidades das juventudes precisam fundamentar estratégias de ação. Assim, “investir em políticas e programas sociais voltados para os diferentes perfis de juventudes é uma ação urgente que pode transformar positivamente o futuro do país” (Atlas, 2021).

A partir dessa perspectiva, **o Atlas das Juventudes elenca diferentes recomendações para a promoção da Diversidade nas políticas para as juventudes brasileiras, dentre elas, são pontuadas recomendações para os tomadores de decisão, que visam abarcar os diferentes grupos e promover a diversidade e igualdade:**

1. Construir políticas que contribuam para erradicar o racismo e a violência de gênero, inclusive nos ambientes institucionais;
2. Constituir equipes diversas e representativas nos órgãos e conselhos responsáveis por desenhar e implementar políticas públicas;
3. Incluir em currículos escolares e programas culturais a conscientização sobre e celebração da diversidade, de povos, culturas, diferentes grupos e gêneros;
4. Pensar diversidade e igualdade em um espectro amplo para não invisibilizar, por exemplo, pessoas com questões de saúde mental, pessoas com deficiências etc;
5. Criar espaços protegidos que celebrem a diversidade e não reproduzam ou aceitem qualquer forma de discriminação é um importante passo para que esse público se sinta acolhido e possa melhor aproveitar as intervenções sociais;
6. Pensar políticas públicas intersetoriais que fortaleçam possibilidades de empregabilidade, segurança e direitos básicos para as juventudes historicamente marginalizadas.

Essas recomendações relacionam-se com as demandas que surgem no Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo. **Juntos, o Atlas das Juventudes e o PEPJUV possibilitam a compreensão das principais demandas das juventudes do estado no que se refere a pauta da diversidade e as principais recomendações para que elas possam ser concretizadas:**

Quadro 16 - Recomendações para comunidades tradicionais

Grupo social	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Comunidades tradicionais	Apoiar iniciativas das juventudes de comunidades tradicionais com vistas a garantir a memória e o resgate dos valores culturais.	Incentivo à prática esportiva de atividades físicas tradicionais. Criação de editais, prêmios e fundos para fomentar a cultura periférica e de povos tradicionais indígenas e quilombolas.
	Elaborar e fortalecer campanhas educativas de respeito à diversidade cultural voltadas para as juventudes.	Elaboração de campanhas educativas que fortaleçam a compreensão das múltiplas identidades e especificidades das comunidades tradicionais.
	Promover ações que facilitem o acesso e a permanência das juventudes de comunidades tradicionais no ensino técnico e superior.	Apoio aos jovens das comunidades para escolha, adaptação e implementação de estratégias locais para acesso a trabalho e renda. Levar os programas ou recursos para mais perto dos jovens, seja integralmente ou parcialmente, reduzindo a necessidade de deslocamento.
	Introduzir conteúdos de forma transversal das respectivas histórias das comunidades tradicionais nas redes de ensino das regiões que estão localizadas.	Adoção de ações que incentivem, nas redes de ensino: o uso de pedagogia própria dessas comunidades; um quadro docente composto preferencialmente por pessoas daquela comunidade; materiais didáticos específicos; currículo aberto, flexível e interdisciplinar; projeto político pedagógico que considere especificidades identitárias e gestão democrática com participação das lideranças comunitárias.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES e do Atlas das Juventudes (2021).

Quadro 17 - Recomendações para juventudes negras

Grupo social	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Juventudes negras	Implementar programas e ações de apoio e acompanhamento de jovens vítimas de violência policial e de grupos de extermínio, bem como suas famílias.	Inclusão das juventudes periférica e negra nos espaços institucionais de controle sobre a atuação das polícias, em especial, as ouvidorias e corregedorias.
		Inclusão da comunidade negra nos espaços institucionais e de promoção de políticas públicas por meio de projetos que incentivem jovens e seus familiares a estudar e planejar políticas de segurança pública.
	Valorizar as religiões de matriz africana e incentivar eventos artísticos que resgatem a cultura de resistência afrodescendente.	Inclusão de perspectivas multiétnicas no currículo escolar, visando assegurar o conhecimento e o respeito às religiões de matriz africana nesses espaços;
	Estimular as empresas públicas e privadas a adotarem medidas de promoção da igualdade racial, observando o critério da diversidade racial, geracional e cultural.	Criar incentivos para que empresas públicas e privadas adotem ações afirmativas que promovam a entrada dos jovens em programas de formação.
	Potencializar as políticas sociais, com ênfase nas políticas de cultura, trabalho e geração de renda como forma de fortalecimento da prevenção à violência.	Além da promoção ao empreendedorismo, a implementação de outros tipos de intervenções, como: capacitação e desenvolvimento de habilidades; serviços de emprego; emprego subsidiado. Na área da cultura, a prática artística diversa, promovida pela juventude negra, pode ser uma forma de fortalecimento da prevenção à violência. Para o fortalecimento da prevenção à violência também recomendam-se atividades de mentoria ⁵⁴ e lazer para servirem de estratégias em programas de desenvolvimento de masculinidades saudáveis.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES e no Atlas das Juventudes (2021).

54 - Conforme o Atlas das Juventudes (2021), a mentoria é entendida como um relacionamento entre uma pessoa com mais experiência, o mentor, e outra com menos experiência, o mentorado, no qual o primeiro se dedica a trabalhar para o desenvolvimento pessoal do segundo. Há uma relação significativa entre os dois.

Quadro 18 - Recomendações para jovens mulheres

Grupo social	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Jovens mulheres	Promover ações que ampliem a participação das jovens mulheres nos espaços de discussão e decisões políticas.	Promoção da participação das jovens mulheres nos espaços de discussão e decisões políticas por meio de programas educacionais e de geração de renda, com estratégias como: concessão de bolsas de estudo ou algum tipo de subsídio financeiro, como vale-transporte, que permita uma maior dedicação aos programas; instalações de cuidado infantil ou um subsídio para acessar uma creche.
		Criação de um clube onde as jovens mulheres podem interagir umas com as outras fora do ambiente escolar e aprender, com mentoras mulheres, habilidades com potencial gerador de renda, tanto por meio de trabalho assalariado como em carreira autônoma.
	Fortalecer os projetos destinados ao combate a todas as práticas de discriminação e de violência de gênero, moral, sexual, física, racial, patrimonial, doméstica, de orientação sexual e psicológica contra as jovens mulheres.	Criação de programas de espectador: são programas que buscam capacitar jovens para identificarem sinais de violência em relacionamentos de seus pares, criando empatia para que eles intervenham e desenvolvam habilidades necessárias para intervenção. Intervenções baseadas em escola para prevenir a violência sexual e no namoro.
	Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das jovens mulheres, privilegiando a utilização de mecanismos que evitem mortes maternas e garantindo o acesso a métodos contraceptivos e absorventes.	Promoção de acesso facilitado a métodos contraceptivos e informações de saúde sexual e reprodutiva. Abordagens de base comunitária, que podem ser uma estratégia eficaz, e às vezes única, para prestar serviços de HIV e saúde reprodutiva.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES e no Atlas das Juventudes (2021).

Quadro 19 - Recomendações para juventude LGBT+

Grupo social	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Juventude LGBT+	Promover o respeito às diferentes formas de orientação sexual, identidade de gênero e ao direito à livre expressão.	Elaboração e disponibilização, nas escolas, de materiais pedagógicos baseados em evidências (para professores/as e estudantes), para promover o respeito a todos e a todas, sem distinção de qualquer característica pessoal.
		Garantir que os conteúdos curriculares sobre a promoção do respeito à diversidade sexual sejam implementados efetivamente.
	Incluir nos formulários de serviços, de pesquisas e nos demais estudos quesitos que garantam a pluralidade de orientação sexual e identidade de gênero.	Destinação de recursos financeiros especificamente para pesquisas sobre a comunidade LGBTQIA+, para que haja dados empíricos para sustentar intervenções e políticas públicas.
	Realizar campanhas de combate a LGBTfobia, com enfoque nas juventudes e na reflexão sobre a diversidade sexual e gênero.	Para prevenção da LGBTfobia no âmbito escolar, a implementação de programas de clubes de celebração da diversidade, que realizam ações para melhoria do clima escolar.
	Sensibilizar gestores/as e sociedade civil para a necessidade de construção de uma rede de proteção social para adolescentes e jovens LGBT+.	Garantia nos espaços educacionais de canais por meio dos quais estudantes LGBTQIA+ possam denunciar discriminação e violência LGBTfóbica, com mecanismos assegurados de seguimento para garantir que esses problemas sejam enfrentados efetivamente.
		Campanhas nos meios de comunicação para sensibilizar sobre os efeitos da discriminação e do bullying contra estudantes LGBTQIA+.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES e no Atlas das Juventudes (2021).

Quadro 20 - Recomendações para jovens com deficiência

Grupo social	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Jovens com deficiência	Implementar programas de educação profissional e de geração de emprego e renda para jovens com deficiência.	Para permanência dos jovens com deficiência em programas de educação profissional e espaços de trabalho, recomenda-se que o programa seja direcionado a jovens com condições crônicas incapacitantes, por meio do emprego apoiado, inclua treinamentos e mediação para inserção profissional.
	Desenvolver uma rede de assistência médica especializada para jovens com deficiência, visando à promoção do desenvolvimento das capacidades, atuando de forma adequada para garantir uma vida saudável.	Treino de habilidades de vida ⁵⁵ ; programas de desenvolvimento de habilidades para grupos com deficiências específicas.
		Promoção do uso de computadores/tablets no ensino e tecnologias assistivas, bem como o feedback, visando melhoras nas habilidades de alfabetização, de linguagem (por exemplo, identificação de palavras) e habilidades de vida cotidiana de jovens com deficiências.
	Fomentar a aplicação de tecnologias da informação e comunicação voltadas ao atendimento das especificidades dos/as jovens com deficiência.	Garantia no âmbito da educação a inclusão de materiais complementares, como textos eletrônicos, organizadores gráficos, aulas com roteiro, bem como práticas que envolvam exploração com o uso das mãos.
		Promoção no âmbito da educação intervenções baseadas em funções, suportes visuais e estratégias de automonitoramento, em especial ministradas pelos professores, visando melhorias na comunicação social de jovens autistas.
		Promoção no âmbito da educação de intervenções dinâmicas nas mesas da sala de aula (por exemplo, mesas onde o aluno pode ficar em pé, pode pedalar, pode utilizar uma bola de equilíbrio, entre outras), visando efeitos positivos sobre jovens com dificuldades de atenção.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES e no Atlas das Juventudes (2021).

Essas recomendações visam impactar a vida das pessoas pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados. Cada ação deve ter como alvo cada grupo em específico a fim de fortalecer o protagonismo dessas juventudes e, ao mesmo tempo, aprofundar pesquisas e dados capazes de potencializar as intervenções. No estado do Espírito Santo, projetos como Educação em Direitos Humanos já vêm concretizando a recomendação relacionada à elaboração e disponibilização de materiais pedagógicos baseados em evidências (para professores/as e estudantes), para promover o respeito a todos e a todas.

55 - Os programas de Ensino de Habilidades de Vida, propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), consistem em desenvolver capacidades emocionais, sociais e cognitivas que podem ajudar os indivíduos a lidar melhor com situações conflituosas do cotidiano. As habilidades de vida sugeridas pela OMS são: autoconhecimento, relacionamento interpessoal, empatia, lidar com os sentimentos, lidar com o estresse, comunicação eficaz, pensamento crítico, pensamento criativo, tomada de decisão e resolução de problemas (Minto et al., 2006).

De forma semelhante, porém buscando estimular as especificidades das identidades negras, indígenas e quilombolas no espaço escolar, além de trabalhar para o avanço da Educação Indígena, **o estado do Amazonas vem articulando diferentes estratégias em torno da promoção da diversidade e igualdade de comunidades tradicionais.** As iniciativas da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas, por meio do Departamento de Políticas Educacionais para Diversidade (DPDI), foram mapeadas como uma **experiência modelo para a recomendação** que visa promover a introdução de conteúdos das histórias das comunidades tradicionais nas redes de ensino de forma que garanta uma educação escolar adequada aos povos indígenas e quilombolas por meio de ações que incentivem projetos políticos pedagógicos que considerem as especificidades identitárias e gestão democrática com participação das lideranças comunitárias. Destacam-se, assim, dois projetos principais: o **Projeto de Autodeclaração Étnico-Racial** e o **Projeto de Educação Escolar Indígena** do Amazonas.

Quadro 21 - Projetos políticos pedagógicos para comunidades tradicionais

Projeto de Autodeclaração Étnico-Racial do estado do Amazonas: o projeto busca estimular o fortalecimento de identidades negras, indígenas e quilombolas no espaço escolar. Outro fator fundamental para realização deste projeto é o levantamento e a consolidação de dados mais precisos a respeito desse público presente na rede estadual de ensino, visando, a partir de evidências, a construção de políticas públicas educacionais para o enfrentamento das desigualdades no espaço escolar, bem como contribuir para a construção de uma escola que luta contra preconceitos, discriminação e racismo;

Projeto de Educação Escolar Indígena do Amazonas: o projeto corresponde a um conjunto de ações articuladas pelo Departamento de Políticas Educacionais para Diversidade (DPDI), visando o avanço da Educação Indígena no Amazonas em 2024 e 2025. A partir do projeto, o DPDI foi responsável pela reorganização do Plano de Ensino e Material de Apoio para professores da 2ª e 3ª série do Ensino Médio, a fim de incentivar a inclusão da educação indígena. O projeto também fomentou uma parceria com o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam), visando a construção de seis novas escolas. Além disso, foi feita também a implantação e reestruturação do Novo Ensino Médio Indígena (Nemi), a elaboração de material de apoio ao Nemi e para o Aula em Casa – Estiagem, atualização do Programa de Formação de Professores Indígenas / Projeto Pirayawara para o ano 2025, além da oferta do curso de Licenciatura Intercultural pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com aulas a iniciar em janeiro de 2025. Respeitando a cultura e a particularidade de cada etnia, a Secretaria de Educação busca garantir que indígenas de todo o estado consigam ter suas vidas transformadas por meio do ensino e da vivência no ambiente escolar⁵⁶.

Fonte: site Agência Amazonas

56 - Informações obtidas no site Agência Amazonas: <<https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/politicas-educacionais-para-o-fortalecimento-da-diversidade-ganham-forca-no-amazonas-em-2024/>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

A partir do mapeamento, também sistematizamos **experiências em outros estados relacionadas às juventudes negras**. Com base na recomendação de inserção da prática artística diversa (canto, música, dança, teatro, circo, fotografia, mágica, percussão, artesanato, exposição cultural) como uma forma de fortalecimento da prevenção à violência, **destaca-se a experiência da dança com o movimento jazz, articulada pela rede Estadual do ensino médio em Belo Horizonte –MG.**

Quadro 22 - Projetos de inserção da prática artística diversa para juventudes negras

Experiência com dança em uma escola da rede Estadual de ensino em Belo Horizonte–MG: o projeto fez parte da disciplina de Dança ofertada em diversas turmas do ensino médio de horário integral. A inclusão de aulas de jazz permitiu conhecer os interesses e aflições existentes naqueles(as) jovens; o respeito uns com os outros embora tivessem opiniões distintas. O projeto também permitiu discussões sobre diversidade, a construção de ideias, e a valorização das diferentes potencialidades por meio da arte, da cultura e da dança. Um dos principais resultados do projeto foi a observação da dança como um lugar e uma possibilidade de discussão e práticas antirracistas por promover a arte e cultura negra, bem como abrir espaços para debates, construções de conhecimentos, promoção de práticas inclusivas e afirmativas que estimulem a reflexão sobre os padrões e pensamentos únicos.

Fonte: Cardilo (2021)

Ainda no que se refere às recomendações voltadas às juventudes **negras**, visando a concretização de ações de apoio e acompanhamento de jovens vítimas de violência policial e de grupos de extermínio, bem como suas famílias, por meio da inclusão da comunidade negra nos espaços institucionais e de promoção de políticas públicas, **destaca-se a experiência do Rio de Janeiro, que por meio da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (Raave) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disponibiliza bolsas de estudo para mães que perderam seus filhos para violência policial.** O projeto tem como meta que, ao final dos estudos, as mães proponham uma política pública envolvendo direitos dos atingidos pela violência de Estado:

Quadro 23 - Ações de apoio e acompanhamento de jovens vítimas de violência policial

Projeto de bolsa de estudo para mães de jovens mortos pela polícia: o projeto visa acolher familiares de vítimas de violência policial e também propor ações para garantir direitos das vítimas da violência policial no estado do Rio de Janeiro. Para isso, são ofertadas uma bolsa mensal para mães que perderam seus filhos em operações policiais no estado. As mães irão se envolver por 12 meses em uma série de discussões e pesquisas sobre a temática, e ao fim do projeto, elaborar uma proposta de política pública para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, a respeito dos direitos dos atingidos pela violência de Estado. A idealização do projeto se deu a partir de atividades desenvolvidas pelo Raave, que é constituída por instituições defensoras de direitos humanos, movimentos de mães e familiares das vítimas e grupos clínicos de atenção psicossocial. Em parceria com o Instituto de Psicologia da UFRJ, algumas dessas mães já recebiam o acolhimento e o acompanhamento na universidade. De acordo com dados divulgados em um comunicado da Raave, foram recebidas 162 inscrições no processo seletivo aberto para a distribuição das 100 bolsas. Mais de 80% eram moradoras de favelas que ganhavam menos de um salário-mínimo. Boa parte delas possui engajamento na luta por direitos e contra o abandono do poder público⁵⁷.

Fonte: site Agência Brasil.

57 - As informações sobre o projeto foram obtidas no site Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-09/maes-de-jovens-mortos-pela-policia-viram-bolsistas-em-projeto-da-ufrj>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

Para a promoção do empoderamento das jovens mulheres e jovens mulheres mães por meio da educação e geração de renda, bem como pela inserção desse grupo em espaços de tomada de decisão, tem destaque a **experiência da Costa Rica, que implementou em diversas regiões do país o Programa Building Opportunities**. Apesar de ser uma iniciativa nacional, a intervenção articula um conjunto de ações que podem servir de modelo para ações localizadas em diferentes comunidades em âmbito estadual, ou até mesmo, para potencializar projetos já existentes que tenham como público-alvo jovens mulheres.

Quadro 24 - Programas de promoção do empoderamento das jovens mulheres e jovens mulheres mães

Programa Building Opportunities – Costa Rica: com o objetivo de construir oportunidades, o programa foi implementado de 1999 a 2006 e forneceu atendimento abrangente a mães adolescentes e futuras mães, bem como a meninas em situação de pobreza e em situação de risco social. O programa cobriu tanto áreas urbanas quanto rurais em todas as dez regiões da Costa Rica, priorizando áreas com altos níveis de pobreza e incidências de gravidez na adolescência. O objetivo era capacitar essas meninas e melhorar sua qualidade de vida por meio de um “modelo de atendimento holístico”, que incluía um programa de capacitação de seis meses para desenvolvimento pessoal e social; apoio para formação profissional ou continuidade educacional para facilitar a inserção no mercado de trabalho; melhoria do acesso a serviços públicos como saúde, educação, habitação comunitária e serviços sociais; e a disseminação e promoção dos direitos das mulheres, mães e crianças entre a população-alvo. Medidas institucionais também foram tomadas para facilitar a implementação desse modelo de atendimento intersetorial, como capacitação e conscientização entre funcionários de instituições relevantes e mecanismos de coordenação institucional nos níveis central e local do governo. Entre 1999 e 2006, cerca de 3.000 a 4.000 meninas entre 11 e 18 anos foram atendidas anualmente pelo programa. Uma avaliação realizada em 2008 mostrou que o programa teve um impacto significativo no empoderamento das participantes e um impacto moderado na melhoria de sua qualidade de vida, facilitando o acesso a serviços públicos em certa medida. As participantes expressaram um alto grau de satisfação com o programa, e a avaliação destacou o impacto institucional positivo, especialmente nos setores de educação e treinamento⁵⁸.

Fonte: site da OCDE

58 - Informações obtidas no site da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): <https://www.oecd.org/en/publications/oecd-youth-policy-toolkit_41fab624-en/building-opportunities-costa-rica_9beec5ef-en.html>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

Em relação à comunidade LGBTQIAPN+, as principais recomendações reforçam a relevância da educação e do espaço escolar no combate à LGBTfobia e na promoção ao respeito às diferentes formas de orientação sexual e identidade de gênero. No mapeamento realizado, tivemos acesso ao projeto do estado de Minas Gerais: Educar-se Pela Escrita do Outro/a: indagações sobre as trajetórias escolares e universitárias da juventude negra e LGBTQI+ mineira. De forma interseccional, o projeto busca potencializar o ambiente escolar como um espaço de escuta e acolhimentos a jovens negros e LGBTQIAPN+.

Quadro 25 - Projetos de promoção de respeito às diferentes formas de orientação sexual para jovens LGBT+

Educar-se Pela Escrita do Outro/a: indagações sobre as trajetórias escolares e universitárias da juventude negra e LGBTQI+ mineira: Com o objetivo de refletir sobre as potencialidades educativas e pedagógicas contidas em cartas trocadas entre professores/as e jovens estudantes negros/as e LGBTQI+ da educação básica e suas contribuições para a formação de outras docências o projeto Educar-se Pela Escrita do Outro/a dentre outras coisas tinha como propósito analisar como as indagações suscitadas pelas cartas das/dos jovens negros/as e LGBTQI+ refletiram nas práticas dos/as docentes envolvidos/as, identificar quais elementos emergiam com maior ênfase e apontar possíveis novas práticas para lidar com as situações, organizar um grupo de estudo e debate composto por membros da universidade e dos professores e professoras da educação básica, problematizar o lugar da docência diante da realidade enfrentada pelas juventudes negras e LGBTQI+ no chão da escola e inserir os/as professores/as da educação básica na extensão universitária. Para isso o projeto adotava a seguinte dinâmica: O primeiro passo envolveu o contato com professores/as que já tenham participado das oficinas em momentos anteriores e que tenham elaborado a carta resposta, posteriormente haverá formação do grupo de estudos das questões étnico-raciais que se reunirá periodicamente, na sequência acontecerá retomada das cartas com discussão baseada em bibliografia condizente com as temáticas raciais e LGBTQI+. Em um esforço conjunto, os/as professores/as da educação básica, juntamente com os/as participantes do projeto de extensão, vão elaborar uma cartilha didática (com a temática das juventudes negras e LGBTQI+) que possa ser utilizada nas escolas e haverá uma sistematização do projeto por meio de publicação de artigos em revista de cunho extensionista⁵⁹.

Fonte: site do Observatório da Juventude.

59 - Informações obtidas no site do Observatório da Juventude: <<https://observatoriodajuventude.ufmg.br/projetos/#4>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

Visando à promoção do desenvolvimento das capacidades dos jovens com deficiência, foi mapeada uma experiência de promover o acolhimento e o convívio em grupo desses jovens. A experiência foi mapeada no estado do Ceará, o qual, a partir do Projeto de Residências Inclusivas, mudou a perspectiva de vida de 69 jovens e adultos com deficiência cognitiva, atuando de forma adequada para garantir uma vida saudável para esse grupo.

Quadro 26 - Projetos de promoção do acolhimento e do convívio em grupo dos jovens com deficiência

Projeto de Residências Inclusivas: o estado do Ceará iniciou um novo formato de acolhimento, possibilitando novas perspectivas para pessoas com deficiência, que vêm mostrando mudanças significativas a partir do convívio em comunidade. Os jovens moram em Residências, equipamentos do Governo do estado, administrados pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, que muito mais do que casas são espaços de pertencimento e aconchego. Divididas em cinco casas, as residências contam, cada uma, com equipe multidisciplinar composta por médico, assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfermeiros e cuidadores em regime de plantão. Os jovens têm apoio e acompanhamento diário da equipe das residências, que auxiliam no processo de superação de maus tratos e abandonos sofridos na infância. Os jovens acolhidos vivenciam processos de autoconsciência, de se perceber e entender que podem conversar sobre suas frustrações. A partir do Projeto, as mudanças no comportamento deles são notáveis, e o convívio com a comunidade ao redor da casa vêm transformando e ampliando sua visão de mundo⁶⁰.

Fonte: site do governo do Ceará.

⁶⁰ - Informações obtidas no site do governo do Ceará: <<https://www.ceara.gov.br/2020/10/08/residencias-inclusivas-mudam-perspectiva-de-vida-de-69-jovens-e-adultos-com-deficiencia-cognitiva/>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

5.2

Sustentabilidade e Meio Ambiente

De acordo com a pesquisa “Juventudes, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas” (2022), a temática ambiental aparece entre os seis temas de maior preocupação dos jovens ouvidos pelo estudo, revelando uma **crescente relevância dessa temática entre as juventudes**. Nesse ponto, é indispensável atentar para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formulados pelas Nações Unidas em 2015, com o fim de alcançar a Agenda 2030 no Brasil, e para as possibilidades de inclusão das juventudes no debate sobre esses objetivos.

Na coleta de dados por meio de entrevistas e análise documental das políticas de juventudes do Espírito Santo, a **principal política identificada com enfoque no tema da sustentabilidade foi a MiniCOP**, um projeto de simulação da COP entre estudantes, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Não há, porém, iniciativas sistematizadas de educação ambiental ou mobilização das juventudes em torno da emergência climática, por exemplo.

Alinhado ao Estatuto da Juventude, que garante o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Eixo 10 do PEPJuv 2022-2032 reúne treze propostas sobre o tema **“Sustentabilidade e Meio Ambiente”**, voltadas à promoção da “sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural” aos jovens de áreas urbanas e rurais do Espírito Santo. As propostas orientam-se em dois eixos temáticos: Juventudes Rurais e Educação Ambiental, dentre os quais os principais pontos são:

1. Juventudes Rurais:

- investir na inclusão produtiva das juventudes agricultoras
- fortalecer métodos agroecológicos, inclusive por meio de financiamento
- fomentar campanhas e movimentos sociais voltados à segurança alimentar e contra o uso de agrotóxicos
- disseminar informações sobre o trabalho das juventudes no cultivo sustentável de alimentos, na promoção da biodiversidade e na segurança alimentar

2. Educação Ambiental:

- implementar a disciplina de Educação Ambiental e Sustentável nas escolas
- promover ações de integração entre jovens das áreas rurais e urbanas, compartilhando experiências e ações ambientais positivas
- apoiar ações e programas voltados às relações socioambientais
- fortalecer uma política de coleta seletiva que envolva as juventudes na busca por soluções para os resíduos

Um tema de destaque para as juventudes no aspecto ambiental é a **garantia da segurança alimentar**, que se foca em jovens em situação de vulnerabilidades sociais e econômicas, de modo a **diminuir o déficit alimentar**, favorecendo o acesso a uma alimentação saudável, nutritiva e sustentável. Nesse aspecto, iniciativas que busquem oferecer **apoio para a juventude rural** que trabalha com agricultura e para **povos e comunidades tradicionais que residem em locais de preservação da natureza** são uma forma útil de promover a temática da conservação do meio ambiente entre jovens.

Quadro 27 - Projetos de apoio à juventude rural

Escolas Familiares Agrícolas (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs): surgidas na década de 1960 no Espírito Santo, apostam no ensino com enfoque agroecológico, para a promoção do desenvolvimento rural por meio de agriculturas mais sustentáveis. A inclusão das juventudes de forma direta nesses projetos pode ser uma forma de fortalecer alternativas sustentáveis a partir dos jovens de comunidades rurais.

Fonte: Ferreira et al., 2020.

Além disso, o enfoque em ações educativas sobre temáticas sustentáveis possibilita não apenas a conscientização sobre a temática, mas a formação de jovens para trabalhar diretamente na área ambiental.

A promoção de ações voltadas à educação ambiental pode ocorrer tanto pela inclusão de temas na grade do ensino formal - a partir de iniciativas estaduais e municipais - **quanto por formas alternativas de produção educacional sobre o tema.** No âmbito da educação formal, foi sancionada, em julho de 2024, a Lei Federal nº 9.795/24, que inclui, no currículo escolar de escolas de todo o país, temas relacionados às mudanças climáticas e à proteção da biodiversidade. Essa medida pretende efetivar, de modo “holístico, democrático e participativo” o **debate contínuo sobre meio ambiente, como uma prática educativa integrada e permanente,** razão pela qual a legislação determina que a educação ambiental “não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

Quadro 28 - Projetos de educação ambiental

Curso Técnico de Meio Ambiente Integrado: no Paraná houve a inclusão, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de Curso ofertado em 22 instituições localizadas em 19 municípios. A formação inclui aspectos como gerenciamento de recursos naturais, segurança ambiental e gestão de resíduos e a formação de profissionais capazes de “reconhecer a problemática socioambiental a partir de uma visão sistêmica, ou seja, no que tange aos seus aspectos políticos, culturais, econômicos e tecnológicos” (Rodrigues et al., 2020, p 13).

Circuito Ambiental: realizado no Acre, efetiva ações sobre meio ambiente nas escolas de todo o estado, a partir das demandas locais relacionadas à sustentabilidade⁶¹. A definição dos temas tratados nas oficinas de cada município é feita em conjunto com as secretarias municipais do Meio Ambiente, no âmbito da Rede de Governança Ambiental, que integra as ações municipais e do Estado, promovendo o alinhamento de objetivos e o aprimoramento de ações em prol da política ambiental.

Fonte: Rodrigues et al., 2020; site Agência de Notícias do Acre.

O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) (2015), que tem entre seus objetivos promover o aumento da participação das juventudes na gestão nas estratégias de redução e adaptação às mudanças climáticas, marca o início de uma maior integração entre o poder público e a juventude em torno da sustentabilidade. No nível federal, o PNJMA fornece subsídios relevantes para a promoção de ações locais que ampliem e qualifiquem a participação de jovens em temas como a gestão de resíduos, a regularização ambiental e a preservação de saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais.

Outras iniciativas da esfera nacional, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (1990), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Jovem (1996) e o Projeto Boitatá (2017) também buscaram oferecer suporte para a promoção de ações locais voltadas à sustentabilidade: no âmbito do FAT

61 - Informações obtidas no site Agência de Notícias do Acre: <<https://agencia.ac.gov.br/no-dia-nacional-da-educacao-ambiental-governo-investe-na-sensibilizacao-da-sociedade-para-preservar-meio-ambiente/>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

e outras iniciativas de financiamento do gênero, há a possibilidade de destinação de recursos para jovens atuarem em projetos de educação ambiental, preservação de unidades de conservação ou ecoturismo, por exemplo; em relação ao PRONAF Jovem, são oferecidas linhas de crédito rural específicas para beneficiários entre 16 e 29 anos, podendo servir para estimular iniciativas de agroecologia e soluções agrícolas baseadas na natureza, por exemplo; no Projeto Boitatá, financiado via Fundo Nacional do Meio Ambiente, mais de mil jovens foram formados como agentes populares de educação ambiental apenas no estado do Maranhão, podendo atuar como multiplicadores em suas comunidades.

Quadro 29 - Recomendações para as juventudes rurais

Área temática	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Juventudes rurais	Fortalecer a agricultura, por meio dos métodos agroecológicos.	Fortalecimento das Escolas Familiares Agrícolas (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs), incentivando a criação de novas unidades.
		No âmbito das EFAs e das CFRs, oferecimento de cursos e oficinas sobre técnicas agrícolas sustentáveis, gestão financeira e empreendedorismo para jovens agricultores.
	Investir no fortalecimento da organização produtiva das juventudes agricultoras, por meio de ações formativas e consolidação dos grupos produtivos, com estímulo ao intercâmbio de experiências de produção.	Articulação de parcerias entre universidades, centros de pesquisa, cooperativas e organizações do terceiro setor para fortalecer a formação e inovação no setor.
		Implementação de programas de troca de conhecimentos entre grupos produtivos locais e experiências bem-sucedidas de outras regiões.
	Ampliar linhas específicas de financiamento para criação e implantação dos cultivos agroecológicos.	Incentivo à criação e ao fortalecimento de cooperativas e associações de jovens agricultores, facilitando acesso a crédito e mercados.
		Criação de editais específicos, linhas de financiamento e incentivos fiscais para projetos liderados por juventudes agrícolas.
		Divulgação e facilitação do acesso das juventudes aos recursos do PRONAF Jovem.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES, no Atlas das Juventudes (2021), no Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (2015) e no programa Youth2030.

Quadro 30 - Recomendações para a educação ambiental

Área temática	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Educação ambiental	Fortalecer e ampliar a educação ambiental nas escolas.	Aplicação do disposto pela Lei Federal nº 9.795/24, promovendo atividades voltadas à sustentabilidade de forma contínua nas escolas estaduais e municipais.
		Produção de um <i>Manual de Boas Práticas</i> sobre a Agenda 2030 e as Juventudes, voltado às escolas.
		Criação de uma Rede de Governança Ambiental para coordenar ações conjuntas entre municípios e Estado, voltadas a projetos ambientais.
	Desenvolver ações que possibilitem aos/às jovens das áreas rurais e urbanas a interação com questões relacionadas à sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural.	Promoção de iniciativas de inserção profissional por meio da sustentabilidade (cursos profissionalizantes, oficinas de formação, parcerias com escolas técnicas, etc.).
		Destinação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para iniciativas de jovens com interesse em atuar em projetos de educação ambiental.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES, no Atlas das Juventudes (2021), no Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (2015) e no programa Youth2030.

Para que os direitos das juventudes à sustentabilidade e ao meio ambiente sejam efetivados é importante que façam parte de políticas transversais, integradas, por exemplo, ao direito à educação - por meio da produção de materiais informativos e a estruturação de atividades escolares que contribuam com a compreensão e valorização da sustentabilidade -, ou ao direito à cultura - fortalecendo práticas alimentares tradicionais de populações indígenas, por exemplo. Outro exemplo de transversalidade se refere ao direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, uma vez que a área ambiental vem demandando de forma crescente profissionais qualificados para atuarem com a temática, e essa pode ser uma oportunidade de inserção profissional das juventudes.

O contexto da crise climática aponta para o **papel das juventudes não apenas como sujeitos de direitos ambientais, mas também como atores estratégicos para o desenvolvimento sustentável.** O Atlas das Juventudes (2021) destaca a importância da “criação de espaços de debates públicos e a ocupação de espaços institucionais para que as diversas juventudes (preta, periférica, indígena, quilombola, ribeirinha, etc.) desempenhem um papel crítico, analítico e propositivo na busca de soluções para os principais desafios locais, nacionais e globais”. Sabe-se que os impactos ambientais, embora afetem todo o planeta, são distribuídos de maneira desigual e têm seus efeitos mais nocivos sobre determinados grupos: desafios como a dificuldade de acesso à energia, à água, à habitação regular e ao saneamento básico são também consequências do racismo ambiental no contexto de crise climática. Por isso, a inclusão de juventudes negras, periféricas e

vulnerabilizadas na mobilização ambiental é especialmente relevante na identificação e proposição de medidas.

No Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática (2024), os jovens foram estimulados, em etapas territoriais e estaduais, a realizar **debates sobre problemáticas socioambientais de suas comunidades, pautados por práticas de autogestão e mobilização popular**. Essa iniciativa expressa uma busca, por parte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por um maior protagonismo das juventudes na construção de caminhos para o enfrentamento da injustiça climática.

As Nações Unidas destacam que as **juventudes não representam apenas destinatários das políticas de sustentabilidade, mas agentes de mudança relevantes** para a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com a campanha **"Youth2030"** (a estratégia das Nações Unidas que visa engajar juventudes na promoção da Agenda 2030), os jovens têm protagonismo no combate às mudanças climáticas como pensadores críticos, comunicadores e líderes inovadores, capazes de mobilizar comunidades e desafiar obstáculos para a promoção de ações sustentáveis. Nesse aspecto, **a campanha destaca o papel dos governos estaduais e municipais para ampliar a participação juvenil** nas ações voltadas à implementação do desenvolvimento sustentável em âmbito local. Como parte das recomendações de políticas locais alinhadas à campanha Youth2030, estão, entre outras:

- Criação e ampliação de assentos para juventude, com direito a voto, em todos os conselhos, comitês e órgãos de fiscalização, deliberação e gestão nas áreas socioambiental e de desenvolvimento, nas esferas municipais, estaduais e federal.
- Constituição de Conselhos de Sustentabilidade com participação de juventudes, governos, setor privado e sociedade civil, como espaços deliberativos sobre temáticas ambientais locais.
- Produção de um Manual de Boas Práticas sobre a Agenda 2030 e as Juventudes, voltado às escolas.

No contexto brasileiro, dentre os exemplos de iniciativas relevantes em relação à mobilização das juventudes para a temática da sustentabilidade e da emergência climática, merecem destaque as ações dos estados do Ceará e do Amazonas:

Quadro 31 - Iniciativas de mobilização das juventudes para a sustentabilidade

Programa Estadual Agente Jovem Ambiental (AJA): realizado no Ceará, visa fomentar a participação da juventude em ações sustentáveis e amplia a inclusão social e ambiental. O AJA contemplou, até o momento, a participação de dez mil jovens, entre 15 e 29 anos de idade, de famílias que integram o CadÚnico. A seleção pública concede auxílio financeiro mensal correspondente a R\$200 reais a cada jovem durante dois anos. Após finalizar uma capacitação, promovida pela Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social da Secretaria de Meio Ambiente, o AJA construirá, junto com seu supervisor local, um Plano de Ação Comunitário que deverá ser executado em sua comunidade visando promover impacto socioambiental⁶³.

No Festival da Juventude do Ceará, realizado em 2024, os AJAs tiveram protagonismo na área destinada à Secretaria de Meio Ambiente, apresentando conteúdos para outros jovens, promovendo atividades colaborativas e participando da programação, de forma a produzir um efeito multiplicador das ações do projeto para outros jovens⁶⁴.

Na capital, iniciativas locais voltadas às juventudes de Fortaleza também merecem destaque, como o Projeto Corais, que realiza ações de limpeza de praia e plantio de mangue; e o Refflor, que apoia a arborização urbana com mapeamento de áreas prioritárias e plantio de árvores. Além disso, o Projeto Juventude no Parque selecionou, por meio de edital, 120 jovens de 15 a 25 anos para atuarem como monitores nos espaços verdes da cidade, com ajuda de custo de R\$ 400 mensais, colaborando não apenas para a formação da juventude (por meio de um curso preparatório em parceria com a UFC), como também para o fortalecimento de líderes comunitários jovens, com enfoque na preservação de áreas urbanas arborizadas⁶⁵.

Formação Política de Jovens Lideranças no Território Médio Juruá: realizada no Amazonas, busca capacitar jovens líderes locais, aprimorando suas habilidades e conhecimentos para que possam desempenhar um papel ativo no desenvolvimento sustentável de suas comunidades. De acordo com os idealizadores da iniciativa, a formação promove “conhecimento sobre políticas públicas, sustentabilidade, preservação do meio ambiente e resistência cultural”⁶⁶, favorecendo a gestão territorial participativa, com o desenvolvimento de cadeias da sociobiodiversidade e a promoção da sustentabilidade local, especialmente voltado para as juventudes de comunidades tradicionais da região. O processo formativo é oferecido pela AMECSARA (Associação dos Moradores Extrativista da Comunidade São Raimundo), com o apoio do ICMBio e outras organizações.

Fonte: site da SEMA do Ceará; site da prefeitura de Fortaleza; site da Sitawi.

63 - Informações obtidas no site da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA) do Ceará: <<https://www.sema.ce.gov.br/2021/01/13/ceara-vai-formar-10-mil-agentes-jovens-ambientais/>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

64 - Informações obtidas no site da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA) do Ceará: <<https://www.sema.ce.gov.br/2024/08/12/termina-o-primeiro-festival-da-juventude-do-ceara/>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

65 - Informações obtidas no site da prefeitura de Fortaleza: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/sustentabilidade-juventude-de-fortaleza-ganha-protagonismo-em-programas-socioambientais-conheca-iniciativas-inovadoras>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

66 - Informações obtidas no site da Sitawi: <<https://sitawi.net/3o-modulo-do-curso-de-formacao-politica-para-jovens-liderancas-no-medio-juruu-foca-em-politicas-publicas/>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

Quadro 32 - Recomendações para a mobilização ambiental

Área temática	Demandas PEPJUV 2022 - 2032	Recomendações para os tomadores de decisão
Mobilização ambiental	Apoiar iniciativas e programas juvenis que intensifiquem as relações socioambientais e proporcionem melhor qualidade de vida a todos.	Incentivo ao protagonismo juvenil em ações de revitalização de espaços urbanos, facilitando o acesso a crédito e capacitação para negócios sustentáveis liderados por jovens.
		Criação de programas que envolvam jovens em atividades de impacto ambiental positivo, como preservação de parques, criação de hortas comunitárias e recuperação de nascentes.
	Ausentes do PEPJuv.	Criação e ampliação dos assentos para juventudes nos conselhos, comitês e órgãos de fiscalização em temas socioambientais.
		Criação de Conselhos de Sustentabilidade com participação de juventudes, governos, setor privado e sociedade civil, como espaços deliberativos sobre temáticas ambientais locais.
		Incentivo à criação de coletivos e fóruns regionais de juventudes engajadas em causas socioambientais, garantindo suporte técnico e institucional.
		Implementação de cursos e oficinas sobre mobilização ambiental, participação social e gestão de projetos comunitários, seguindo modelos de formações comunitárias.
		Criação de um programa de Agentes Jovens Ambientais, para capacitar jovens para o desenvolvimento de ações comunitárias voltadas aos impactos socioambientais de seus territórios.

Fonte: elaboração própria da equipe com base em informações obtidas no PEPJUV 2022-2032 do ES, no Atlas das Juventudes (2021), no Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (2015) e no programa Youth2030.



Foto: Cieds, parceiro da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos no Espírito Santo



NOTA METODOLÓGICA

Para levantamento das informações que constam neste relatório, foram feitas buscas em documentos públicos a partir de um conjunto de palavras-chave⁶⁷. O levantamento resultou na identificação de 24 documentos técnicos (relatórios de descrição e avaliação de políticas, legislações e normativas, informativos institucionais, entre outros) e 66 artigos acadêmicos. Esses documentos foram lidos e sistematizados para o mapeamento da estrutura institucional que gerencia as políticas de juventude no Espírito Santo e do panorama das políticas de juventude no estado. Para avaliação das iniciativas priorizadas, além das fontes documentais, foram realizadas 13 entrevistas e um grupo focal com atores-chave ligados à gestão das políticas de juventudes no ES.

Para o **Capítulo 1**, foi caracterizado o perfil da população jovem do ES, com base em dados sobre: estimativa populacional, sexo e cor/raça; educação; pobreza e desigualdade; renda e trabalho; e violência letal.

No **Capítulo 2**, foi realizada uma breve contextualização da história recente das políticas de juventude no ES. Ademais, foram mapeados e descritos os órgãos governamentais que compõem atualmente a governança das políticas para a juventude no estado. As atribuições desses órgãos e as suas relações, incluindo a articulação entre poder público e sociedade civil, foram também descritas. Por fim, foram identificados os planos, programas, projetos e ações relacionados à juventude no estado do Espírito Santo, com foco nas iniciativas implementadas ou em implementação durante o atual governo de Renato Casagrande, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) (cujo início remonta a 2019) - incluindo aquelas que foram criadas em períodos anteriores, mas que continuam sendo implementadas. Cada uma dessas iniciativas é assim definida:

- Plano de política pública: um documento estratégico que delinea objetivos, diretrizes e ações a serem realizadas por governos para abordar um determinado problema ou situação na sociedade.
- Programa de política pública: um conjunto organizado de ações e iniciativas desenvolvidas por governos para abordar questões sociais, econômicas ou ambientais.
- Projeto de política pública: uma iniciativa planejada e estruturada por governos visando implementar ações específicas para resolver problemas sociais, econômicos ou ambientais.
- Ação de política pública: uma atividade específica implementada pelo governo para atender a uma necessidade ou problema identificado na sociedade.

O **Capítulo 3** do relatório consiste na avaliação executiva dos principais planos, programas, projetos e ações relacionados às juventudes e atualmente em implementação no estado do Espírito Santo. O critério de seleção envolveu o conjunto de iniciativas sob gestão da SUBJUV. A avaliação segue as diretrizes do documento “Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise ex post” (Casa Civil da República et al., 2018). Entre as informações mapeadas para cada plano, programa, projeto e ação, estão:

- Diagnóstico do problema
- Desenho da política
- Implementação
- Governança
- Resultados
- Impactos
- Formas de monitoramento e avaliação
- Lacunas de implementação e oportunidades para o futuro

O **Capítulo 4**, com base nas avaliações realizadas, identificou as principais lacunas da política estadual de juventudes do estado do Espírito Santo e apontou recomendações para o enfrentamento dessas lacunas.

No **Capítulo 5**, com base nas entrevistas e nos documentos analisados, foram descritas experiências de políticas desenvolvidas em outras localidades nas áreas de Diversidade e Sustentabilidade e Meio Ambiente, indicando recomendações para a formulação de novas políticas no estado do Espírito Santo.

O **Apêndice 1**, de forma complementar, sistematiza os dados sobre a presença do tema das juventudes nos programas orçamentários do estado do Espírito Santo a partir dos Planos Plurianuais (PPAs) de 2020-2023 e de 2024-2027.

Referencias

ABRAMO, Helena. (org.). Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>

ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021. Evidências para a transformação das juventudes. Disponível em <https://atlasdasjuventudes.com.br>

ATLAS DAS JUVENTUDES, 2015. Direitos da Juventude: Subsídios para o debate. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/direitos-da-juventude-subsidios-para-o-debate/>

BAITELA, Monique Santos Arêas. Políticas públicas para a juventude em foco: uma análise da implementação do centro de referência das juventudes de Cachoeiro de Itapemirim. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública), Universidade de Vila Velha, 2024.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. Rev. Adm. Pública, v. 48, n. 6, p. 1475-1502, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/qPCdmRbPyjWm5Kx4TYztXhL/>

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA et al. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view>

CONJUVE. Evidências sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020. 2021. Disponível em: https://institutociclica.org/wp-content/uploads/2023/08/ciclica-relatorio_evidencia.pdf

CARDILO, Camila. Dança e educação antirracista: juventude, diversidade e possibilidade. Revista Diversidade e Educação, v. 9, n. 2, p.772-790, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12522/9318>.

COSTA, Ana Claudia da Cruz. Conselho Municipal de Juventude do Município da Serra-ES: Uma Análise da Gestão de 2009 a 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, 2014. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/conselho-municipal-de-juventude-do-municipio-da-serra-es-uma-analise-da-gestao-de-2009-a-2011-trabalho-de-conclusao-de-curso/>

FELTRAN, G; LERO, C. CIPRIANI, M.; MALDONADO, J.; RODRIGUES, F. de J.; SILVA, L. E. L.; FARIAS, N. Variations in Homicide Rates in Brazil: An Explanation Centred on Criminal Group Conflicts. Dilemas, v. 15 ed. esp. n. 4, p. 311-348, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15esp.4.52509>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/52509>

FERREIRA, Aline Guterres; ROBAINA, José Vicente Lima; WIZNIESKY, José Geraldo. A construção do conhecimento em agroecologia nas escolas do campo: uma alternativa à educação ambiental. In: POLETO, Cristiano; GONÇALVES, Julio Cesar de Souza Inácio; MARQUES, Guilherme Fernandes; DALFRÉ FILHO, José Gilberto (orgs.). Anais do Congresso Internacional de Engenharia Ambiental & 10ª Reunião de Estudos Ambientais – Artigos Completos – Volume 7 – Educação Ambiental & Mudanças Climáticas e Ações Antrópicas & Mobilidade Urbana e Redução da Poluição Atmosférica Local & Arte e Meio Ambiente. Porto Alegre: Editora GFM, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217019/001119190.pdf?sequence=1>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Projeto juventude e prevenção da violência: eixo 2: sistematização de experiências de prevenção à violência entre jovens: relatório final. São Paulo: FBSP, 2010. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/ae7fd95e-71e6-44dd-a55d-9e58ab07190e>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Experiências exitosas de enfrentamento à violência e à criminalidade: análise de benchmarking. São Paulo: FBSP, 2017. (Ceará pacífico: movimento pela vida, v. 1). Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/296f764f-8cf6-4d23-8372-4fb967da706c>.

GIUBERTI, Inez Fávero Rigoni. Programa Nossocrédito: Uma Análise do Processo de Formulação e Implementação da Política de Microcrédito do Estado do Espírito Santo. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2022. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcccjgclcfldmkaj/https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20\(1\)%20\(1\).pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcccjgclcfldmkaj/https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20(1)%20(1).pdf)

- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). O que é? - Índice de Gini. 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Manual do Eixo de Proteção Social do Estado Presente em Defesa da Vida. Vitória, ES, 2019. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/manual-do-eixo-de-protecao-social-do-estado-presente-em-defesa-da-vida>
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Monitoramento e avaliação de políticas públicas: a experiência dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no Espírito Santo. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2023. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/Monitoramento_e_Avaliacao_de_politicas_publicas_CRJs_IJSN2024.pdf. Acesso em: 16 de out. 2024.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Pesquisa de Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJS) Terra Vermelha e Feu Rosa. Vitória: IJSN, 2023. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/relatorios/RelatorioFinalCRJ.pdf>. Acesso em: 16 de out. 2024.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Perfil da juventude e políticas públicas no Espírito Santo PNAD 2012. 3.ed., Vitória, ES, 2014. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/cadernos/perfil-da-juventude-e-politicas-publicas-no-espírito-santo>
- MACHADO, Mônica Patrícia Gomes; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Políticas Públicas de Juventude no Espírito Santo: experiências tecidas em um percurso profissional. *Mnemosine*, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/61849/38838>
- MINTO, Elaine Cristina et al. Ensino de habilidades de vida na escola: uma experiência com adolescentes. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 561-568, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/dH4fPTgkptDYyCTmrvRYRg/?lang=pt>.
- MUGGAH, Robert; PELLEGRINO, Ana Paula. Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise do que funciona. Instituto Igarapé e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2020. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Prevencao-da-violenciajuvenil-do-Brasil-youth_violence.pdf
- NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos: Juventude, juventudes. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 25, pp. 10-20, 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.redalyc.org/pdf/4536/453644787002.pdf>
- OLIVEIRA, Daniela C. N. Prevenção da violência juvenil nas periferias da Região Metropolitana da Grande Vitória: um estudo sobre as experiências de jovens em programas preventivos. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- PREMOLI, Marcus Vinícius Zandonadi. Avaliação de processo em políticas e programas públicos: o caso do Programa de Microcrédito Nossocrédito ES. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico e Políticas públicas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.
- RODRIGUES, Ana Paula da Silva et al. O curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio no estado do Paraná como alternativa para a formação integral dos jovens. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9094/pdf>.
- SANTOS, Adriano do C.; BORGES, Ligia da M. S. Avaliação Executiva do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo - SiMAPP. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental), Fundação João Pinheiro, 2023.
- SANTOS, P. S. dos; MOREIRA, R. B. Determinantes do crédito: uma análise do Programa Nossocrédito do Espírito Santo de 2013 a 2015. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, [S. l.], v. 10, p. 175-195, 2020. DOI: 10.24302/drd.v10i0.2651. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2651>
- SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS. Projeto juventudes: almanaque / Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Instituto Brasil de Cultura e Arte ; organização Leonardo Vais. - Vitória, ES: Instituto Brasil de Cultura e Arte (IBCA), 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/almanaque_juventudes_web.pdf
- VALADÃO, Camila Costa. A gente não quer só comida: Políticas públicas para a juventude no Espírito Santo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil, 2013.

- Apêndice

Apêndice 1 - As Juventudes no Plano Plurianual do estado do Espírito Santo

Este Apêndice busca **sistematizar os dados sobre a presença do tema das juventudes nos programas orçamentários do estado do Espírito Santo a partir dos Planos Plurianuais (PPAs) de 2020-2023 e de 2024-2027**. Segundo a Secretaria de Economia e Planejamento do ES, o PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, que estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos, organizando as ações do Governo em **programas** que resultem em bens e serviços para a população e de suporte ao funcionamento da administração⁶⁸.

Como um **instrumento que estabelece as prioridades de governo**, o PPA representa uma fonte relevante para observação do **espaço que as políticas para as juventudes possuem nos programas orçamentários e temas prioritários de ação**. Assim, a fim de explorar de que forma a temática é contemplada nos PPAs, foi realizado um mapeamento nos documentos a partir das seguintes **palavras-chave: juventude, jovem, jovens, adolescente, SEDH e SUBJUV⁶⁹**. Com a busca, tais palavras foram encontradas na descrição de **11 programas** como **parte ou do objetivo, indicador de resultado, público-alvo, ação ou produto da ação**. Retirando os programas repetidos com a busca e também os que se repetiram em ambos os PPAs, as palavras-chave levaram aos seguintes programas orçamentários: Desenvolvimento da prática esportiva; Estado Presente em Defesa da Vida; Fomento, difusão cultural e preservação da memória; Fortalecimento do Sistema de Atendimento Socioeducativo; Gestão e Suporte Educacional; Gestão estratégica de pessoas; Melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública com equipe; Promoção, Autonomia e Defesa dos Direitos das Mulheres; Promoção, Defesa e atendimento dos direitos da criança e do Adolescente; Promoção, proteção e defesa dos direitos humanos; Qualificar ES.

Para análise, apenas foi retirado do corpus o Programa Gestão estratégica de pessoas, que se relaciona à implementação e à execução da política de gestão de pessoas no poder executivo estadual. Ainda, dentre as palavras de busca, apenas SUBJUV não foi encontrada nos documentos.

Em um segundo momento, para analisar a **relação dos programas com a política para as juventudes**, as informações contidas nos PPAs foram sistematizadas em um banco de dados organizado conforme a área temática, órgão responsável, objetivo, ODS, público-alvo, indicadores de resultado e o total de recursos de cada um dos programas encontrados a partir das palavras-chave.

A sistematização dos resultados pode ser observada na tabela a seguir. Como se vê, alguns programas surgiram mais de uma vez no mapeamento realizado, conforme a palavra utilizada para a busca:

68 - Ver: <https://planejamento.es.gov.br/plano-plurianual-ppa>.

69 - Tais palavras foram utilizadas por surgirem de forma recorrente em documentos oficiais, reportagens e demais relatórios sobre políticas para as juventudes no estado do Espírito Santo.

Quadro 1 - Busca realizada no PPA 2020-2023, ES - Menções as palavras-chave "juventude", "jovem", "jovens", "adolescente", "SEDH" e "SUBJUV"

PPA 2020-2023			
Palavra-chave de busca	Local da palavra-chave no documento	Programa	Descrição
Juventude	Indicadores de resultado	Programa Desenvolvimento da prática esportiva	Total de atletas premiados nos jogos escolares da juventude
Jovem	Produto da ação	Programa Estado presente em Defesa da vida	Rede de centros de cidadania jovem implementada
Jovens	Indicadores de resultado	Programa Fomento, Difusão cultural e preservação da memória.	Participação de jovens nos setores da economia criativa
Jovens	Ação	Programa Melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública com equipe	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Formação de Professores da Educação de Jovens e Adultos
Jovens	Público-alvo; Indicadores de resultado	Programa Qualificar ES	Jovens e adultos em processo de qualificação e requalificação; Taxa de desemprego de jovens de 14 a 17 anos
Jovens	Ação	Programa Gestão e Suporte educacional	Remuneração dos profissionais administrativos - educação de jovens e adultos
Jovens	Produto da ação	Programa Estado presente em Defesa da vida	Modelo de Atendimento a jovens infratores implementado
Adolescente	Produto da ação	Programa Desenvolvimento da prática esportiva	Criança e adolescente atendido
Adolescente	Ação	Promoção, Autonomia e Defesa dos Direitos das Mulheres	Ações de promoção, prevenção e combate à violência contra meninas, adolescentes e mulheres
Adolescente	Objetivo; Público-alvo	Programa Fortalecimento do Sistema de Atendimento Socioeducativo	Assegurar os direitos individuais do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa à luz do sistema nacional de atendimento socioeducativo e do estatuto da criança e do adolescente ; adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas
Adolescente	Objetivo; Público-alvo	Programa Promoção, Defesa e atendimento dos direitos da criança e do Adolescente	Formular políticas de promoção, defesa e atendimento conforme o estatuto da criança e do adolescente ; Criança e adolescentes
SEDH	Un. Orçamentária	Programa Promoção, autonomia e defesa dos direitos das mulheres; Programa Estado Presente; Promoção, proteção e defesa dos direitos Humanos.	Relacionado as juventudes, o termo "SEDH" aparece como Un. Orçamentária do Programa Promoção, autonomia e defesa dos direitos das mulheres e do Programa Estado Presente e Promoção, proteção e defesa dos direitos Humanos.
SUBJUV	Sem resultados	Sem resultados	Sem resultados

Fonte: Elaboração da equipe com base no PPA 2020-2023, ES.

No que tange aos resultados da busca no PPA atual, as palavras-chave encontradas também aparecem ou como objetivo, indicador de resultado, público-alvo, ação, ou produto da ação dos programas, revelando um padrão entre o conteúdo do PPA 2020-2023 e 2024-2027 no que se refere à temática das juventudes nos programas orçamentários, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Busca realizada no PPA 2024-2027, ES - Menções as palavras-chave "juventude", "jovem", "jovens", "adolescente", "SEDH" e "SUBJUV"

PPA 2024-2027			
Palavra-chave de busca	Local da palavra-chave no documento	Programa	Descrição
Juventude	Indicadores de resultado	Desenvolvimento da prática esportiva	Total de atletas premiados nos jogos escolares da juventude
Juventude	Ações	Promoção, proteção e defesa dos direitos humanos	Promoção e defesa dos direitos das juventudes
Jovem	Sem resultados	Sem resultados	Sem resultados
Jovens	Ação	Melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública com equidade	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos"; Formação de Professores da Educação de Jovens e Adultos
Jovens	Indicadores de resultado	Fomento, difusão cultural e preservação da memória	Participação de jovens nos setores da economia criativa
Jovens	Ação	Gestão e Suporte Educacional	Remuneração dos profissionais administrativos - Educação de jovens e adultos
Jovens	Público-alvo; indicadores de resultado	Qualificar ES	Jovens e adultos em processo de qualificação e requalificação; Taxa de desemprego de jovens de 14 a 17 anos.
Jovens	Produto da ação	Estado Presentes em Defesa da Vida	Modelo de atendimento a jovens infratores - 2 un.
Adolescente	Produto da ação	Desenvolvimento da prática esportiva	Criança e adolescente atendido
Adolescente	Objetivo; Público-alvo	Programa Promoção, Defesa e atendimento dos direitos da criança e do Adolescente	Formular políticas de promoção, defesa e atendimento conforme o estatuto da criança e do adolescente ; Criança e adolescentes
Adolescente	Objetivo; Público-alvo	Programa Fortalecimento do sistema de atendimento socioeducativo	Assegurar os direitos individuais do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa à luz do sistema nacional de atendimento socioeducativo e do estatuto da criança e do adolescente ; Adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas
SEDH	Un. Orçamentária	Programa Promoção, proteção e defesa dos direitos humanos; Estado Presente em Defesa da Vida.	Relacionado as juventudes, o termo "SEDH" aparece como Un. Orçamentária do Programa Estado Presente e Promoção, proteção e defesa dos direitos Humanos.
SUBJUV	Sem resultados	Sem resultados	Sem resultados

Fonte: Elaboração da equipe com base no PPA 2020-2023, ES.

Dessa forma, a captura inicial demonstra que **os termos relacionados às juventudes encontram-se predominantemente atrelados à descrição das ações e dos indicadores de resultado.** Tal padrão indica que, apesar da juventude ser contemplada como público-alvo de determinados programas, **existem poucas políticas direcionadas exclusivamente para os jovens nos PPAs.** Nesse contexto, os jovens e adolescentes tendem a aparecer vinculados a outros públicos como “crianças” ou “adultos”.

Outro aspecto relevante na análise da descrição do público-alvo nos PPAs refere-se à **falta de especificidade sobre as faixas etárias que compõem a população jovem** alvo das políticas, limitando o entendimento de qual juventude entre 15-17, 18-24 e 25-29 será contemplada pelos programas.

No entanto, mesmo com as limitações decorrentes do caráter genérico das informações, ao analisar o público-alvo, os objetivos, e a descrição das ações de forma conjunta, percebe-se que **os programas encontrados nos PPAs contemplam determinadas demandas das juventudes,** sobretudo, aquelas destacadas no **Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo 2022-2023 (PEPjuv).** Nesse sentido, uma das ações que recebe destaque por ter como foco as juventudes é a de **Promoção e Defesa dos Direitos das Juventudes** que faz parte do **Programa de Promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos** do PPA 2024-2027. Essa ação tem como unidade orçamentária a **SEDH** e o **FEJUVES.**

Outro exemplo consiste no Programa de **Promoção, Autonomia e Defesa dos Direitos das Mulheres** do PPA 2020-2023. Tal programa, embora tenha como público-alvo mulheres em geral, reforça especificidades de gênero que atravessam a realidade de mulheres jovens, como as vulnerabilidades das mulheres que vivem em territórios rurais. De forma semelhante, o Plano das juventudes em diferentes pontos aborda as especificidades das juventudes do campo. Já o PPA 2024-2027, no documento Metas e Prioridades, estabelece o Programa **Promoção, Autonomia, Enfrentamento a Todas as Formas de Violências e Defesa dos Direitos das Mulheres e Meninas** como prioridade de governo.

Em relação ao Programa **Estado Presente em Defesa da vida,** ainda que ele abarque como produto da ação “Segurança Cidadã” os **atendimentos prestados nos CRJs** - especialmente pelo papel que os Centros possuem como espaços de prevenção à criminalidade e a violência no cotidiano das juventudes - nos PPAs, os recursos do programa estão voltados para ações como: policiamento ostensivo e preservação da ordem pública; investigação e polícia judiciária; atuação integrada das unidades da segurança pública e defesa social; construção, adequação e modernização das unidades de segurança pública; prestação de serviços médico-hospitalares, odontológicos e especializados complementares; e modernização e reaparelhamento da defesa social.

No quadro a seguir, pode-se observar de forma sistematizada as informações sobre alguns **dos programas dos PPAs e suas conexões com os Eixos do PEPjuv:**

Quadro 3 - Conexões entre os PPAs 2020-2023 e 2024-2027 com Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo 2022-2023 (PEPjuv)

Programa	Objetivo	Público-alvo	Relação com o PEPjuv
Desenvolvimento da prática esportiva	Contribuir para o desenvolvimento do Esporte e lazer em todos os seus segmentos, modalidades, formas e abrangência, visando sua expansão e difusão considerando, em especial, os aspectos educacional, sócio-cultural, de saúde e rendimento.	Organizações, federações, grupos sociais e comunitários, paratletas estudantes, desportistas em geral e profissionais da área esportiva.	O programa tem ações relacionadas ao Eixo Desporto e Lazer do PEPjuv, abordando a promoção e implementação de espaços esportivos, manutenção de áreas de lazer e capacitação de profissionais nas áreas de esporte e lazer.
Estado presente em Defesa da vida	Articular um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, prioritariamente em regiões de alta vulnerabilidade social, alinhando projetos de combate à criminalidade com políticas públicas inclusivas, visando reduzir os índices de violência e as desigualdades sociais.	Sociedade em geral.	O programa relaciona-se ao Eixo Segurança Pública e acesso à justiça do PEPjuv. As ações do programa têm como produto os atendimentos prestados no CRJs e a implementação do Modelo de Atendimento a Jovens Infratores.
Qualificar ES	Incentivar a qualidade da formação profissional voltada para o desenvolvimento das vocações econômicas e sociais.	Jovens e adultos em processo de qualificação e requalificação.	O programa relaciona-se ao Eixo Profissionalização, trabalho e renda do PEPjuv. O programa aborda ações como ampliação e adequação da rede de centros de educação profissional e tecnológica, qualificação do cidadão para o mundo do trabalho e formação inclusiva.
Promoção, Autonomia e Defesa dos Direitos das Mulheres	Proporcionar às mulheres ferramentas para sua autonomia e mecanismo de defesa de seus direitos, proporcionando a igualdade de gêneros.	Mulheres	O programa contempla ações de promoção, prevenção e combate à violência contra meninas, adolescentes e mulheres, relacionando-se com o Eixo Diversidade e Igualdade do PEPjuv.
Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos	Promover, proteger e efetivar os direitos humanos, buscando equacionar os mais graves problemas que impossibilitam ou dificultam a plena realização do exercício de cidadania e a garantia dos direitos humanos.	Vítimas de preconceito, discriminação, intolerância, desrespeito, abusos, maus tratos, negligência, abandono e ameaçadas de morte.	O Programa, seu objetivo e público-alvo relacionam-se com diferentes Eixos do PEPjuv, como de Diversidades e Igualdade, Segurança pública e acesso à justiça, destacando a importância de ações voltadas ao combate a todas as formas de violência e discriminação contra as juventudes.

Fonte: Elaboração da equipe com base no PPA 2020-2023, ES

Existem outros aspectos do PEPjuv que são poucos contemplados nos PPAs, como aqueles na área de **Cultura, Sustentabilidade e Meio Ambiente**. Além disso, a demanda do combate ao **extermínio da juventude negra**, descrita no Plano e observada como parte importante da luta das juventudes capixabas, não possui menção nos PPAs, mesmo em programas que têm como foco a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. **Tal lacuna surge como uma oportunidade para a inclusão nos PPAs de ações direcionadas para as juventudes vítimas de violência de Estado.**

Além dessa possibilidade, percebe-se a relevância de demais programas orçamentários que tenham as **juventudes como público-alvo** ou que informem, seja no título do programa ou das ações, o espaço que as diferentes faixas etárias da população jovem possuem enquanto beneficiárias.

Por fim, pondera-se a presença de **diferentes Secretarias de Estado nos programas que de alguma forma abarcam as juventudes nos PPAs**. Ao excluir apenas o Programa Gestão estratégica de pessoas que se relaciona a implementação e a execução da política de gestão de pessoas no poder executivo estadual, nos demais 10 programas encontrados é possível observar os Órgãos responsáveis:

Quadro 4 - Órgãos responsáveis pelos programas relacionados às juventudes - PPA 2020-2023 e 2024-2027, ES

Órgão Responsável	Programa relacionado as juventudes nos PPAs 2020-2023 e 2024-2027
Secretaria de Estado da Cultura	Fomento, difusão cultural e preservação da memória
Secretaria de Estado da Educação	Gestão e Suporte Educacional
Secretaria de Estado da Educação	Melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública com equipe
Secretaria de Estado da segurança Pública e defesa social	Estado presente em Defesa da vida
Secretaria de Estado de Ciência, tecnologia, inovação e educação profissional	Qualificar ES
Secretaria de Estado de Direitos Humanos	Fortalecimento do Sistema de Atendimento Socioeducativo
Secretaria de Estado de Direitos Humanos	Promoção, Autonomia e Defesa dos Direitos das Mulheres
Secretaria de Estado de Direitos Humanos	Promoção, proteção e defesa dos direitos humanos
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer	Desenvolvimento da prática esportiva
Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social	Promoção, Defesa e atendimento dos direitos da criança e do Adolescente

Fonte: Elaboração da equipe com base no PPA 2020-2023 e 2024-2027 ES.

Destaca-se, assim, no Plano Plurianual (PPA) de 2020-2023 e de 2024-2027 a **Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) como órgão responsável** pelos programas, segundo o número de ocorrência. Esse destaque pode estar relacionado à atuação da Secretaria na formulação, coordenação e integração de políticas públicas para as juventudes. Entretanto, observa-se que, apesar de o termo **SUBJUV** não ser encontrado nos documentos, a recente **criação da Subsecretaria vinculada a SEDH representa uma das grandes conquistas das juventudes capixabas**, que buscam cada vez mais espaço como prioridade de governo. Diante disso, a presença ou ausência da SUBJUV nos PPAs podem representar **pontos de atenção nas futuras análises do espaço das juventudes nos instrumentos de planejamento no estado.**

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

